



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

VLADSON PATERNEZE CUNHA

**DO LIXÃO AO ATERRO: UMA HISTÓRIA
SOCIOAMBIENTAL DE GUARAPUAVA/PR (1971-2011)**

Londrina
2014

VLADSON PATERNEZE CUNHA

**DO LIXÃO AO ATERRO: UMA HISTÓRIA
SOCIOAMBIENTAL DE GUARAPUAVA/PR (1971-2011)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em História Social do curso de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Londrina.

Orientador: Dr. Jozimar Paes de Almeida.

Londrina
2014

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

C972d	<p>Cunha, Vladson Paterneze. Do lixão ao aterro : uma história socioambiental de Guarapuava/PR (1971-2011) / Vladson Paterneze Cunha. – Londrina, 2014. 165 f. : il.</p> <p>Orientador: Jozimar Paes de Almeida. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social, 2014. Inclui bibliografia.</p> <p>1. História social – Teses. 2. Políticas públicas – Guarapuava (PR) – Teses. 3. Lixo– Guarapuava (PR) – Teses. 4. Questão ambiental – Teses. I. Almeida, Jozimar Paes de. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU 930.1:628.4</p>
-------	---

VLADSON PATERNEZE CUNHA

**“DO LIXÃO AO ATERRO: UMA HISTÓRIA SOCIOAMBIENTAL DE
GUARAPUAVA/PR (1971-2011)”**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História – Mestrado em História Social, da Universidade Estadual de Londrina, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Jozimar Paes de Almeida
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^a. Dr^a. Maria Amélia Mascarenhas Dantes
Universidade de São Paulo – USP

Prof^a. Dr^a. Zueleide Casagrande de Paula
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 28 de maio de 2014.

PARA MINHA MÃE E MEU PAI.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Dr. Jozimar Paes de Almeida por toda a amizade, paciência e dedicação ao seu ofício de educador.

Ao meu amigo Everton Araújo Carneiro pela generosidade em me acolher por tanto tempo em seu lar.

Ao Edson Holtz pela amizade sincera e por revisar o texto contribuindo com suas observações.

Aos funcionários do Arquivo Histórico Municipal de Guarapuava, Câmara dos Vereadores de Guarapuava, Biblioteca Municipal de Guarapuava e da Secretaria de Pós-graduação da Universidade Estadual de Londrina pelo atendimento sempre prestativo e pela dedicação.

À CAPES por proporcionar as condições materiais para este trabalho poder ser desenvolvido.

À minha filha Maria Carolina Stader Cunha por suportar a ausência sem reclamar e sorrir a cada chegada.

À Elisabeth Stader, por tudo.

Aos meus amigos que sempre acreditaram na minha capacidade e não deixaram que eu me desanimasse.

À todos aqueles que direta ou indiretamente ajudaram a fazer com que esse trabalho pudesse ser realizado.

À todos aqueles que duvidaram...

A prata tem suas minas, e o ouro tem o lugar onde é refinado. O ferro é extraído da terra, e ao fundir-se a pedra, dela sai o bronze. O homem põe limite às trevas, e explora até o extremo limite as grutas mais sombrias. Perfura poços em lugares inacessíveis, sem apoio para os pés, balançando suspenso longe dos homens. A terra que dá o pão, por baixo é devorada pelo fogo; suas pedras são jazidas de safiras, e seus torrões contêm pepitas de ouro.

O abutre não conhece esse caminho, e o olho do falcão não consegue enxergá-lo; as feras não o trilham, nem o leão o atravessa. O homem estende a mão contra a rocha, e revira as montanhas pela raiz; abre galerias na pedra, atento a tudo o que é precioso; explora as nascentes dos rios, e traz à luz o que está escondido.

A sabedoria, porém, de onde é tirada? Onde está a jazida da inteligência?

Jó 28, 1-12.

CUNHA, Vladson Pateneze. **Do lixo ao aterro: uma história socioambiental de guarapuava/pr (1971-2011)**. Londrina, 2014. 165 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

RESUMO

Partindo do pressuposto de que é possível historicizar o lixo e as relações sociais das quais resulta, demonstrando assim suas inter-relações com outros temas sociais, ambientais, políticos e econômicos nas sociedades capitalistas, procuramos compreender como foram formadas as políticas públicas ambientais relativas aos resíduos sólidos urbanos na cidade de Guarapuava, interior do estado do Paraná, entre os anos de 1971 e 2011. Utilizamos como fonte histórica os planos de gerenciamento de resíduos, leis, debates legislativos em atas, relatórios da administração municipal e jornais locais demonstrando de que forma o lixo se tornou um problema social, político e ambiental exigindo por parte dos representantes do Estado soluções adequadas. Empregando um referencial teórico-metodológico baseado no materialismo histórico, demonstramos que o problema do lixo se agrava na sociedade capitalista devido ao aumento da produção e do consumo que desconsidera os efeitos negativos de tais práticas para a natureza e para a sociedade. Assim, as soluções para os problemas relacionados ao lixo no meio urbano são vistas hegemonicamente por um aspecto técnico-econômico, segundo o qual todos os problemas são passíveis de serem resolvidos, bastando no caso do lixo, melhorar os sistemas de reciclagem ou implantar um aterro sanitário, opção esta adotada em Guarapuava.

Palavras-chave: História. Políticas Públicas. Lixo. Guarapuava.

CUNHA, Vladson Pateneze. **Do lixão ao aterro: uma história socioambiental de guarapuava/pr (1971-2011)**. Londrina, 2014. 165 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

ABSTRACT

Assuming that it is possible to historicize the trash and the social relations of which results, thus demonstrating their interrelations with other social, environmental, political and economic issues in capitalist societies, we seek to understand how public environmental policies were formed waste municipal solid in Guarapuava, the state of Paraná, between the years 1971 and 2011. Used as a historical source plans for waste management, laws, legislative debates in minutes, reports of municipal administration and local newspapers demonstrating how garbage has become a social, political and environmental problem requiring by representatives of the State appropriate solutions. Employing a theoretical and methodological framework based on historical materialism, we demonstrated that the garbage problem worsens in capitalist society due to increased production and consumption that disregards the negative effects of such practices for nature and society. Thus, the solutions to the problems related to garbage in urban areas are seen by a hegemonic techno-economic, whereby all problems are likely to be resolved aspect, just in case the waste, improve recycling systems or deploy a landfill health, this option adopted in Guarapuava.

Keywords: History. Public Policy. Garbage. Guarapuava.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 –	Localização do município de Guarapuava e do perímetro urbano.....	24
Mapa 2 –	Disposição de resíduos sólidos urbanos no estado do Paraná.....	91
Mapa 3 –	Localização do município de Guarapuava	95
Foto 1 –	Lagoa das Lágrimas	103
Foto 2 –	Parque do Lago	107
Foto 3 –	Aterro Sanitário e lixão	127

LISTA DE TABELA

Tabela 1 –	Evolução populacional do município de Guarapuava e do Paraná.....	99
-------------------	---	----

LISTA DE ABREVIATURAS

ABRASP	Associação Brasileira de Prefeitos
ACG	Associação Conservacionista de Guarapuava
ACPG	Associação dos Catadores de Papel de Guarapuava
ADEA	Assessoria de Defesa e Educação Ambiental
BMS	Bristol-Myers-Squibb
BP	British Petroleum
CAPES	Coordenação de Pessoal de Nível Superior
CEDOC	Centro de Documentação e Memória
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COPEL -	Companhia Paranaense de Energia
EMATER -	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAFIG	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava
FUBEM	Fundação do Bem Estar do Menor
FURG	Fundo de Urbanização de Guarapuava
GAECO	Grupo Especial de Repressão ao Crime Organizado
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBAMA	Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ITC	Instituto de Terras e Cartografia
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
ONU	Organização das Nações Unidas
PEDU	Programa de Regionalização do Desenvolvimento Urbano
PROICS	Programa Integrado de Conservação de Solos
PROMACO	Programa de Preservação dos Mananciais pelas Comunidades
RIO-92	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SEDU	Secretaria de Desenvolvimento Urbano

SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SEMA-PR	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná
SEMAFLOTUR	Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento Florestal e Turismo
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SUDEPE	Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
SUDHEVEA	Superintendência de Desenvolvimento da Borracha
SUREHMA	Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente
SURG	Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro Oeste
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – A QUESTÃO AMBIENTAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO FORMA DE COMPREENSÃO HISTÓRICA DA SOCIEDADE	32
1 A QUESTÃO AMBIENTAL E A (DES)ORDEM PLANETÁRIA	35
2 O ESTADO COMO INDUTOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS E NORMAS PARA A SOCIEDADE	45
2.1 CONTRIBUIÇÕES PARA UMA DEFINIÇÃO DO ESTADO NA SOCIEDADE	45
2.2 O ESTADO CAPITALISTA E A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	50
3 CONTRIBUIÇÃO DO AMBIENTALISMO PARA A FORMAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS EM ÂMBITO MUNDIAL	55
CAPÍTULO II – ALGUNS CAMINHOS DAS QUESTÕES AMBIENTAIS E DO LIXO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS	62
1 POLÍTICAS PÚBLICAS, MEIO AMBIENTE E O LIXO NO BRASIL	65
2 APONTAMENTOS DA QUESTÃO AMBIENTAL E DO PROBLEMA DO LIXO NO PARANÁ	75
CAPÍTULO III – OS CAMINHOS DO LIXO NA SOCIEDADE GUARAPUAVANA	91
1 GUARAPUAVA: NATUREZA E HISTÓRIA	92
2 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DE QUESTÕES AMBIENTAIS EM GUARAPUAVA	98
3 AÇÕES DO PODER PÚBLICO RELACIONADAS AO PROBLEMA DO LIXO EM GUARAPUAVA	112

CAPÍTULO IV – DO LIXÃO AO ATERRO: UMA HISTÓRIA DO LIXO EM GUARAPUAVA	121
1 UMA REFLEXÃO A RESPEITO DA QUESTÃO DO LIXO EM GUARAPUAVA	123
2 UMA HISTÓRIA DO LIXO EM GUARAPUAVA (1971-2011)	130
2.1 “O LIXO AO LADO DA MINHA CASA”: 1971-1976	131
2.2 O PROBLEMA DO LIXO SE TORNA O PROBLEMA DO LIXÃO (1977-1993)	138
2.3 “O FIM DO LIXÃO”: A EPOPEIA DO ATERRO SANITÁRIO (1993-2011)	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
FONTES	159
BIBLIOGRAFIA	160

INTRODUÇÃO

[...]

- Vejo muita revista de palavras cruzadas no seu lixo.
- É. Sim. Bem. Eu fico muito em casa. Não saio muito. Sabe como é.
- Namorada?
- Não.
- Mas há uns dias tinha uma fotografia de mulher no seu lixo. Até bonitinha.
- Eu estava limpando umas gavetas. Coisa antiga.
- Você não rasgou a fotografia. Isso significa que, no fundo, você quer que ela volte.
- Você já está analisando o meu lixo!
- Não posso negar que o seu lixo me interessou.
- Engraçado. Quando examinei o seu lixo, decidi que gostaria de conhecê-la. Acho que foi a poesia.
- Não! Você viu meus poemas?
- Vi e gostei muito.
- Mas são muito ruins!
- Se você achasse eles ruins mesmo, teria rasgado. Eles só estavam dobrados.
- Se eu soubesse que você ia ler...
- Só não fiquei com eles porque, afinal, estaria roubando. Se bem que, não sei: o lixo da pessoa ainda é propriedade dela?
- Acho que não. Lixo é domínio público.
- Você tem razão. Através do lixo, o particular se torna público. O que sobra da nossa vida privada se integra com a sobra dos outros. O lixo é comunitário. É a nossa parte mais social. Será isso?
- Bom, aí você já está indo fundo demais no lixo. [...]

“O lixo” – Luis Fernando Veríssimo

Estaremos vendo lixo em todos os lugares? Ou será que nas lixeiras, os restos têm algo a nos dizer? O que fazemos com os dejetos, produzidos diariamente em nossas casas? Em nossas cidades? Qual a responsabilidade do sistema produtivo pela geração de resíduos? Será o consumo globalizado responsável pela cultura do desperdício e da obsolescência, que tanto desperdício gera? Estaremos dispostos a mudar nossa forma de viver e produzir para minimizar este dilema social do lixo? Afinal, todos somos parte desse problema e também da solução.

Há pessoas, no entanto, que agem como se não se importassem com o fato de suas ações contribuírem para agravar os infortúnios relacionados ao lixo. Nossos concidadãos, talvez não tenham a percepção de que existe o problema. Quando andamos pelas ruas da cidade vemos nas lixeiras e calçadas defronte as casas sacolas e sacos plásticos pretos que serão recolhidos pelo caminhão compactador e terão como destino mais provável algum lixão a céu aberto ou talvez um Aterro Sanitário.

Não é necessário abrir os sacos, ou vasculhar o lixo alheio, como as personagens de Veríssimo fizeram, para saber da vida dos vizinhos e perceber que existem ali

materiais recicláveis e outros resíduos que poderiam não estar no lixo “comum” que é recolhido pelo caminhão da limpeza pública.

Ao andar pelas ruas também vemos que muita coisa que deveria estar nas lixeiras, onde elas existem, está nas calçadas, nas ruas e nos gramados. Nas lixeiras coloridas (verde, amarela, vermelha, azul e marrom), da Coleta Seletiva, será que os materiais ali depositados, estão depositados na cor correta? Será que na verde encontraremos vidro, na azul papel, na vermelha plástico, na amarela metais e na marrom resíduos orgânicos? Em todas as que olhamos, motivados por uma “curiosidade científica”, tinha um pouco de tudo em todas as cores.

Os abundantes terrenos sem construção e prédios desabitados, mas que possuem proprietário, são fruto da expansão urbana improvisada conjugada com a leniência regulatória e fiscalizadora estatal, intensificada pela especulação imobiliária. Acabam se transformando em baldios pela ação natural e inação possessória, ou depósitos de lixo clandestino pela ação humana circunvizinha. Enquanto isso, seus proprietários esperam o melhor momento para vendê-los, ou usá-los em benefício próprio, sem se importar com o mato e o lixo que neles abundam.

O mesmo problema dos baldios é visto em áreas públicas, principalmente na periferia urbana onde, sob o manto da escuridão e do anonimato, são despejados entulho, móveis velhos, restos de construção e uma infinidade de resíduos que ajudam a deixar essas áreas muito parecidas com pequenos lixões a céu aberto. Acreditamos que essa realidade não seja exclusiva de uma única cidade brasileira.

Ao realizarmos uma pesquisa histórica, iniciamos com perguntas, hipóteses e algumas “certezas” que podem sugerir certa simplicidade, mas que, no entanto, buscam uma compreensão complexa da sociedade. Dessa maneira, a busca por um conhecimento social mais abrangente nos obrigou a aprofundar nossa relação com o campo da história e nos colocou em contato com certas dificuldades, inerentes ao trabalho dos profissionais que nele se aventuram.

No caminho percorrido para encontrar, acessar, ler, selecionar, analisar e interpretar as fontes, algumas questões são respondidas, novas questões são propostas e muitas dúvidas nos assolam. Confrontamos documentos, investigamos hipóteses, elencamos prioridades e definimos caminhos para produzir um texto que possa contribuir com a transmissão de informações relevantes sobre o tema escolhido. Ao final temos um trabalho que, longe de ser perfeito e definitivo, se apresenta aberto a novos caminhos e possibilidades de avanço do conhecimento.

A operação historiográfica¹ apresenta-se a nós como uma relação entre um lugar social, os procedimentos de análise utilizados no trato das fontes e o texto historiográfico que informa os leitores a respeito daquilo que se pesquisou e que agora o historiador relata/informa. Priorizamos o entendimento do lugar social e o entendemos como lugar socioeconômico, político e cultural que é o ponto articulador de toda pesquisa historiográfica. O lugar social é o que instaura os métodos, delinea os interesses, propõe e organiza as perguntas às fontes e encaminha a escrita.

De fato, a escrita histórica – ou historiadora – permanece controlada pelas práticas das quais resulta; bem mais do que isto, ela própria é uma prática social que confere ao seu leitor um lugar bem determinado, redistribuindo o espaço das referências simbólicas e impondo, assim, uma "lição"; ela é didática e magisterial. Mas ao mesmo tempo funciona como imagem invertida; dá lugar à falta e a esconde; cria estes relatos do passado que são o equivalente dos cemitérios nas cidades; exorcisa e reconhece uma presença da morte no meio dos vivos.²

A escrita resulta das práticas sociais que impõe seus valores, deixando contudo suas faltas e defeitos à mostra. O lugar social define aquilo que é possível ou impossível numa pesquisa, o que é permitido e o que é proibido e o que poderá ser publicado ou não. Entendemos que articular o lugar social com a história é uma condição fundamental para uma interpretação profícua da sociedade.

Na busca que empreendemos em nosso trabalho, concentramos nossa atenção na possibilidade de historicizar um objeto significativo para entender a sociedade. Nosso objeto de estudo é o lixo e as possibilidades de interpretação de questões sociais, ambientais e políticas através das relações humanas das quais resulta esse produto social.

Mesmo nas mais simples atividades humanas produzimos lixo. Isto se dá tanto na preparação como ao fim da vida útil daquilo que é processado. Ao prepararmos nossos alimentos, por exemplo, sobram cascas, folhas, peles, etc e, ao final, ossos, sementes e etc. O metabolismo de nosso corpo, por sua vez, produz dejetos (fezes, urina, secreções diversas). Tanto o lixo como os dejetos devem ser segregados e destinados a locais onde não criem problemas para as atividades comunitárias. Ao fim de nossa existência, deixamos nossos restos mortais, nosso corpo.³

¹ CERTEAU, M. de. **A escrita da História**, Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

² Idem, p.91.

³ EIGENHEER, E. M.. **Lixo: a limpeza urbana através dos tempos**. Porto Alegre: Gráfica Pallotti, 2009, p.15.

Eigenheer nos chama a atenção para a questão do lixo mostrando sua inevitável presença junto à sociedade e aos seres humanos. Em qualquer atividade que realizemos, produzimos lixo ou dejetos. O autor destaca que dentro das dinâmicas sociais as práticas de recolhimento e destinação do lixo ocupam lugar de destaque. Apesar da importância que adquire no ordenamento urbano, e de estar presente em todas as sociedades, o lixo e os dejetos “não são temas bem vistos”.

Ao longo dos séculos, não encontramos com frequência autores que dediquem a ele mesmo parte do seu tempo. Ainda hoje não é corrente se tratar com profundidade a questão fora do âmbito técnico. As dificuldades para se tratar do tema decorrem provavelmente do fato de ele apontar para a finitude de nossas produções e de nossa própria vida, o ciclo natural de vida e morte. Afinal, o medo e a incerteza quanto ao desconhecido podem ter levado o ser humano, já em tempos imemoriais, a olhar os dejetos e o lixo com insegurança, como sinais de precariedade. Fezes, restos de comida, cadáveres podem ser ameaças não só visuais e olfativas.⁴

De fato, como aponta Eigenheer, a finitude da vida, as incertezas do desconhecido, o medo e o asco causado pelos dejetos e pelos restos podem ser as causas do pequeno interesse que assuntos como esses despertam nos pesquisadores e nas pessoas. Compartilhamos assim desta limitação de obras que tivessem o lixo como objeto de uma pesquisa, principalmente de história. A historiografia estuda o tema de maneira indireta, quando se estuda o processo de urbanização as populações marginalizadas, por exemplo.

Algumas obras ainda que não sejam de historiadores, como é o caso de Eigenheer que é filósofo, são dedicadas ao tema. O autor traça um roteiro histórico, desde as civilizações da Antiguidade até o século XX, demonstrando numa perspectiva histórica a continuidade do enfrentamento do problema de dar destino a essa “inexorável produção” humana.

A continuidade histórica de problemas e a existência de práticas específicas de limpeza nas cidades em vários períodos, além de regras e legislações que, apesar de endurecer as penalidades aos infratores não conseguiam obrigar a população a cumpri-las são demonstradas pelo autor, inclusive quando trata do contexto brasileiro, em capítulo específico. Eigenheer estabelece um relato histórico amplo e diversificado, segundo ele, mais informativo e com diversos recursos iconográficos para instigar leitores e subsidiar debates a respeito da história da limpeza urbana.

⁴ Idem, p.17.

Um levantamento feito em bancos de dados de universidades e da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) nos mostrou uma intensa produção científica relacionada ao tema, onde encontramos as mais variadas leituras, interpretações e preocupações de diversas áreas do conhecimento. Podemos citar, por exemplo, pesquisas de administração⁵, arqueologia⁶, arquitetura⁷, agronomia⁸, engenharia ambiental⁹, sociologia¹⁰, direito¹¹, engenharia mecânica¹² e oceanografia¹³ como algumas delas.

Dentre os poucos trabalhos de história encontrados e disponíveis, os que contribuíram com nossa pesquisa e nos elencaram possíveis perspectivas de interpretação, foram os de Miziara¹⁴ e Couto¹⁵. Esses trabalhos foram fundamentais para que pudéssemos vislumbrar nosso objeto e as relações sociais, políticas, econômicas e ambientais envolvidas com a sua dinâmica dentro da cidade.

Miziara traça as trajetórias do lixo em São Paulo, principalmente durante a década de 1970, demonstrando que a preocupação com os restos também estava presente em épocas anteriores na cidade. Através dos ordenamentos legislativos procurou-se assegurar a limpeza e a salubridade da cidade evitando-se epidemias. Campanhas e propagandas governamentais tentaram embutir valores de higiene e civilidade na população e mudanças técnicas objetivaram dar cabo dos restos, a exemplo dos incineradores de lixo. A autora também destaca as relações entre os poderes público e privado e a transformação da coleta de lixo em um grande negócio, vinculado a um maior controle e planejamento da urbe.

⁵ ARRUDA, J.A.. **Administração do “lixo”**: eis a questão!. Especialização (Administração gerencial). Guarapuava: UNICENTRO, 1998.

⁶ ANDRADE, A.W.O.. **Arqueologia do lixo**: um estudo de caso nos depósitos de resíduos sólidos da cidade de Mogi das Cruzes em São Paulo. 2006. 145f.. Tese (Doutorado Arqueologia). Museu de Arqueologia, USP, São Paulo, 2006.

⁷ CORDEIRO, M.P.. **O lixo urbano**: fonte de matéria-prima reciclada e o caso do vidro. 1993. 53f. Dissertação (Mestrado Arquitetura e Urbanismo). USP, São Paulo, 1993.

⁸ KROM, V.. **Estudo da viabilidade econômica de uma usina de compostagem de lixo**. 1987. 74f. Dissertação (Mestrado Agronomia). Unesp, Botucatu, 1987.

⁹ VILLELA, S.H.. **Validação social de políticas de resíduos sólidos domiciliares**. 1998. 188f. Tese (Doutorado Engenharia Ambiental). USP, São Paulo, 1998.

¹⁰ KUHNEN, A.. **Reciclando o cotidiano**: o lixo como política pública e como representação social. 1994. 144f. Dissertação (Mestrado Sociologia Política). UFSC, Florianópolis, 1994.

¹¹ MAIA FILHO, R.. **O lixo visto sob uma outra ótica jurídica**. 2005. 279f. Tese (Doutorado Direito). PUC, São Paulo, 2005.

¹² FERRAZ, J.L.. **Modelo para avaliação da gestão municipal integrada de resíduos sólidos urbanos**. 2008. 241f. Tese (Doutorado Engenharia Mecânica). Unicamp, Campinas, 2008.

¹³ ARAÚJO, M.C.B. de. **Resíduos sólidos em praias do litoral sul de Pernambuco**: origens e consequências. 2003. 104f. Dissertação (Mestrado Oceanografia). UFPE, Recife, 2003.

¹⁴ MIZIARA, R. **Nos rastros dos restos: as trajetórias do lixo na cidade de São Paulo**. São Paulo: EDUC, 2001.

¹⁵ COUTO, A. M. S.. **Das sobras à indústria da reciclagem**: a invenção do lixo na cidade (Uberlândia-MG, 1980-2002). 2006. 336f. Tese (Doutorado História Social). PUC, São Paulo: 2006.

Couto trabalha o lixo em outro espaço, a cidade de Uberlândia, em Minas Gerais. Suas reflexões enfatizam problemas e situações que demonstram uma disputa entre os administradores e a população em que, estes querem continuar com seus hábitos e padrões de vida “tradicionais” e aqueles querem impor uma nova lógica de ordenação e uso dos espaços urbanos. A autora procura destacar em seu trabalho o problema do lixo hospitalar na cidade e a vivência dos catadores de materiais recicláveis envolvidos com o trabalho.

Couto demonstrou um agravamento da situação da coleta e da disposição final dos resíduos durante a década de 1980 que culminou com a construção de um aterro sanitário na cidade para solucionar a questão. Através de uma série de entrevistas com os catadores, traz a público as opiniões deles destacando as agruras do trabalho nesta atividade e o “componente de anonimato” que tanto o lixo quanto os trabalhadores que o manipulam adquirem perante a população.

Outros autores entre os quais destacamos Thomas¹⁶, Morin¹⁷, Tembíl¹⁸, Ribeiro¹⁹ e Gonçalves²⁰ nos auxiliaram no entendimento de questões relacionadas à história social do objeto, às mudanças na relação homem/natureza, na busca de entendimento da complexidade planetária dos temas ambientais e no conhecimento da cidade e dos problemas que a atingem.

Podemos assim afirmar que ao entendermos o lixo como expressão da sociedade, tivemos a oportunidade de compreender as relações sociais e desenvolver um perfil da cidade. Investigar como as autoridades públicas equacionaram os problemas do lixo propiciou uma oportunidade de perceber os conflitos políticos, levados a cabo dentro da cidade e da própria administração pública.

Tal qual outros assuntos, tidos como bizarros, ou melhor dizendo, como outros assuntos considerados tabu, o lixo e as relações humanas que o produzem, nos fazem pensar que realmente é muito difícil fixar uma escala de importância para o interesse do historiador, que não seja de alguma maneira subjetiva. A subjetividade da história advém do fato de ser apenas resposta a nossas indagações. É materialmente impossível fazer todas as perguntas e descrever todos os fatos do passado.

¹⁶ THOMAS, K.. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800**. Tradução João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

¹⁷ MORIN, E.; KERN, A.B.. **Terra-Pátria**. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: Sulina, 1995.

¹⁸ TEMBIL, M.. **Em busca da cidade moderna: Guarapuava... recompondo histórias, tecendo memórias**. Guarapuava/PR: UNICENTRO, 2007.

¹⁹ RIBEIRO, W. C.. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

²⁰ GONÇALVES, C.W.P.. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004. (Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização)

Ao escolhermos um tema de pesquisa, tomamos a decisão em função de situações objetivas e subjetivas como o gosto pessoal, o domínio do conteúdo, as leituras anteriores que temos, as convicções religiosas ou políticas e a facilidade ou disponibilidade de acesso às fontes. A história é subjetiva “[...] pois não se pode negar que a escolha de um assunto para um livro de história seja livre [...]”²¹.

Historiadores pesquisam o passado, interpretam o passado e escrevem a respeito do passado, mas sempre buscando respostas para perguntas feitas no presente. Procuram nas páginas do passado conexões com preocupações recentes envolvidas com o tema pesquisado. Estamos, pois, no campo inteiramente indeterminado da História onde a única exceção é que “[...] tudo o que nele se inclua tenha realmente acontecido [...]”²².

Procuramos aquilo que aconteceu na sociedade, no cotidiano dos seres humanos. Aquilo que, acontecido, pode tornar-se história. E tornando-se história, tornou-se caça para o historiador. Assim como outros historiadores²³, pretendemos que nosso trabalho auxilie na compreensão de alguma lacuna da pesquisa sobre um tema ou um período da história e anunciamos assim sua característica de estudo provisório.

Um tanto quanto enigmático é escrever uma história daquilo que muitos não querem mais saber que existiu, mas continua de certa forma existindo. Após a transformação de um objeto que fazia parte de nossa vida em “lixo”, ele é colocado para fora de nossas casas e, acreditamos, de nossas vidas. Esperamos que o pessoal da limpeza pública o leve para longe do nosso campo de olfato e visão, e não pensamos mais nisso.

Não estamos acostumados a visitar o “lixão” ou o Aterro Sanitário em busca de nossas recordações da vida, entendendo-os como “sambaquis”²⁴ modernos. Entendemos que a alusão aos sambaquis serve para acentuar, que em diferentes locais e épocas, as áreas de destino de lixo foram fontes de estudo e reflexão “sobre as estreitas relações que se dão entre lixo, morte e memória”²⁵.

²¹ Veyne, P. M.. **Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história**. Trad. Alda Baltar e Maria A. Kneipp. Brasília: Ed. UnB, 1998. p.37

²² Idem, p. 25.

²³ BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

²⁴ GASPAR, M. (2000) apud EIGENHEER, E.M.. op.cit. p.94. Sambaquis: “Os sítios são caracterizados basicamente por serem uma elevação de forma arredondada que, em algumas regiões do Brasil, chega a ter mais de 30m de altura. São construídos basicamente com restos faunísticos como conchas, ossos de peixe e mamíferos. Ocorrem também frutos e sementes, sendo que determinadas áreas dos sítios foram espaços dedicados ao ritual funerário e lá foram sepultados homens, mulheres e crianças de diferentes idades. Contam igualmente com inúmeros artefatos de pedra e de osso, marcas de estacas e manchas de fogueira, que compõem uma intrincada estratigrafia.”. GASPAR, M. **Sambaqui**: arqueologia do litoral brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2000. p.9.

²⁵ Idem, p. 94.

Tiramos os cadáveres, os restos, os resíduos, o lixo de nossas casas e, na maioria dos casos, tiramos também de nosso núcleo urbano. Esquecemos que os mesmos, além de poluir, podem informar a respeito de nossas vidas e explicar características importantes de nossa sociedade.

O lixo é tudo aquilo que um dia foi natural, artificial, matéria-prima, mercadoria, produto, fetiche e que, de acordo com o julgamento de um determinado ser humano, deve ir para a lixeira. Pode então, contaminar o ambiente, atrair doenças e cheirar mal nos lixões e aterros sanitários.

Podemos observar sua existência e sua resistência ao continuar presente nas ruas, entupindo bueiros, provocando alagamentos e contribuindo para o repasse de verbas federais aos estados e municípios. É possível mesmo afirmar que as pessoas podem ser conhecidas, em parte, pela qualidade e quantidade do lixo que produzem em suas residências, escritórios, fábricas, oficinas e supermercados.

A disposição inadequada dos restos chama nossa atenção para os graves problemas que resultam dessa atitude, comum na maioria das cidades brasileiras. A contaminação das águas pelo chorume, a proliferação de vetores de doenças nos lixões, a situação das pessoas que vivem e se alimentam do lixo, o aumento da quantidade de lixo e a mudança na qualidade do lixo, são causa e consequência desses e de outros problemas, e nos levam a pensar e repensar nossa relação com os restos.

Também chamou-nos a atenção o fato de, recentemente, o lixo ter sido transmutado de uma coisa sem valor, para algo que tem valor social, e principalmente, econômico para a sociedade. O lixo das cidades, quando bem gerido, pode contribuir com a geração de empregos, o aumento da renda de diversas famílias e com a lucratividade das empresas. A importância do assunto tem levado diversas instituições do Estado a incluir em suas pautas de discussão e prioridades a questão da destinação ambientalmente adequada dos resíduos.

O lixo é um indicador do consumo e da produção urbanas e foi, aos poucos, sendo inserido na lógica da sociedade capitalista onde começou a ser visto como fonte de renda para populações carentes, e como um material que não deveria ser desperdiçado, mas sim reaproveitado pela própria indústria na produção, diminuindo custos com matérias-primas.

Para a história do lixo no Brasil, o ano de 1970 é apontado por Miziara como um marco, tendo em vista as transformações urbanas e sociais em curso no período que concorreram para que o lixo se tornasse um problema público, deixando a esfera da vida

privada. O poder público amplia a contratação de empresas privadas ou cria empresas públicas que tem como objetivo implantar serviços relacionados à coleta e destinação adequada do lixo.

Ao longo da década de 1970 são também registradas as primeiras pesquisas sobre o uso de sacolas plásticas (1971) e a campanha nacional do “Sujismundo”, personagem sujo, desorganizado e confuso de um desenho animado veiculado na televisão e no cinema como uma tentativa do governo de conscientizar a população contra o mau hábito de espalhar lixo em lugares públicos. Como dizia o *slogan* da campanha, “Povo desenvolvido é povo limpo”²⁶.

Assim, partimos do pressuposto de que existe uma profunda interdependência entre a problemática do lixo e as transformações sociais urbanas. Dessa forma, o problema do lixo pode ser apreendido como problema da vida urbana e dos governos municipais, tornando-se um problema político e de administração pública.

A sociedade, através de seus representantes públicos passou a legislar, regulamentar e controlar diversos setores garantindo sobre eles o domínio da história política. Entendemos que esse domínio não significa a superioridade da política sobre outros aspectos da sociedade. Significa que entendemos o político como um campo de possibilidades historiográficas, que nos demonstra oportunidades de diálogo com outras instituições sociais, culturais e econômicas que são encontradas no campo da política.

Acreditamos que o político também nos ajuda a historicizar as relações entre seres humanos e natureza. Alegamos ser possível problematizar o lixo e estabelecer conexões com outros temas sociais, econômicos, culturais e ambientais, como a questão da produção e do consumo na sociedade. O lixo ganhou importância no debate político e se tornou objeto de disputas, inclusive econômicas, dentro da administração pública.

O aumento das atribuições do Estado na segunda metade do século XX levou a um crescimento da ação governamental, favorecendo a reintegração dos fatos políticos como parte constituinte da história social²⁷. O Estado passou a abarcar uma série de problemas que estavam fora de sua alçada a exemplo da cultura, saúde, habitação e também da conservação e proteção da natureza e do meio ambiente, estendendo sua ação reguladora e fiscalizadora para essas esferas e ampliando seu poder na sociedade.

Ao tecermos essas considerações gostaríamos de frisar que situamos nossa pesquisa no conjunto de estudos historiográficos que buscam, através de uma abordagem

²⁶ MIZIARA, R.. op.cit..

²⁷ RÉMOND, R..**Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p.23.

materialista histórica, contribuir para o entendimento da sociedade priorizando questões políticas e ambientais relacionadas à sociedade capitalista, enfatizando as relações sociais e a produção de lixo.

Adotamos como objeto de pesquisa o lixo por expressar uma problemática sociopolítica das relações humanas e ambientais relativas a um determinado espaço, a cidade de Guarapuava/PR, e uma temporalidade específica de 1971 a 2011. Vislumbramos nessa pesquisa a produção de conhecimento científico e historiográfico que permita uma interpretação de nossa sociedade.

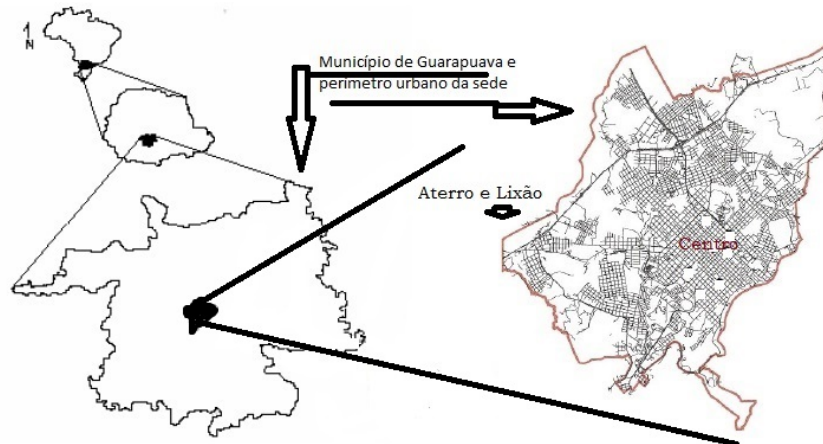
Nosso objetivo é interpretar as ações da sociedade e do poder público para enfrentar os problemas e relacionados ao lixo na cidade de Guarapuava, entre os anos de 1971 e 2011. Entendemos que o problema do lixo relaciona-se com a produção, coleta e destinação final do lixo na cidade. Procuramos entender as mudanças na relação humanos/natureza buscando uma nova visão do ser humano, da sociedade e de nossa relação com a natureza da qual somos parte.

Nossa busca é pela reconstituição das práticas sociais e políticas que legaram à cidade suas características socioambientais e suas políticas públicas para o setor, inter-relacionando-as com as políticas estadual e federal ligadas à regulamentação das atividades que envolvem a temática ambiental de maneira geral, e do lixo especificamente.

Objetivamos, ainda, demonstrar as possibilidades de interpretar problemas sociais, econômicos, políticos e ambientais a partir do objeto e produzir uma interpretação que revele esses diversos interesses presentes num tema da história “escondido debaixo do tapete”.

Demarcamos como nosso espaço de estudo a cidade de Guarapuava, na região Centro-Oeste do estado do Paraná, na região sul do Brasil, como podemos visualizar no mapa abaixo:

Mapa 1 – Localização do município de Guarapuava e do perímetro urbano da cidade



Fonte: elaborado pelo autor

O município de Guarapuava, cuja cidade sede tem o mesmo nome, está localizado no centro oeste do estado do Paraná, no Terceiro Planalto ou Planalto de Guarapuava, com latitude sul de 25°23'36" e longitude oeste de 51°27'19". Segundo Ferreira, o município possuía em 2010 uma população de 167.328 habitantes, sendo a 9ª maior cidade do estado do Paraná e pólo da Microrregião-Guarapuava, composta por outros 18 municípios. Apresentava um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,773 sendo este o melhor índice da região, mas comparando-o a outros municípios do estado Guarapuava ocupava a 83ª posição²⁸.

Neste espaço, segundo relata Antonio, desde o final dos anos 1960 houve um intenso processo de periferação urbana, relacionado ao êxodo rural na região, acarretando o aumento da população na cidade sede, e durante a década de 1970 ocorreu a superação da população urbana em relação à rural. A área do município passou por desmembramentos administrativos com a emancipação de diversos distritos, resultando em diminuição territorial. O crescimento urbano no período estudado foi acompanhado pela ocorrência de problemas de infraestrutura relacionados à urbanização acelerada, notadamente as demandas sociais por água encanada, esgoto e moradia.²⁹

O desenvolvimento da agricultura comercial e tecnificada garantiu o aporte produtivo e financeiro para a instalação de agroindústrias. A dinâmica da cidade no período

²⁸ FERREIRA, A.. **Uma análise da eficiência econômica e da efetividade ambiental dos instrumentos econômicos de gestão ambiental:** um estudo de caso da Taxa de Lixo em Guarapuava-PR. 2009. 95f. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Econômico). UFPR, Curitiba, 2009.

²⁹ ANTONIO, J.N.. **Mapeamento de áreas potenciais a implantação de aterro sanitário em Guarapuava-PR, com uso de redes neurais artificiais.** 2009. 131f. Dissertação (Mestrado Gestão do Território). UEPG, Ponta Grossa, 2009.

foi também marcada pelas ideias de progresso e de desenvolvimento econômico. Essas ideias, para Kobelinski, nortearam e transformaram as pessoas e a paisagem natural, e reestruturaram o meio urbano.³⁰

No aspecto ambiental, segundo relata Ferreira, o município apresentava em 2009 uma média de 18,77% da área geográfica com cobertura florestal (57.948,60 hectares), superior a média estadual (12,7%). O autor salienta ainda que, no mesmo período, a infraestrutura urbana contava com 92,5% das residências atendidas com ligações de água potável, 50,56% do município era atendido por sistema de coleta de esgoto, 97% das residências tinham energia elétrica e 96,74% tinham coleta de lixo regular.³¹

Quanto à historiografia regional, destacamos a existência de duas correntes de autores que trabalham com a história de Guarapuava. Um conjunto de escritores locais, moradores da cidade e historiadores não acadêmicos e acadêmicos, atualmente reunidos em torno da Academia de Letras, Artes e Ciências de Guarapuava. O segundo grupo historiográfico é composto por professores e acadêmicos oriundos da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO) que, através de programas de pós-graduação em diversas universidades produziu uma renovada historiografia regional.

Lacheski³² ao trabalhar com os discursos constituintes da história de Guarapuava, analisando as representações construídas e emitidas pelos indivíduos a respeito do processo de ocupação regional, destaca o primeiro grupo como sendo de nascidos ou radicados na cidade que emitem um discurso regionalista e épico diametralmente proporcional à autoridade de quem o manifestava e que, nos anos 1990, pregou o resgate e a preservação da memória permeada pela ideia de progresso.

Alguns dos autores e obras citadas e analisadas pela autora são: Luiz Cleve Teixeira, político e esportista autor de “Reminiscências do passado” (1993) e “Terceiro Planalto” (2000); Heitor Francisco Izidoro político autor de “História de Guarapuava” (1971) e “Guarapuava: das sesmarias à Itaipu” (1976); Sebastião Meira Martins, fazendeiro e autor de “Guarapuava, nossa gente e suas origens” (1997); Gracita GruberMarcondes, historiadora e autora de “Guarapuava: história de luta e trabalho” (1998), Murilo Walter Teixeira, dentista e autor de “Continente guarapuavano: transição político-social” (1999) e Nivaldo Kruger,

³⁰ KOBELINSKI, M. **Guarapuava é isto aqui**: da sedução dos discursos ao “marketing” da cidade. 1999. 123f. Dissertação (Mestrado História). UNESP, Assis, 1999.

³¹ FERREIRA, A.. op cit. p.44.

³² LACHESKI, E.. **Guarapuava no Paraná**: discurso, memória e identidade (1950-2000). 2009. 170f. Dissertação (Mestrado História). UFPR, Curitiba, 2009.

político e fazendeiro autor de “Guarapuava: seu território, sua gente, seus caminhos, sua história” (1999).

O segundo grupo historiográfico, formado pelos profissionais de história e seus trabalhos em programas de mestrado e doutorado possui uma produção mais diversificada e atualizada da história de Guarapuava. Entre os diversos trabalhos disponíveis utilizamos os de Tembil, Kobelinski e Lacheski para fundamentar e esclarecer os processos de constituição dos discursos sociopolíticos e o processo de urbanização característico local.

Tembil³³ analisou as formas discursivas constitutivas das práticas e representações da elite guarapuavana a partir da década de 1950, durante o processo de modernização da cidade e que acabaram modificando a configuração do núcleo urbano surgido no século XIX, rompendo seus vínculos com o passado. A autora prioriza a análise dos imaginários em diferentes épocas e demonstra que num primeiro momento (a partir de 1960) motivaram intervenções no espaço urbano vinculadas aos ideais de progresso e modernidade; e numa segunda etapa (a partir de 1990) inverteram o discurso procurando privilegiar a preservação da memória e história da cidade.

Contribuindo com o que foi dito, Kobelinski³⁴ demonstrou em seu trabalho o predomínio de uma propaganda oficial da cidade baseada nas transformações urbanas que aconteceram. Tais intervenções formaram uma imagem glamorosa da cidade devido ao progresso que materializava-se em obras e na legislação através do primeiro Plano de Urbanização de 1967. As práticas administrativas e suas realizações, divulgadas com a colaboração da imprensa local procuraram mostrar uma cidade moderna e progressista que, no entanto, não se apresentava dessa maneira para toda a população.

Assim, definimos nosso recorte temporal a partir das especificidades do lugar de estudo entre os anos de 1971 e 2011. Entendemos o ano de 1971 como recorte inicial, devido a criação, através da Lei nº 52/1971, do Fundo de Urbanização de Guarapuava (FURG) e da Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava (SURG), responsáveis por receber e gerir os recursos para executar os serviços urbanos de que a cidade necessitava, como pavimentação de ruas, abertura de loteamentos, canalização de córregos e limpeza urbana.

Demarcamos o final de nossa pesquisa em 2011 por ser o ano da inauguração, pela Prefeitura Municipal de Guarapuava, do Aterro Sanitário Municipal. A obra, idealizada e projetada no início da década de 1990 foi construída a partir de 2008 e

³³ TEMBIL, M.. op.cit.

³⁴ KOBELINSKI, M.. op.cit.

iniciou suas atividades em maio de 2011. A administração municipal buscava dar fim ao problema do Lixão e do destino do lixo urbano a partir da operação dessa obra de engenharia.

Nossas fontes são compostas por documentos do Poder Legislativo e Executivo, além de periódicos locais. Foram pesquisados no Arquivo Histórico da Câmara de Vereadores de Guarapuava, no Arquivo Histórico Municipal e Centro de Documentação e Memória (CEDOC) na UNICENTRO e na Biblioteca Municipal da Casa da Cultura “Arlindo Trinco Ribeiro”. Algumas leis consultadas durante a pesquisa foram encontradas no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Guarapuava³⁵ e as mais antigas foram consultadas nos respectivos livros anuais de registro de leis, disponíveis na Secretaria de Administração da Prefeitura.

Elencamos uma série de leis, às quais chamamos de “legislação ambiental” que compõe-se de leis que tratam de assuntos como o Plano Diretor, Código de Posturas, Zoneamento e uso do solo urbano, criação de áreas de proteção ambiental e parques municipais, além do transporte de resíduos e outros temas relacionados direta ou indiretamente com nosso objeto de pesquisa, o lixo.

Também consultamos requerimentos dos vereadores e as Atas das Sessões da Câmara de Vereadores em que foram discutidos e votados os projetos dessas leis para que pudéssemos entender seus trâmites burocráticos e as discussões, quando havia, que levaram a sua aprovação ou recusa. Além dos debates relacionados aos projetos de lei, consultamos as atas para tentar localizar as falas ou debates de vereadores que foram citados pelos jornais por terem se pronunciado a respeito de determinados assuntos relativos a temas ambientais.

Ao trabalharmos com os arquivos legislativos nos preocupamos em procurar conhecer o funcionamento da administração pública do município durante a temporalidade estabelecida para poder entender como leis, projetos de leis, sessões legislativas, sanções e outros expedientes burocráticos funcionavam. Como foram criados, discutidos e destinados dentro da máquina burocrático-administrativa analisada.

Ao adentrarmos os arquivos para o trabalho de pesquisa das fontes, atentamos para um olhar crítico em relação às fontes como requisito para uma interpretação correta, como nos casos de algumas atas das sessões da Câmara Municipal. Quando o presidente era da situação e um vereador da oposição usava a tribuna para fazer críticas ao executivo municipal, a ata citava que houve a crítica mas não trazia por escrito o teor da mesma, nem citavam-se os partidos dos vereadores para não explicitar as diferenças, ou deixar registro das desavenças. Desconfiamos das fontes, pois elas não são neutras e os

³⁵ Disponível em: <www.guarapuava.pr.gov.br>.

documentos devem ser julgados com a criticidade do olhar historiográfico. Todo documento está carregado de intenções daqueles que o produziram, quer sejam pessoas ou instituições³⁶.

Um problema que enfrentamos em relação aos documentos do Arquivo Histórico da Câmara de Vereadores foi que no início de nossa consulta estavam alocados em um espaço da Casa que depois foi mudado em virtude de reformas nos gabinetes dos vereadores, impedindo sua consulta. Logo após houve a prisão do presidente da Câmara de Vereadores pelo Grupo Especial de Repressão ao Crime Organizado (GAECO) e denúncias de corrupção envolvendo diversos outros vereadores, o que provocou um atraso nos trabalhos, pois muitos documentos ficaram sob a tutela do Ministério Público.

Ainda com relação a isso, as reformas se estenderam mais que o esperado e o Arquivo foi mudado de lugar por mais três vezes até se encontrar um espaço para alocá-lo “devidamente”. Todas essas circunstâncias acabaram acarretando prejuízos ao trabalho de pesquisa e também a desorganização de boa parte do acervo, além da perda de alguns documentos.

Além da legislação e das Atas de sessões, o livro do Programa Planalto Verde da Prefeitura de Guarapuava nos possibilitou conhecer as metas e ações propostos pelo mesmo. Conseguimos um exemplar do Estatuto social da Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava (SURG) e os Relatórios Anuais da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Florestal dos anos de 2004 e 2010 referentes ao balanço final e parcial, respectivamente, das duas últimas administrações municipais.

Além desses documentos a Secretaria nos forneceu os dois últimos Planos Municipais de Gerenciamento de Resíduos Sólidos dos anos de 2010 e 2012 onde constam as ações, projetos e obras para o setor. Também foi disponibilizado pela Prefeitura Municipal o Plano Municipal de Saneamento Básico do ano de 2012 com diversas informações a respeito das condições sanitárias e de infraestrutura do município, além do plano de investimentos para o setor e informações relativas à limpeza urbana.

Com relação aos periódicos, utilizamos dois jornais de períodos diferentes para problematizar questões na pesquisa. Sabemos que a imprensa começou a ser usada como fonte historiográfica no início dos anos 1970 e, na atualidade, o uso de tal fonte é tido como fundamental para analisar ideias e projetos políticos ou questões sociais. O uso da imprensa

³⁶ BACELLAR, C.. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C.B. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

periódica local como fonte de pesquisa visou produzir um trabalho historiográfico de maior valor interpretativo³⁷

O uso de periódicos objetivou encontrar e trazer à cena da história outras perspectivas que pudessem expressar a experiência de diversos grupos e camadas sociais. Entendemos o uso dos jornais como uma possibilidade de encontrar neles registros e representações dos embates cotidianos na arena do poder no âmbito da urbe.

Um dos jornais utilizados foi o “Esquema Oeste”, semanário que trazia notícias locais, estaduais e nacionais à população e circulou no período de 1970 a 1998. Nesse período, existiam outros jornais na cidade como, por exemplo: a Folha do Oeste (1930-1982), a Tribuna de Guarapuava (1994-1999) e a Folha de Guarapuava (1979-1980).

O Esquema Oeste, no entanto, foi o de maior duração no período pesquisado e o que tem a coleção mais completa. Era composto de oito páginas, ampliadas no decorrer dos anos 1980 para 11 páginas e em edições comemorativas no final do ano tinha cerca de 20 páginas. Publicava reportagens de política, esporte, sociedade e seções de colunistas locais, como a “Coisas” de Luis Antonio Pereira de Araújo, e a “Tribuna”, escrita por Waldemar Garcia.

O editor e diretor era Leonel Júlio Farah, jornalista e político local, fato que pode ter contribuído para que o jornal logo se tornasse o veículo de comunicação oficial da Prefeitura de Guarapuava, publicando as leis, balanços e editais oficiais do município.

O outro jornal utilizado foi o “Diário de Guarapuava” que começou a circular na cidade e região em 1998 e continua sendo publicado até este momento. Diferente do Esquema que era impresso sem cores, o Diário era colorido e tinha um formato diferente do anterior. Sua tiragem era de cerca 23 mil exemplares e possuía mais páginas e algumas seções específicas como “Política” e “Cidade”. O jornal possui vários sócios, entre eles o Grupo Tribuna de Comunicação, o maior grupo de mídia do interior do Paraná e tem como diretora presidente Delise Guarienti Almeida e como diretor geral André Guarienti Almeida, que em entrevista à reportagem comemorativa aos 15 anos do Diário salientaram sua orientação editorial “[...] sempre na defesa dos interesses da comunidade [...]” sem cunho político e sempre trabalhando de forma independente com isenção e responsabilidade.³⁸

Os periódicos podem ser considerados fontes históricas e analisados como documentos, mas sempre levando-se em conta que a notícia é uma reconstrução dos

³⁷ LUCA, T.R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C.B.. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

³⁸ 15 anos de história acompanhando o crescimento de Guarapuava e região. **Diário de Guarapuava**. Guarapuava, 13 nov. 2013. Disponível em:<www.diariodeguarapuava.com.br>. Acesso em: 12/01/2014.

acontecimentos e não o espelho da sociedade ou dos fatos. Ela é um relato do que ocorreu e como tal possui limitações, o que não quer dizer que o que foi relatado não é verdadeiro, mas uma aproximação do fato acontecido. Sendo um veículo de comunicação de massa os jornais podem ser entendidos como espaços de representação do social e problematizados nas pesquisas historiográficas.

Dessa forma, pretendemos desenvolver nossa proposta de trabalho dentro dos limites espaço-temporais propostos e delimitados por nossos objetivos, procurando estruturar nosso texto para, nos capítulos a seguir, realizar uma interpretação da maneira como nos propusemos.

Assim, no primeiro capítulo denominado “A questão ambiental e as políticas públicas como forma de compreensão histórica da sociedade” definimos nossa compreensão da questão ambiental como resultante dos impactos na natureza das relações estabelecidas com ela pela sociedade capitalista, demonstrando a necessidade de uma mudança nos atuais padrões insustentáveis de produção e consumo da mesma. A seguir estabelecemos um debate a respeito do conceito de Estado e sua função no estabelecimento de ordenamentos para a sociedade apontando como nosso referencial teórico o materialismo histórico. A partir disso procuramos empreender uma definição do conceito de Políticas Públicas como resultantes da mediação do Estado na busca de soluções para problemas da sociedade através da participação democrática e, ao final, elencamos as contribuições do ambientalismo para a formação de políticas públicas ambientais no âmbito das conferências da Organização das Nações Unidas (ONU).

No segundo capítulo intitulado “Alguns caminhos das questões ambientais e do lixo nas políticas públicas”, primeiramente procedemos um levantamento histórico da formação de políticas públicas para o meio ambiente no Brasil e ao final analisamos algumas delas relacionadas aos resíduos sólidos e ao lixo especificamente. Na sequência analisamos a temática no âmbito do estado do Paraná utilizando as notícias dos jornais Esquema Oeste e Diário de Guarapuava para demonstrar a incorporação da temática ambiental e do lixo na agenda governamental, além de seus efeitos para a sociedade através da interpretação das mesmas.

No terceiro capítulo “Os caminhos do lixo na sociedade Guarapuavana” apresentamos nosso espaço de estudo e procedemos uma retrospectiva de sua história recordando suas características socioeconômicas presentes na produção historiográfica para nos situarmos em relação às especificidades locais. A seguir apresentamos algumas considerações relacionadas às questões ambientais que localizamos em nossas fontes e que

direta ou indiretamente vinculam-se com a questão do lixo com o intuito de demonstrar que a cidade apresentou outros problemas socioambientais dentro da temporalidade pesquisada. Ao final elencamos as ações tomadas pelo poder público municipal para solucionar os problemas relativos não só ao lixo mas à outras demandas socioambientais, com destaque para a criação da empresa de limpeza pública, da secretaria de meio ambiente e para os diversos projetos e programas implementados pela Prefeitura com a colaboração da sociedade, destacando a característica incrementalista dessas políticas públicas.

No quarto capítulo, cujo título é “Do lixão ao aterro: uma história do lixo em Guarapuava” apresentamos a situação mais recente do problema utilizando informações coletadas nas fontes e na bibliografia específicas para identificar um panorama da situação do lixo na cidade. Prosseguimos através de um histórico das ações tomadas pela sociedade e pelo poder público relativas aos problemas socioambientais do lixo urbano e, principalmente do lixão municipal, dividindo esta etapa em três partes, sendo a primeira de 1971 a 1976, e a segunda de 1977 a 1993. Estabelecemos a terceira parte, que vai de 1993 a 2011, onde apresentamos as demandas sociais e administrativas para concretizar a obra do aterro sanitário.

Nas considerações finais realizamos um balanço de nossa pesquisa tecendo observações a respeito das políticas públicas como elementos de ordenação e mediação dos conflitos na sociedade e das responsabilidades inerentes às escolhas envolvidas nas mesmas. Salientamos também questões atinentes à questão dos resíduos em Guarapuava e seus desdobramentos na busca de uma sociedade sustentável local e globalmente.

CAPÍTULO I

A QUESTÃO AMBIENTAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO FORMA DE COMPREENSÃO HISTÓRICA DA SOCIEDADE.

Se um homem gasta a metade de cada dia a passear pelas florestas simplesmente por gostar delas, arrisca-se a ser considerado um preguiçoso; mas se ele gasta o dia inteiro como especulador, devastando a floresta e provocando a calvície precoce da terra, aí então ele ganhará a admiração de seus concidadãos como pessoa ativa e empreendedora. Pode uma cidade se interessar por suas florestas apenas para acabar com elas?!

Henry Thoreau

A citação de Thoreau nos permite questionar, assim como ele fez, qual o interesse que nos move na relação com a natureza que nos cerca. Quais são os princípios que norteiam essa relação? Seria a busca do lucro a todo custo com o trabalho, ou seria o preguiçoso desinteresse financeiro da contemplação da natureza? O autor, em “A vida sem princípio”, texto do qual faz parte o trecho acima, fazia pesadas críticas à “pragmática e utilitarista” sociedade da Nova Inglaterra, onde residia e onde “[...] não era popular defender o prazer de trabalhar, a contemplação da natureza, o lazer, a múltipla aptidão pessoal; afinal de contas, ali o tempo era e ainda é dinheiro”³⁹, segundo Drummond.

Apesar das diferenças, levando-se em conta que o autor escreve no século XIX, a comparação nos parece pertinente tendo em vista os problemas advindos das relações dos humanos com a natureza. Ao pensar em como nossa sociedade trata o meio ambiente, será que podemos dizer que o interesse é mais econômico ou utilitarista do que de respeito e admiração? Será que podemos afirmar que nos interessamos mais em acabar com nossas florestas do que em preservá-las? Valorizamos os seres empreendedores e ativos, ainda que suas atividades causem problemas à natureza e a outros seres humanos?

Thoreau chamou nossa atenção para uma característica de nossa sociedade capitalista que não pode passar despercebida: o fato de nela considerar-se admirável “ganhar dinheiro” devastando a natureza, transformando-a em mercadoria e explorando o trabalho. O autor escreveu no século XIX, expressando críticas aos valores socioculturais estabelecidos, como trabalho, riqueza e ostentação, que ainda se encontram presentes no mundo contemporâneo.

³⁹ DRUMMOND, J.A..Introdução. In: THOREAU, H..**Desobedecendo** – A desobediência civil & outros escritos. Trad. José Augusto Drummond. São Paulo: Círculo do Livro, 1987. p.27.

Como escritor e admirador da natureza, Thoreau “[...] abre uma linhagem de preservacionistas que desemboca diretamente nos modernos militantes e cientistas do movimento ecológico [...]”⁴⁰. Dessa maneira, ao utilizarmos a citação desse autor, queremos chamar a atenção para os valores sociais envolvidos na questão ambiental, que nos levam a questionar o modelo de sociedade em que vivemos.

Os cientistas naturais sabem que os componentes do mundo natural têm uma realidade material, “objetiva”, independente da cultura humana, mas os cientistas sociais sabemos que a cultura é um “filtro” subjetivo – e nada neutro – que se aplica inevitavelmente a eles. Um estudo sobre a natureza sem a consideração dos valores culturais humanos é legítimo, mas **não é um estudo socioambiental**, e sim um estudo de ciência natural, como a ecologia, ou a história natural. O plano simbólico, valorativo ou cognitivo é, portanto, parte **necessária** de uma investigação socioambiental. É bem verdade que os humanos são animais que consomem recursos naturais, como quaisquer outros seres vivos, mas, pelo que sabemos, eles são os únicos que emprestam valores simbólicos aos recursos que consomem.⁴¹

Reconhecemos que, ao levarmos em consideração os valores culturais, subjetivos e sem neutralidade, envolvidos com a questão, chamamos a atenção para os problemas que envolvem principalmente as sociedades urbano-capitalista-industriais e sua relação com a natureza. Ressaltamos que essa relação pode ser analisada por diferentes ciências, utilizando diversas teorias e sob a ótica das mais variadas visões científicas, políticas, filosóficas e religiosas.

A questão ecológica reduz-se antes e acima de tudo a uma questão de valores, ainda que a questão muito mais difícil da compreensão da evolução das inter-relações materiais (o que Marx chamava “relações metabólicas”) entre os seres humanos e a natureza não seja, pois, minimamente alcançada.⁴²

Tendo em conta que a questão ecológica nos coloca diante de uma disputa entre valores conflitantes envolvidos na relação humanos-natureza, analisamos neste primeiro capítulo a questão ambiental e seus problemas para a sociedade e o Estado, que, como produtores de novas práticas sociais e novos ordenamentos políticos e jurídicos, objetivam resolver ou diminuir os impactos negativos de suas ações relacionadas ao meio ambiente

⁴⁰ Idem, p.21.

⁴¹ DRUMMOND, J.A..Ciência socioambiental: notas sobre uma abordagem necessariamente eclética. In: ROLIM,R.C.; et al.(Orgs.). **História, espaço e meio ambiente**, Maringá,p. 26,2000. (grifo do autor).

⁴² FOSTER, J.B..**A ecologia de Marx**: materialismo e natureza.Trad. Maria Teresa Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.25.

natural e humano. O Estado, através das chamadas políticas públicas, tenta estender seu controle sobre a sociedade, reduzindo os impactos negativos, assim como suas causas e consequências, a partir do seu ordenamento jurídico.

Abordamos a questão do interesse econômico empresarial e sua influência nas ações do Estado e da sociedade para enfrentar a questão ambiental. Nosso objetivo é demonstrar a incorporação da questão ambiental à legislação do Estado como preocupação social e econômica, discutindo as influências socioeconômicas que colaboram para a incorporação do tema à agenda política e à legislação. Devemos observar que a lei

[...] é um meio pelo qual se executam processos sociais, políticos e econômicos; um privilegiado instrumento de realização do poder.[...] A legislação traz em si um caráter duplo: ao mesmo tempo em que reflete costumes e valores sociais, é fator determinante destes, na medida em que normatiza comportamentos, introduz e reprime valores. Nesse sentido, parece-nos bastante instigante a investigação do que está oculto pelo texto legal, do que se busca realizar por meio dele.⁴³

A lei cria e modifica valores, assim como sofre influência de determinados valores, individuais ou coletivos, presentes na sociedade durante o processo de elaboração legislativo.

Iniciamos nossa explanação considerando como compreendemos a questão ambiental e sua problemática que afeta o planeta. Em seguida apresentamos algumas perspectivas de entendimento do Estado como indutor de discussões e propostas de políticas públicas para o meio ambiente na sociedade. A seguir abordamos a formação de políticas públicas, demonstrando suas possibilidades de interpretação da sociedade a partir da organização e elaboração das mesmas, e apresentamos algumas possibilidades de entendimento da questão em âmbito mundial, lembrando a trajetória do movimento ambientalista e dos debates e conferências sobre o meio ambiente.

⁴³ MOREIRA, T.C..A crise ambiental como um desafio ao direito contemporâneo. : ROLIM,R.C.; et al.(Orgs.). **História, espaço e meio ambiente**, Maringá, p. 68, 2000.

1 A QUESTÃO AMBIENTAL E A (DES)ORDEM PLANETÁRIA

Procuramos refletir sobre algo que acontece todos os dias onde existem seres humanos. Nesses locais, nós nos relacionamos com nosso ambiente. Ao longo de nossa história, tornou-se hegemônica uma visão judaico-cristã que justificou a separação e a dominação da natureza, mas que não é a única. Dessa maneira, os seres humanos instituíram sobre a Terra o seu domínio e passaram a utilizá-la ao seu bel prazer.

[...] toda cultura elabora os seus conceitos, inclusive o de natureza, ao mesmo tempo em que institui as suas relações sociais. Em nossa sociedade, por exemplo, a natureza é vista como algo passível de ser dominado e submetido ao Homem todo-poderoso... E só não vê quem não quer a íntima relação dessa idéia com os propósitos de dominação e submissão de um homem por outro homem.⁴⁴

No longo caminho do caudal histórico social do qual somos parte, os cientistas e pesquisadores procuraram formas de interpretar a sociedade e representá-la, de diversas maneiras. O ser humano conhece o mundo por meio de seus sentidos e com seu entendimento busca maneiras de representá-lo aos outros. As maneiras como fazemos essa interpretação variaram de acordo com as épocas e os momentos científicos que a humanidade percorreu.

Vivemos em uma era planetária, “[...] que começa com a descoberta de que a Terra não é senão um planeta e com a entrada em comunicação das diversas partes desse planeta[...]”⁴⁵, e indagamos a respeito das escolhas de desenvolvimento que são tomadas na sociedade. Quem as toma? Quais são os critérios ou interesses que norteiam a decisão de investir bilhões de dólares numa sonda espacial e não em ajuda humanitária? Quem são os seres humanos que escolhem acabar com uma floresta para escavar uma reserva de cobre? Questionamos para procurar entender como são formadas as opiniões, divulgadas as informações e tomadas as decisões a respeito do que a sociedade deve fazer para continuar no caminho do “desenvolvimento” e do “progresso”. Progresso para quem? Desenvolvimento do que?

⁴⁴ GONÇALVES, C.W.P.. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2001. p.97.

⁴⁵ MORIN, E.;KERN, A.B.. **Terra-Pátria**. Trad. Paulo A.N.da Silva. Porto Alegre: Sulina, 1995. p.22.

A visão de progresso e de desenvolvimento como constituidores da potência histórica não é neutra. Ela tem um sentido etnocêntrico ocidental, estando enraizada nos primórdios por um entendimento de unidade da história universal, periodizada linearmente com uma imagem de caminhada progressiva do homem, resultante da concepção judaico-cristã da história.

Essa idéia recebeu um impulso decisivo, tornando-se hegemônica a partir do Iluminismo, quando, por uma determinada razão subsidiada pelo próprio *espírito do capitalismo*, funda a civilização industrial. No primeiro momento, essa idéia postulava a satisfação das necessidades materiais e espirituais, fincando uma clara cisão entre o homem e o meio ambiente.

O progresso está embasado em uma noção cumulativa linear, pressupondo um crescimento quantitativo e um melhoramento qualitativo, como se não pudesse existir dissociação entre esses dois fatores.⁴⁶

As ideias de progresso e desenvolvimento, fruto do etnocentrismo ocidental burguês, são produzidas e exercidas na sociedade capitalista para beneficiar apenas uma parte dessa sociedade e separar os humanos da natureza. A busca do “progresso” e do “desenvolvimento” também é responsável por uma série de degradações socioambientais que por sua vez afetam toda a sociedade. Uma consciência ecológica planetária é necessária aos seres humanos em vista da multiplicação de degradações ambientais e da poluição que ocorre na biosfera terrestre.

Vinculada à condição de ser no mundo, a questão ambiental é fundamental à existência humana, pois é do ambiente que provém a base material de reprodução da vida, aliás, das diversas formas de vida. Em outras palavras, é do ambiente que são extraídos os recursos para produção de abrigo, alimento, artefatos técnicos, vestuário, entre tantas outras coisas necessárias à manutenção da vida, qualquer que seja a forma de organização social que os humanos estabeleceram ao longo de milhares de anos de presença no planeta.⁴⁷

Dependemos do ambiente para vivermos no planeta, pois o ambiente provê os recursos materiais de que precisamos para a manutenção da vida. A partir da segunda metade do século XX, vivemos uma crise mundial de desenvolvimento ligada ao “problema cultural/civilizacional” e ao “problema ecológico”⁴⁸. A superação desse dilema, buscada tanto pelo capitalismo quanto pelo socialismo, nos colocou no final do século passado sob a

⁴⁶ ALMEIDA, J.P. de. A instrumentalização da natureza pela ciência. **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 23, p.184 e 185, nov. 2001.

⁴⁷ RIBEIRO, W. C..Teorias socioambientais: em busca de uma nova sociedade. **Estudos Avançados**. São Paulo, USP, 24(68), 2010, p. 9.

⁴⁸ MORIN, E.;KERN, A.B.. opcit, p. 75.

hegemonia da sociedade capitalista industrial e de um pensamento fragmentário e crematístico⁴⁹ que resolve os problemas de maneira parcial, de acordo com seus interesses.

A importância e o interesse a respeito das questões ambientais por parte da população de maneira geral e dos cientistas especificamente nos leva a pensar que esta é uma das tendências dos estudos historiográficos, notadamente a partir dos anos 1990. Assim,

A natureza passou a ser foco de atenção das práticas sociais e passou a ser projetada como espaço de relações a ser repensado neste fim de século. Isto ocorreu, tanto no meio acadêmico como no político, no econômico e no social, conduzindo a uma nova forma de pensar a relação homem-natureza⁵⁰.

Salientamos que, imbuídos dessa nova forma de pensar, que nos leva à busca de uma outra relação social com a natureza, entendemos a ideia de “natureza” como sendo uma criação cultural dos seres humanos, instituída por meio de práticas e relações sociais, sendo por essa razão engajada em valores no mundo contemporâneo.

Toda sociedade, toda cultura cria, inventa, institui uma determinada idéia do que seja a natureza. Nesse sentido, o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens. Constitui um dos pilares através do qual os homens erguem as suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, a sua cultura.

Dessa forma, é fundamental que reflitamos e analisemos *como foi e como é* concebida a natureza na nossa sociedade, o que tem servido como um dos suportes para o modo como produzimos e vivemos, que tantos problemas nos tem causado e contra o qual constituímos o movimento ecológico.⁵¹

Tal ideia do que seja “natureza” vincula-se umbilicalmente aos interesses de determinados grupos da classe social dominante, responsáveis pela manutenção de um modo de vida baseado no consumo, sem limites, de recursos naturais e na alienação político-social da força laboral e intelectual. A chamada questão ambiental decorre dos problemas gerados pelas formas de produzir e consumir no interior do sistema capitalista que, ao privilegiar uma visão econômico-crematística da vida, altera com suas atividades o conjunto dos elementos

⁴⁹ Segundo Carlos Walter Porto Gonçalves, para Aristóteles a crematística era entendida como a busca incessante de riqueza e o estudo da relação entre os preços das mercadorias. Gonçalves utilizou o termo ao explicar o significado de riqueza, que está relacionado ao valor de troca, sendo este determinado pela escassez; “mas riqueza não é escassez e sim abundância”. Ou seja, os bens naturais (água, ar) por serem abundantes não são considerados bens econômicos, até que se tornam escassos devido por exemplo, à poluição. Portanto, de acordo com o pressuposto de que a privação/escassez resulta riqueza; torna-se necessário que a maioria dos humanos não seja proprietário, começando pela própria natureza (terras, florestas, reservas minerais, nascentes) como condição para instaurar o “reino da economia mercantil (a crematística de Aristóteles)”. GONÇALVES, C.W.P.. op.cit., passim.

⁵⁰ PAULA, Z.C. Uma face da relação homem/natureza. **Pós-História**, Assis/SP: UNESP, v.5, 1997, p.185.

⁵¹ GONÇALVES, C.W.P..op.cit., p.23 e 24. (grifo do autor)

responsáveis pela manutenção da dinâmica de funcionamento ambiental planetário. No entanto, com relação às formas de produzir na sociedade, Gonçalves nos adverte que:

[...] na nossa sociedade, a maior parte da população não dispõe da terra e dos demais recursos naturais e, portanto, não é diretamente responsável pelo uso que é dado a esses recursos. Os proprietários das terras e de outros meios de produção é que, em função da própria concorrência, vêem-se compelidos a aumentar a produtividade de suas empresas sob pena de deixarem de ser capitalistas. E, para isso, lançam mão das técnicas mais eficazes, sejam elas ecológicas ou não. Deste modo, não respeitam os tempos dos ecossistemas ou os humores dos trabalhadores, como bem o demonstrou Charles Chaplin em *Tempos Modernos*.⁵²

Dessa maneira, as alterações causadas pela ação de seres humanos no ecossistema, a exemplo da poluição, causam a destruição do ambiente ao impedir “[...] que os ciclos naturais continuem funcionando eficientemente, devido aos detritos acumulados e ou esgotamento dos recursos naturais pela velocidade e intensidade da exploração[...]”⁵³. O tempo de resposta do meio natural para recuperar-se dos efeitos da degradação e da poluição é superior ao tempo da indústria, do consumo e do descarte que vigoram na sociedade e se aceleram cada vez mais.

Dentro da lógica do sistema capitalista ocorre, segundo Almeida, a “matematização” da natureza numa tentativa de torná-la infinita como os números, para convencer o restante da sociedade “[...] que a cornucópia do meio ambiente nunca se esgotará de fornecer matéria-prima e energia e de receber o lixo da produção [...]”⁵⁴ e do consumo vigentes na sociedade.

Vivemos uma época de transformação planetária em que se discute qual caminho tomaremos rumo ao futuro da espécie humana. Com o desenvolvimento das ciências chegamos ao consenso a respeito da finitude dos recursos naturais, sem os quais nossa sociedade não sobreviveria, e também de nossas poucas possibilidades de resolução dos problemas ambientais globais de maneira isolada.

Questões complexas, como a poluição das águas, efeito estufa, mudança climática, buraco da camada de ozônio na Antártica, aumento do nível dos oceanos, que atingem a humanidade se misturam a problemas locais, mas com repercussão global pelo efeito cumulativo e de dispersão.

⁵² Idem, p.115. (grifo do autor)

⁵³ ALMEIDA, Jozimar P. de. A questão ambiental: contribuição a um “caosmo” da História. **Pós-História**, Assis/SP, v.4, p. 181, 1996.

⁵⁴ Idem, p. 184.

Consumismo, poluição do ar nos grandes centros, engarrafamentos, falta de esgoto, problemas de saúde e o destino do lixo doméstico, comercial e industrial, apesar de terem sido minimizados em países desenvolvidos, ainda são um sério problema socioambiental nos países menos desenvolvidos.

A questão ambiental nos coloca “[...] diante de questões de claro sentido ético, filosófico e político[...]”⁵⁵, apontando para as dificuldades que se mostram na resolução de tais dilemas ambientais e da dificuldade em nos desprendermos de um pensamento do século XVII que sobreviveu até hoje.

Nos últimos duzentos anos construiu-se uma noção que se tornou hegemônica de que a técnica e a tecnologia poderiam resolver todos os problemas que surgissem na sociedade e no planeta. No entanto, houve e há críticas a essa forma de pensar, viver e produzir, que nos levam a reavaliarmos nossa relação com o planeta e com as outras formas de vida nele existentes.

Nós somos seres biológicos, culturais e históricos e estamos ligados à natureza, ao ambiente no qual estamos inseridos, sendo necessário pensarmos nessa relação natureza/sociedade e nas suas consequências. O envolvimento da sociedade com a natureza, de maneira complexa e dinâmica resulta em processos acentuadamente desestabilizadores para o mundo natural, pois os seres humanos retiram da natureza muito mais do que é necessário à manutenção da vida.

Tal fato é decorrente de que o sistema capitalista criou necessidades socialmente constituídas que provocam o aumento da demanda por recursos naturais, que por sua vez não podem ser renovados de acordo com o tempo social, dependendo de processos naturais que demandam um período maior que o da lógica capitalista, cujo objetivo prioritário é a multiplicação do capital no menor tempo possível.

Quando se sabe que 20% dos habitantes mais ricos do planeta consomem cerca de 80% da matéria-prima e energia produzidas anualmente, vemo-nos diante de um modelo-limite. Afinal, seriam necessários cinco planetas para oferecermos a todos os habitantes da Terra o atual estilo de vida que, vivido pelos ricos dos países ricos e pelos ricos dos países pobres, em boa parte é pretendido por aqueles que não partilham esse estilo de vida. Vemos, assim, que não é a população pobre que está colocando o planeta e a humanidade em risco, como insinua o discurso malthusiano.

A promessa moderna de que os homens e mulheres, sendo iguais por princípio, são iguais na prática não pode concretamente ser realizada se a referência de estilo de vida para essa igualdade for o *american way of life*.⁵⁶

⁵⁵ GONÇALVES, C. W. P..op. cit., p.18.

⁵⁶ Idem, p.31. (grifo do autor).

O estilo de vida que levamos tem impacto direto no ambiente terrestre. Quanto mais generalizada a sociedade de consumo maiores serão os desafios, visto que o ideal consumista deve ser pretendido pelo maior número de pessoas possível e isso tem impacto direto no uso dos recursos naturais.

Ao pensarmos nessa relação entre a sociedade e a natureza não podemos entender o mundo separando em nossa reflexão os seres humanos da natureza. Compreendemos que, como seres humanos, fazemos parte de um único e frágil sistema de vida planetário que, por meio de interações complexas entre suas partes produz o mundo como o vemos; entendemos isso segundo nossa inserção histórico-cultural na sociedade.

Este mundo analisado e produzido pelas relações estabelecidas entre seres humanos e natureza é, a nosso ver, um local onde foi rompido a homeostase, o equilíbrio da vida, que aos poucos deixa de existir. Nesse planeta onde estamos vivendo e produzindo esta reflexão histórica, onde tentamos construir sentidos e onde tentamos interpretá-los, existe uma tendência de que:

[...] o processo de ampliação da velocidade produtiva por intermédio da ciência e técnica, conjugado com o aumento da quantidade de produtos a serem transformados, intervém diretamente, e em larga escala ampliando o grau de desestabilização entrópica, no funcionamento da natureza[...].⁵⁷

Dessa maneira, na sociedade capitalista e globalizada, a ampliação da produção pelo uso intensivo da tecnologia e da criação de necessidades de consumo rompe o equilíbrio do sistema de vida planetário. Ao acelerarmos o ritmo da produção e do consumo não damos tempo para que os processos naturais aconteçam de maneira adequada. Sobrecarregamos o planeta com uma quantidade de resíduos acumulados e concentrados em porções do território que muitas vezes não são adequados e, assim, destruimos o equilíbrio do ecossistema, prejudicando a teia da vida.

Entendemos que a questão ambiental é fruto de um modelo de civilização baseado nas ideias de progresso e desenvolvimento, que propagam a dominação da natureza pela humanidade. Em nosso entender, questionamos as noções e práticas estabelecidas de progresso e de desenvolvimento por expressarem o poder de dominar e explorar destrutivamente os recursos naturais e os seres vivos.

⁵⁷ ALMEIDA, J. P. de. Questões conceituais na História Ambiental. In: GIANNATTASIO, G.; IVANO, R. (Org.). **Epistemologias da História: verdade, linguagem, realidade, interpretação e sentido na pós-modernidade**. Londrina: EDUEL, 2011.p. 258 e 259.

A sociedade capitalista demanda que utilizemos os recursos naturais pela imposição de ritmos e métodos industriais em todos os sistemas sociais. Assim, modificaram-se geneticamente plantas e inseminaram-se embriões em animais, modificando ou melhorando características genéticas. Com isso pretendeu-se acelerar a engorda com rações e hormônios para reduzir o tempo de abate dos animais ou aumentar a resistência a doenças nas plantas. Intensificou-se e industrializou-se um tempo que era natural, para que pudesse acompanhar o ritmo exigido pela produção industrial.

A conservação de alimentos com produtos químicos e adições de sódio para evitar que se deteriorem e aumentar seu prazo para consumo e a produção de tecidos e roupas em que se projetam novas fibras e fios sintéticos derivados do petróleo, mais maleáveis que os naturais, também podem ser citados como exemplos dessas modificações colocadas em prática pelos interesses industriais.

Outro aspecto relevante do sistema produtivo, no entanto, permanece nas sombras do sistema e diz respeito aos resíduos e dejetos resultantes das atividades desenvolvidas pelos seres humanos em seu ambiente, notadamente pelo setor industrial.

A indústria, localizada de forma dominante no meio urbano, reflete primeiramente seus problemas no ambiente local. No entanto, a atividade industrial disseminou-se para tantos locais de produção, interligados por redes logístico-produtivo-informacionais e com estruturas físicas e produtivas tão semelhantes, que podemos afirmar que suas mazelas também se espalharam pelo mundo.

Afinal de contas, depois de Chernobyl, quem ousaria dizer que os efeitos da poluição causada por um acidente, fruto do superaquecimento de um reator nuclear que produzia energia elétrica e era, ou deveria, ser devidamente controlado, afeta somente um local ou um país?

A princípio, as reações aos perigos foram sobretudo locais e técnicas. Depois, associações e partidos ecológicos se multiplicaram e ministérios do Meio-Ambiente foram criados em setenta países; a conferência de Estocolmo de 1972 suscitou organismos internacionais encarregados do meio-ambiente (PNUE); programas internacionais de pesquisa e de ação foram estabelecidos (programa das Nações Unidas para o meio-ambiente, programa sobre o homem e a biosfera da UNESCO). Enfim, a conferência do Rio reuniu 175 Estados, em 1992. Trata-se de conciliar as necessidades de proteção ecológica e as necessidades de desenvolvimento econômico do terceiro mundo. A idéia de ‘desenvolvimento sustentável’ põe em dialógica a idéia de desenvolvimento, que comporta aumento das poluições, e a idéia de meio-ambiente, que requer limitação das poluições.⁵⁸

⁵⁸ MORIN, E.; KERN, A. B., op.cit, p.74.

Como seria possível desenvolver uma cidade, um país ou o mundo de maneira sustentável preservando recursos naturais no sistema capitalista? Tal é nosso dilema com relação ao desenvolvimento e à disseminação do conceito de desenvolvimento sustentável. Assim, apesar de ser uma das ideias norteadoras da atualidade, das muitas positivas em vigor na sociedade, acreditamos ser necessário repensar o conceito de desenvolvimento propalado por ela.

Estamos diante de uma sociedade em que se perpetuam as mazelas do analfabetismo, das doenças, da fome, da pobreza e, como se tudo isso não bastasse, uma sociedade em que o ser humano ainda deteriora continuamente os ecossistemas dos quais depende a nossa vida.

No fundamento da idéia dominante de desenvolvimento está o grande paradigma ocidental do progresso. O desenvolvimento deve assegurar o progresso, o qual deve assegurar o desenvolvimento.

O desenvolvimento tem dois aspectos. De um lado, é um mito global no qual as sociedades industrializadas atingem o bem-estar, reduzem suas desigualdades extremas e dispensam aos indivíduos o máximo de felicidade que uma sociedade pode dispensar. De outro, é uma concepção redutora, em que o crescimento econômico é o motor necessário e suficiente de todos os desenvolvimentos sociais, psíquicos e morais. Essa concepção tecnocrômica ignora os problemas humanos da identidade, da comunidade, da solidariedade, da cultura. Assim, a noção de desenvolvimento se apresenta gravemente subdesenvolvida. A noção de subdesenvolvimento é um produto pobre e abstrato da noção pobre e abstrata de desenvolvimento.⁵⁹

A noção de desenvolvimento que vigora na sociedade carece então ser repensada, uma vez que reduz o conceito a uma concepção técnica e econômica da sociedade e não leva em consideração outros aspectos da vida, tão ou mais importantes que aqueles que o capitalismo priorizou.

Deveriam ser levados em consideração aspectos como paz, felicidade, lazer, ócio, igualdade social, proteção da biodiversidade para se definir conceitos como “desenvolvimento” e “progresso”. Assim, consideramos importante proceder à crítica do modelo de sociedade vigente, que os define prioritariamente pelos aspectos econômicos, tecnológicos e sociais dos países industrializados e ricos, pautados pelo consumismo, pela obsolescência programada dos produtos e pela reprodução do capital a qualquer custo.

⁵⁹ Idem, p. 83. (grifo do autor).

Os bens de consumo passam também a configurar uma situação original porque, pela primeira vez na história da humanidade, livrar-se das coisas, substituí-las, renová-las, se torna tão ou mais importante do que a mera posse/uso. Como nesta sociedade a taxa de mortalidade de expectativas é elevada e sempre crescente, consumidores experientes não se importam de destinar à lata do lixo tudo o que já tenha cumprido sua função identificadora, que tenha ultrapassado seu tempo de uso, de desfrute. E o descarte tem sentido próprio: é o medo de ser considerado *out* pela vida social, é o receio de ser ‘jogado no lixo’ – lugar em que ninguém quer estar, nem mesmo os excluídos do processo formal de consumo.⁶⁰

Frente a esses problemas da instantaneidade do consumo e do descarte, em que o medo de “ir para o lixo” nos obriga a atirar nele tudo que pertence ao “passado”, resta-nos perguntar: haveria outros interesses para definir nossa relação com a natureza? Acreditamos que possa haver e vemo-nos irremediavelmente obrigados a concordar com a crítica que vem sendo construída desde a década de 1960 pelos movimentos da contracultura, entre eles o ambientalista, presente nos mais diversos setores da sociedade, fazendo com que a forma de dominação humana da natureza seja ponderada.

Essa ponderação foi possível devido à impossibilidade de o sistema produtivo capitalista negar aos organismos internacionais e nacionais os impactos causados pelas indústrias ao meio ambiente terrestre depois de casos como o desastre de Bhopal, na Índia, provocado pela Union Carbide (1984)⁶¹; Chernobyl (1986); Exxon Valdez (1989)⁶² e, mais recentemente, a explosão da plataforma da British Petroleum (BP), que ocasionou o rompimento da tubulação no fundo do mar, levando ao vazamento de milhões de barris de petróleo no Golfo do México.

Durante 87 dias, de abril a julho de 2010, o mundo acompanhou via satélite o pior vazamento de petróleo da história. A transmissão das informações desses desastres ecológicos pela televisão e outras mídias contribuiu para divulgar os problemas e sua gravidade para a sociedade. Isso ajudou a questionarmos o fato de que tais desastres, causados pela intensificação industrial no sistema capitalista, poderiam afetar seriamente os seres humanos e a vida na Terra.

⁶⁰ CUNHA, M.R.R.L.. O consumidor do lixo – A relação dos catadores de material reciclável com os bens e mercadorias que retiram do lixo. **XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro Oeste**. Goiânia/GO: UFG, maio de 2010, p.2.

⁶¹ Gases tóxicos vazaram da fábrica da Union Carbide e mataram, num primeiro momento 3.000 pessoas. Calcula-se que cerca de 150.000 pessoas sofreram os efeitos dos gases. A Union Carbide abandonou a fábrica de Bhopal.

⁶² O navio de propriedade da ExxonMobil encalhou no mar, próximo ao Alasca, e ocasionou o vazamento de cerca de 250.000 barris de petróleo no mar, contaminando a água e matando milhares de animais.

Salientamos, com base em Almeida, que “a relação produção humana e meio ambiente é dialética e reflexiva, as alterações que ocorrem no meio ambiente atingem o homem, tendo-se como exemplo mais claro a poluição [...]”⁶³. Dessa forma, não podemos esquecer que também somos vítimas dos desastres ambientais causados pela poluição das indústrias. No entanto, as dificuldades para estabelecer as responsabilidades efetivas e punir os “culpados” geram um sentimento de impunidade em relação aos responsáveis pelos problemas, principalmente quando se trata de empresas multinacionais, sediadas nos países desenvolvidos e os acidentes acontecem em países menos desenvolvidos.

Dessa maneira torna-se necessário procedermos criticamente diante de tais fatos e buscar promover uma visão e uma postura científica que se contraponha à visão simplista e hegemônica dos problemas ambientais, da responsabilidade humana em relação a tais problemas e das possibilidades de resolução dos mesmos.

⁶³ ALMEIDA, J. P. de. História e Patrimônio ambiental: artifícios naturais do poder público em Londrina. **Revista História Hoje**, São Paulo, n.3, p. 6, 2004.

2 O ESTADO COMO INDUTOR DE POLÍTICAS E NORMAS PARA A SOCIEDADE

O Estado institui fóruns de debate com a sociedade civil com o objetivo de construir respostas para os problemas que se apresentam perante a sociedade: audiências públicas, reuniões com associações civis, conferências, seminários, pesquisas, apresentação de relatórios administrativos e orçamentos participativos podem ser citados como algumas das instâncias de debate instituídas pelo Estado, para discutir, propor e avaliar as iniciativas estatais e particulares e democratizar a formação de políticas públicas nas mais diversas áreas. Tais iniciativas podem resultar na indicação de prioridades de ações para o poder público. Uma vez elencadas as prioridades sociais, algumas poderão resultar em programas de governo e leis que as institucionalizam como Políticas Públicas.

Num primeiro momento abordamos algumas contribuições para o entendimento e a definição do conceito de Estado; depois discutimos o Estado Capitalista e sua racionalidade. Ao final, discorreremos a respeito da elaboração de políticas públicas para o meio ambiente em âmbito mundial, abordando as contribuições do Ambientalismo para a efetivação de uma agenda ambiental no plano das conferências da Organização das Nações Unidas (ONU), demonstrando as contribuições na busca de soluções para o problema dos resíduos sólidos e do lixo.

2.1 CONTRIBUIÇÃO PARA UMA DEFINIÇÃO DO ESTADO NA SOCIEDADE

Pierre Clastres, em sua obra “A sociedade contra o Estado”⁶⁴, analisou em uma sociedade indígena os motivos que fizeram os humanos aceitarem a dominação de uns sobre os outros e, posteriormente a criação de um poder superior à sociedade – o Estado. O que aconteceu para que, nas sociedades sem Estado, houvesse a criação de tal instituição social, combatida pelos povos analisados pelo autor?

O Estado não é necessariamente o destino de toda sociedade. Diversas sociedades indígenas e antigas, por exemplo, viviam sem essa instituição e possuíam o que precisavam para sua existência não somente material, mas também sociocultural. Foi a visão etnocêntrica ocidental que nos legou a ideia de que tais sociedades eram atrasadas técnica, econômica, cultural e politicamente.

⁶⁴ CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**: pesquisas de antropologia política. 2 ed. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978.

Este suposto atraso sociocultural, no entanto, só tem validade quando se entende que a sociedade caminha teleologicamente da barbárie para a civilização e, nesse pressuposto eurocentrista, considera-se que a civilização é a sociedade ocidental. Com esse entendimento buscamos compreender o Estado e seu papel como principal produtor de ordenamentos na sociedade.

[...] o grande corte político entre detentores da força, seja ela guerreira ou religiosa, e sujeitados a essa força. A relação política de poder precede e fundamenta a relação econômica de exploração. Antes de ser econômica, a alienação é política, o poder antecede o trabalho, o econômico é uma derivação do político, a emergência do Estado determina o aparecimento das classes.⁶⁵

A política precedeu e fundamentou a exploração econômica na sociedade de forma violenta, causando o aparecimento da divisão de classes na mesma. Assim, estaria na ruptura política e não na econômica a decisiva razão da mudança nas sociedades primitivas. Mas como se operou essa mudança? De onde se originou o poder político que, dominando corações e mentes, abriu caminho para a dominação do homem sobre o homem?

A razão do surgimento do Estado, segundo Clastres, poderia estar na questão demográfica. Vivendo em pequenas comunidades atomizadas no universo tribal, a emergência do Estado unificador poderia ser impedida de constituir-se. Os grupos locais e comunidades sociopolíticas pequenas conseguiriam controlar o poder. Mandel, compartilhando dessa visão, informa que:

[...] até certa altura do desenvolvimento da sociedade, antes de ser dividida em classes sociais, certas funções, tais como a das armas ou a administração da justiça, eram exercidas coletivamente - por todos os membros adultos da comunidade. Só quando esta sociedade se desenvolve mais, no momento em que aparecem classes sociais, é que estas funções são retiradas à coletividade e reservadas a uma minoria que passa a exercê-las de modo especial.⁶⁶

Grandes aglomerados populacionais seriam então o embrião da possibilidade de separação do poder político nas sociedades? Longe de trocar um determinismo econômico por um determinismo demográfico, Clastres nos alerta para o fato de que é necessário reconhecer que o crescimento demográfico possui a capacidade de abalar

⁶⁵ Idem, p.139.

⁶⁶ MANDEL, E. **Teoria marxista do Estado**. Lisboa: Edições Antídoto, 1977. p. 15. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/mandel/ano/mes/teoria.htm>>. Acesso em: 02/07/2012.

a sociedade primitiva, permitindo o surgimento do poder político corporificado no Estado e suas instituições.

Visto a dificuldade de precisar uma origem para o Estado, procuramos vislumbrá-lo enquanto parte fundamental da sociedade, presente no corpo político e administrativo dos governos. Entendemos que o Estado constitui-se numa esfera da sociedade, mas não está separado ou acima da sociedade. Necessário se torna definirmos outras visões a respeito do Estado ao qual estamos subordinados dentro da sociedade.

A ideia de Estado relaciona-se a uma noção de dominação de homens sobre outros homens. Supõe-se que o Estado guardaria os interesses coletivos e proporcionaria a toda a sociedade segurança e paz. Muitos foram os escritores que procuraram definir o Estado. Maquiavel, Hobbes, Hegel, Rousseau, Engels⁶⁷ e outros, nos fizeram proposições, cada um a seu modo, de como se formou esta instituição bem como de seu funcionamento em suas sociedades.

Para os objetivos que temos neste trabalho, entre tantas visões, escolhemos o materialismo histórico dialético de Marx como nosso referencial teórico e analítico para entendermos a função e a ação do Estado na sociedade. Tal referencial é demonstrativo de uma visão de análise e de possíveis caminhos interpretativos para o tema da pesquisa.

Ao longo da modernidade ocorreram várias cisões: separação do homem dos seus instrumentos de trabalho, divisão social e técnica do trabalho, separação da sociedade civil e do Estado. A dominação e a exploração são empreendidas sob os princípios da igualdade e liberdade que se consolidam pela existência do Estado, assim, a legitimação autoperpetuante da política liberal foi desenvolvida no decorrer de todo o século XVIII e XIX por diversos autores já analisados. A ruptura com a concepção liberal de Estado só ocorreu efetivamente com a contribuição dos estudos empreendidos a partir de Karl Marx.⁶⁸

Além de sua importância por romper com a visão liberal e contratualista do Estado, Marx foi importante por demonstrar que o Estado não representa somente seus interesses, de Estado-sujeito, mas representa os interesses da classe dominante. O Estado é utilizado para a reprodução das relações sociais de dominação política e econômica pela classe social que detém o poder.

⁶⁷ Maquiavel em “O Príncipe”, Hobbes em “Leviatã”, Hegel em “Elementos da Filosofia do Direito”, Rousseau em “Do contrato social”, Engels em “Origem da família, da propriedade privada e do estado”.

⁶⁸ MASSON, G..Das teorias modernas de Estado à crítica da legitimação político-ideológica na organização social capitalista. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v.44, n.1, p. 85, abr. 2010. Disponível em: <ri.uepg.br:8080/riuepg/bitstream/handle/123456789/685/ARTIGO_TeoriasModernasEstado.pdf?sequenc e=1>. Acesso em: 02/01/2014.

O fundamento da teoria marxista do Estado é o de que:

O Estado é um órgão especial que surge em certo momento da evolução histórica da humanidade, e que está condenado a desaparecer no decurso da mesma evolução. Nasceu da divisão da sociedade em classes e desaparecerá no momento em que desaparecer esta divisão. Nasceu como instrumento nas mãos da classe dominante, com o fim de manter o domínio desta classe sobre a sociedade, e desaparecerá quando o domínio desta classe desaparecer.⁶⁹

Além de demonstrar que tal Estado deveria desaparecer por não prover a igualdade entre as pessoas, Marx também entendia que ele não poderia representar o bem comum, uma vez que os interesses que representava eram os de uma classe específica, a burguesia, que tinha como objetivo a dominação sobre as outras classes e a alienação dos indivíduos do poder e das instâncias de tomada de decisões.

Essa apropriação do Estado pela classe dominante pode ser demonstrada pela utilização de recursos públicos para financiar projetos industriais particulares, privatizando os ganhos e socializando os gastos. Lembramos, por exemplo, o caso do desenvolvimento do medicamento Taxol⁷⁰.

Segundo Gonçalves⁷¹, o projeto financiado com recurso públicos do governo dos Estados Unidos junto com a empresa Bristol-Myers-Squibb (BMS) resultou no medicamento mais vendido do mundo no ano de 2001. A BMS investiu 1 bilhão de dólares no projeto e lucrou com as vendas do medicamento 9 bilhões de dólares. O governo estadunidense gastou 484 milhões de dólares no projeto, comprou 687 milhões de dólares em medicamentos e lucrou, a título de *royalties*, 35 milhões de dólares. Lembramos que o princípio ativo do Taxol é uma substância desenvolvida a partir de um arbusto (*Taxusbrevifolia*), descoberto em 1971 por pesquisadores da Universidade Estadual da Flórida, em pesquisa desenvolvida com recursos do governo dos Estados Unidos.

Ao fazermos as contas dos gastos governamentais chegaremos a um total de US\$ 1,171 bilhão de gastos contra US\$ 35 milhões de lucros com os *royalties*, totalizando um prejuízo para os cofres públicos dos Estados Unidos de US\$ 1,136 bilhão. Destacamos ainda o fato de que, além do uso de recursos financeiros públicos, houve o uso de recursos humanos e do conhecimento científico de uma universidade pública estatal para beneficiar um grupo empresarial particular.

⁶⁹ MANDEL, E.. op. cit., p. 15.

⁷⁰ GONÇALVES, C.W.P.. op.cit., p. 45-47.

⁷¹ Idem.

A ética do campo científico implica o livre curso das idéias, assim como a manutenção do seu caráter de patrimônio comum da humanidade, lógica que o mundo empresarial, regido pelo interesse privado, contradiz com o segredo comercial. Aliás, é importante considerar que a empresa é uma instituição de poder e não somente um *locus* de produção no sentido econômico, como normalmente é vista. O senso (do homem) comum fala-nos de um *poder econômico*, expressão rica de sentidos mas que não tem recebido o tratamento analítico adequado no campo científico. Até mesmo regras democráticas elementares – como eleições, por exemplo – ficam ao largo do mundo empresarial, onde ainda se vota com base no número de ações que se possui. É como se as pessoas votassem de acordo com a renda que possuem, princípio que, no espaço público, o aperfeiçoamento democrático exigiu que fosse superado. Enfim, a empresa tem sido uma das instituições mais resistentes aos princípios democráticos.⁷²

A lógica do poder econômico é a de utilizar o conhecimento e os recursos públicos em benefício próprio, ficando ao final com a posse das patentes dos produtos e do conhecimento científico produzido. Ganham os acionistas, de acordo com a quantidade de ações que possuem, e perde a maior parte da sociedade. Tanto as empresas como o Estado reforçam e reproduzem a estrutura social burguesa da sociedade.

Sabemos que o poder é permanente no Estado e que este é exercido por instituições que o representam e de fato exercem o poder. Essas instituições, ao contrário dos governos, não se modificam através do voto. São compostas por um corpo de funcionários permanentes, que são selecionados de acordo com critérios pré-estabelecidos.

Apesar de uma imagem democrática, esse processo de seleção priva muitas pessoas do acesso a ele, uma vez que não atendem os requisitos mínimos pré-estabelecidos, como a escolaridade. Mesmo aqueles que são aprovados não chegarão aos cargos de comando das instituições, pois para isso é necessário ter uma grande qualificação e competências que poucos apresentam, ou ter uma indicação política cujos critérios não são definidos por mérito. Ou seja, o sistema burocrático capitalista é selecionador e um reflexo da seleção e da hierarquia dessa sociedade.

Dessa forma adotamos a definição de Estado como uma instituição organizada política, social e juridicamente, que controla um determinado território habitado por uma população. Tal Estado detém o controle dos meios de repressão (polícia/exército) e da elaboração e fiscalização de leis pelo funcionamento burguês do parlamento.

Assim, entendemos que o Estado serve aos interesses da classe dominante da sociedade, sendo um instrumento de manutenção e defesa dos mesmos, além de manter as classes desfavorecidas envoltas numa alienação permanente a respeito das condições

⁷² Idem, p.51 e 52. (grifo do autor).

sociopolíticas. Esta característica não exclui a possibilidade de participação, reivindicação e influência de todos os setores da sociedade civil organizada junto ao Estado e seus representantes, na defesa de seus interesses.

2.2 O ESTADO CAPITALISTA E A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Salientamos nosso entendimento de que a sociedade é organizada segundo uma racionalidade econômico-crematística responsável pela situação de aumento dos riscos ambientais e dos danos aos mais diversos ambientes terrestres. Entendemos que uma sociedade organizada e racionalizada dessa maneira está a cada dia destruindo suas fontes de sobrevivência por acreditar que a ciência e a tecnologia poderão corrigir os erros socioambientais cometidos ao não se preocupar com o impacto de seu modo de vida na natureza.

Ao alertar para a estreita ligação da questão ecológica com a política e desta com os interesses econômicos, chamamos a atenção para a importância das políticas públicas como instrumentos na busca de soluções para as depredações socioambientais.

Nas palavras de Rémond:

O desenvolvimento de políticas públicas sugeriu que a relação entre economia e política não era de mão única: se não há dúvida de que a pressão dos interesses organizados às vezes altera a condução dos negócios públicos, a recíproca não é menos verdadeira: a decisão política pode modificar o curso da economia para melhor e para pior.⁷³

Dessa forma, compreendemos que a relação entre o poder político e o poder econômico apresentada nos mostra que a influência econômica na elaboração de ordenamentos pode ser direcionada para colaborar com seus interesses. Nesse sentido, a pressão junto ao Estado e seus representantes por parte do setor industrial demonstra que existem interesses em influenciar os ordenamentos da sociedade e a importância da política.

Sendo a elaboração das leis uma atribuição dos representantes políticos da sociedade, Rémond salientou que:

⁷³ RÉMOND, R..**Por uma história política**. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.p.23.

[...] o político é o lugar de gestão da sociedade global, ele dirige em parte as outras atividades; define seu *status*, regulamenta seu exercício. A lei autoriza ou proíbe, encoraja ou impede. Os créditos públicos suscitam, ajudam, favorecem. A decisão política pode criar situações inteiramente novas que abrem um campo para todo tipo de atividade.⁷⁴

Ao considerarmos o político como um lugar privilegiado do controle da sociedade, podendo favorecer ou não determinados grupos, situações ou atividades, alertamos para que os problemas socioambientais são derivados de um posicionamento político e concordamos com Gonçalves quando diz que “:”

[...] ainda que encontremos em nosso país boas razões para termos aversão à política, a seriedade dos problemas que levantamos exige, por isso mesmo, muita criatividade e lucidez política para não deixarmos tal questão nas mãos daqueles que só lembram da ecologia na época das eleições.⁷⁵

Dessa maneira, frisamos que a solução de muitos dos problemas ambientais não é de natureza técnica ou tecnológica, pois as soluções dependem de opções políticas e culturais tomadas pela sociedade e implementadas pelo Estado, dentro do jogo dialético em que se busca uma mudança de atitude em relação ao ambiente.

Analisamos as políticas públicas ambientais utilizando-nos do pressuposto de que a história é produto da articulação e rearticulação de seus sujeitos históricos no campo da sociedade. É por meio dessa atividade que se constroem e ganham forma os projetos da sociedade que vão se politizando conforme avança a sua realização.⁷⁶

Baseamo-nos nas contribuições teóricas a seguir objetivando uma possível definição de Políticas Públicas para que possamos entender sua influência e suas relações com nosso objeto de pesquisa: o problema do lixo em Guarapuava.

Para Abreu as políticas públicas são:

[...] “mediações” político-institucionais entre os diversos atores presentes no processo histórico social em suas múltiplas dimensões (economia, política, cultura etc.) e são implementadas por atores políticos através de instituições públicas. Nesse aspecto, a política ambiental é o conjunto de ações de organismos estatais com o objetivo de equacionar ou resolver problemas da coletividade. Atores sociais e políticos participam de sua formulação de forma imprescindível.⁷⁷

⁷⁴ Idem, p.447. (grifo do autor).

⁷⁵ GONÇALVES, C. W. P..op.cit., p.99.

⁷⁶ RIBEIRO, W. C..**A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001. p.46.

⁷⁷ ABREU, M. de F. apud SANTOS, R. dos. **Políticas públicas ambientais: coleta e reciclagem de lixo no município de Goiânia**. 2008. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial Urbano) – UCG, Goiânia/GO, 2008. p. 30.

O Estado seria então o grande mediador e organizador das políticas públicas, possibilitando o encontro, o debate e a mediação de proposições dos entes políticos e sociais para a resolução dos problemas e a formação de políticas públicas nos diversos setores da sociedade, inclusive no ambiental.

Segundo Shauren Júnior⁷⁸, uma outra proposta para definir o conceito de Políticas Públicas, que a nosso ver não exclui ou contraria a anterior, é de que elas são instrumentos da atuação do governo estatal com o objetivo de arbitrar tensões na sociedade da maneira menos conflituosa possível. O arbitramento estatal visa promover melhores condições de vida para a população.

Elencamos, de maneira geral, tendo por base Souza⁷⁹, três das principais proposições teóricas que debatem e definem o estudo das políticas públicas: o pluralismo, o marxismo e o neoinstitucionalismo. Para os efeitos de nosso estudo procuramos uma abordagem que, com base nos fundamentos marxistas, não exclui totalmente as outras abordagens. Defendemos a pertinência de tal proposta, uma vez que as teorias referidas explicam de formas diferentes, mas não excludentes, a formação das políticas públicas e as formas de atuação e pressão exercidas pela sociedade no processo de elaboração das mesmas.

A teoria pluralista do Estado democrático afirma que nas sociedades industriais ocidentais o poder está amplamente dividido entre diversos grupos de interesse e que todos os grupos têm possibilidade de influenciar o processo de tomada de decisões.

O pluralismo ganhou destaque nos Estados Unidos nos anos 60 do século XX e propõe que, embora os grupos de interesse não tenham o mesmo grau de influência no processo decisório, mesmo os grupos mais fracos poderiam ser ouvidos e ter influência em algum momento do processo. No entender de Ham e Hill, “[...] o poder tenderia a ser fragmentado e difundido nos sistemas políticos e o quadro básico apresentado pelos pluralistas é o do mercado político onde o que um grupo alcança depende de seus recursos e do ‘nível de decibéis’ que é capaz de emitir”⁸⁰.

A teoria marxista compreende o Estado como a esfera de defesa dos interesses burgueses, sendo as políticas públicas implementadas para defender os interesses

⁷⁸ SHAURENJÚNIOR, H.M.. **Políticas públicas, cidadania e violência estrutural: estudo de caso com catadores de resíduos sólidos em Estrela/RS**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) –UNIVATES, Lajeado/RS, 2008.p.44.

⁷⁹ SOUZA, C.. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n.16, p. 20-45, jul/dez 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 12/04/2012.

⁸⁰ HAM, C.; HILL, M.. **O processo de elaboração de políticas públicas no estado capitalista moderno**. Tradução de Renato Amorim e Renato Dagnino. Londres: 1993.p.47. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/53092753/Texto-Processo-de-Elaboracao-de-Políticas-no-Estado-Capitalista-Moderno-Hill>. Acesso em: 14/07/2012.

dessa classe dominante. A proposta marxista não entende o Estado como um mero títere dos interesses burgueses, mas salienta e traz para o debate, como uma das suas contribuições para a análise de políticas públicas, a questão da influência econômica nos assuntos políticos. Assim, com base nessa teoria, podemos evitar o engano de omitir a relação existente na sociedade capitalista entre o poder econômico e o poder político.

O Neoinstitucionalismo foca sua abordagem no papel e na importância das instituições do Estado na decisão, formulação e implementação de políticas públicas. Essa teoria recoloca o Estado como palco de análise privilegiado no estudo das Políticas Públicas. Para o neoinstitucionalismo:

[...] o Estado, ao contrário do que defendem os pluralistas e marxistas, não se submete simplesmente a interesses localizados na sociedade, sejam das classes ou dos grupos de interesse. As ações do Estado, implementadas por seus funcionários, obedecem à lógica de buscar reproduzir o controle de suas instituições sobre a sociedade, reforçando sua autoridade, seu poder político e sua capacidade de ação e controle sobre o ambiente que o circunda.⁸¹

A principal contribuição do neoinstitucionalismo é demonstrar a relação entre regras formais e institucionais atuando juntamente com os indivíduos e grupos de interesse para definir as políticas públicas em setores de seu interesse. Além de ampliar o controle e a autoridade do Estado, a formulação de políticas públicas também representa a luta por poder e por recursos entre grupos sociais e os embates são mediados pelas instituições políticas e econômicas. Nesse embate, as políticas públicas podem caminhar para direções que privilegiam alguns grupos em detrimento de outros, além de sofrerem a influência de interesses, de ideias e da própria história social.

Estudamos as políticas públicas ambientais, reafirmando uma interpretação no sentido de buscar uma junção das teorias explicativas elencadas, visando interpretar a maneira como foram definidas ao longo dos anos as políticas públicas ambientais. Buscamos, por meio dessa proposta, uma interpretação mais ampla e holística da sociedade e das instituições do Estado como definidoras de políticas públicas relativas ao meio ambiente.

Compreendemos que as políticas públicas ambientais procuram, por meio de um processo de discussão com os diversos atores sociais e políticos, resolver os diversos tipos de problemas, entre eles os ambientais, causados por esses mesmos atores

⁸¹ ROCHA, C.V..Neoinstitucionalismo como modelo de análise de políticas públicas: algumas observações. *Civitas*, Porto Alegre, v.5, n. 1, p. 11-28, jan/jun 2005.p.14.

sociopolíticos, através de ações diretas ou indiretas do Estado e suas instituições em todos os âmbitos.

As políticas públicas são instrumentos de decisão política por meio dos quais o Estado busca resolver os problemas enfrentados pela sociedade. A maneira como essas decisões são tomadas depende também de como a sociedade encara esses problemas, de como se posiciona em relação a eles e ao poder político e de como participa da tomada das decisões.

Consideramos que, ao defender seus interesses, os diversos setores da sociedade tomam posições que podem ser favoráveis ou contrárias a determinadas posições políticas do Estado ou de seus representantes, pois os interesses podem ser divergentes ou incompatíveis. Assim, por meio de uma série de mecanismos de debate, troca de informações técnicas e sociais e pressões dos setores envolvidos, o Estado elabora determinadas políticas públicas para enfrentar e resolver os problemas que emergem e exigem soluções.

3 CONTRIBUIÇÕES DO AMBIENTALISMO PARA A FORMAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS EM ÂMBITO MUNDIAL

Segundo Ribeiro, pensar como se organizaram as relações entre os países em escala internacional é algo fascinante. “A descoberta das intrincadas vias do poder mundial permite uma série de incursões na reflexão sobre a existência humana.”⁸².

Por esse viés podemos mostrar como as questões ambientais foram sendo aos poucos incorporadas na agenda da Organização das Nações Unidas (ONU) e dos países que dela fazem parte, por meio de uma série de compromissos multilaterais assumidos pelos Estados. A materialização das preocupações com o planeta e com a vida que nele existe passou a fazer parte de nossa sociedade de maneira indispensável social, econômica e politicamente, de modo que tanto as instituições sociais quanto as pessoas têm entre suas preocupações o meio ambiente.

Segundo Gonçalves, “A década de 1960 marca a emergência, no plano político, de uma série de movimentos sociais, dentre os quais o ecológico”⁸³. Ainda que a preocupação com a natureza fosse anterior a esse período e que, segundo Thomas, possamos perceber “[...] uma profunda modificação das sensibilidades que ocorreu na Inglaterra entre o século XVI e o final do século XVIII [...]”⁸⁴ em relação ao ambiente natural, foi durante a segunda metade do século XX que ela se disseminou na sociedade e passou a compor o rol de preocupações das nações e dos povos.

De todas as revoluções do século XX, poucas forjaram uma mudança tão universal e fundamental nos valores humanos quanto a revolução ambientalista. Gerado pelos amantes da natureza e filantropos vitorianos, nutrido por naturalistas amadores e planejadores profissionais, e finalmente inserido na agenda das políticas públicas por uma nova geração rebelde e idealista, o ambientalismo ultrapassou as divisões religiosas, nacionais e políticas para difundir-se em quase todos os países da Terra. Ganhou dezenas de milhões de adeptos, criou novos órgãos de legislação, engendrou novos partidos políticos, encorajou uma reavaliação das prioridades econômicas e tornou-se tema de políticas internas e relações internacionais. Acima de tudo, mudou nossas concepções do mundo no qual vivemos. Pressuposições de séculos foram subvertidas em não mais que poucas décadas. Pela primeira vez a humanidade foi despertada para a verdade básica de que a natureza é finita e que o uso equivocado da biosfera ameaça, em última análise, a própria existência humana.⁸⁵

⁸² RIBEIRO, W.C..2001. op.cit., p.11.

⁸³ GONÇALVES, C.W.P..op. cit., p.10.

⁸⁴ THOMAS, K..**O homem e o mundo natural**. Trad. João R. M. Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p.18.

⁸⁵ McCORMICK, J..**Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista**. Trad. Marco A. E. da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992. p.15.

A grande mudança dos valores humanos levada a cabo pelo ambientalismo e seus adeptos inseriu nas políticas públicas a preocupação com a finitude da natureza e o uso equivocado dos recursos da biosfera que ameaça a existência humana, exigindo dos Estados atenção e ação.

Nesse sentido, os primeiros acordos feitos no nível internacional objetivando regular as ações humanas sobre o ambiente foram promovidas pela coroa inglesa em 1900, quando foi realizada “[...] uma reunião internacional, com o objetivo de discutir a caça indiscriminada nas colônias africanas. [...] O resultado desse encontro foi a Convenção para a Preservação de Animais, Pássaros e Peixes da África [...]”⁸⁶. A partir daí foram feitos diversos acordos, visando principalmente a preservação de espécies da fauna e da flora mundiais em diversos ambientes, além de determinados ecossistemas tidos como de extrema relevância.

Entre tantos acordos e convenções importantes salientamos alguns que, em nosso entender, são demonstrativos do crescimento da importância do assunto para os povos e nações do mundo. Em 1923 houve o I Congresso Internacional para Proteção da Natureza; em 1949, a Conferência das Nações Unidas para a Conservação e Utilização dos Recursos; em 1959, foi firmado o Tratado Antártico que, no contexto da Guerra Fria, regulamentou a ocupação daquela região e a reivindicação de soberania territorial naquele ambiente natural.⁸⁷

Esse período que vai do início do século XX até próximo de 1960 demonstrou o crescimento da importância dos temas relacionados com o meio ambiente e com as discussões a respeito de conservação/preservação dos ambientes e dos recursos naturais. A partir de 1960, contudo, começou a surgir e a se desenvolver o que McCormick denominou de Novo Ambientalismo. Para o autor:

Em algum momento no final dos anos 50 e começo dos anos 60 as circunstâncias conspiraram para dar surgimento a um novo movimento de protesto, baseado nas preocupações com o estado do ambiente humano e com as atitudes humanas em relação à Terra. A natureza e os recursos naturais deixaram de ser a única preocupação; o novo movimento abrangia tudo, desde a superpopulação e a poluição aos custos da tecnologia e do crescimento econômico. O Novo Ambientalismo ia além do mundo natural; questionava a própria essência do capitalismo.⁸⁸

⁸⁶ RIBEIRO, W.C.. 2001.op.cit., p.54.

⁸⁷ Idem, passim.

⁸⁸ McCORMICK, J..op.cit., p.61.

Ao transcender o debate do “mundo natural” e questionar o “ambiente humano” e os modelos de sociedade que vigoravam, esse novo ambientalismo deu início à crítica de outros temas envolvidos na questão ecológica. Foi nesse contexto de maior abrangência do ambientalismo, aliado aos riscos à vida gerados pela corrida armamentista nuclear, que os movimentos sociais e de contracultura passam a ter um papel primordial na contestação do modelo de sociedade, de “desenvolvimento” e de “progresso” preconizados pelo capitalismo e pelo socialismo.

O aumento das preocupações com os limites e contradições dos modelos societários, principalmente os relacionados à superpopulação, à urbanização e à poluição especialmente presentes no período posterior a 1960, chamaram a atenção da opinião pública mundial e forçaram os governos a colocar em suas agendas políticas o tema ambiental de uma vez por todas.

A publicação de *Silent Spring*, de Rachel Carson, em 1962, detalhando “os efeitos adversos da má utilização dos pesticidas e inseticidas químicos sintéticos [...] aumentou a consciência pública quanto às implicações da atividade humana sobre o meio ambiente[...]⁸⁹ levando vários governos do mundo a proibirem ou restringirem o uso de produtos como o DDT depois que as pessoas leram afirmações como esta:

A endrina é mais tóxica de todos os hidrocarbonetos clorados. Embora relacionada, de modo um tanto íntimo, com a dieldrina, uma leve distorção, na sua estrutura molecular, torna a endrina cinco vezes mais venenosa do que ela. A endrina faz com que o progenitor de todo este grupo de inseticidas – o DDT – se afigure, em comparação, relativamente inofensivo. Ela é quinze vezes mais venenosa do que o DDT, para os mamíferos; 30 vezes mais venenosa, para os peixes; e cerca de 300 vezes, para algumas aves. No decênio de seu uso, a endrina matou enorme quantidade de peixes; envenenou fatalmente todo o gado que entrou por hortas e pomares pulverizados; envenenou poços; e provocou enérgica advertência de pelo menos um departamento estadual de saúde pública dos Estados Unidos, assegurando que o seu uso descuidoso está pondo em perigo vidas humanas.⁹⁰

A tomada de consciência mundial e a pressão aos governos teve a colaboração de outra publicação científica que causou um grande abalo na opinião pública, foi *The Limits to Growth*, publicado em 1972, sob os auspícios do Clube de Roma. Tinha como tese principal que “[...] as raízes da crise ambiental residiam no crescimento exponencial [...]”

⁸⁹ Idem, p.70.

⁹⁰ CARSON, R.. **Primavera silenciosa**. Trad. Ralul de Polillo. São Paulo: Melhoramentos, 1964. p.36-37.

e destacando que “[...] havia uma necessidade urgente de atingir um equilíbrio global através do reconhecimento dos limites do crescimento econômico e populacional.”⁹¹.

Ainda que tais obras e ideias fossem, digamos, um tanto quanto apocalípticas, tanto que seus divulgadores foram chamados de “profetas do apocalipse” ou “novos Jeremias”⁹², o seu grande mérito foi sem dúvida conseguir chamar a atenção das pessoas para a gravidade dos problemas ambientais.

Pode ter sido rude – ou mesmo uma aposta perigosa – usar tais táticas de choque, mas o intenso interesse gerado em torno da saúde do meio ambiente, mesmo que muitas vezes carecesse de sustentação científica digna de crédito e se apoiasse fortemente demais na postulação, não obstante abriu caminho para uma mudança nas atitudes sociais e, subseqüentemente, políticas.⁹³

Consideramos que um marco importante na questão ambiental global foram duas Conferências das Nações Unidas para discutir os problemas ambientais mundiais. A Conferência da Biosfera, realizada em Paris em 1968, e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, favoreceram a efetivação do meio ambiente entre as prioridades políticas da maioria dos Estados do mundo.

Na Declaração de Estocolmo, em 1972, os representantes governamentais das principais nações do mundo assumiram, como um dos princípios de nossa civilização, a responsabilidade de proteger e melhorar o ambiente para as gerações atuais e futuras. Eles proclamaram no documento que a proteção do meio ambiente humano e sua melhoria passavam a ser questões fundamentais, uma vez que afetam o bem-estar de todos os povos e o desenvolvimento econômico do mundo todo. A proteção e melhoria do meio ambiente eram colocadas como uma aspiração urgente de todos e um dever de todos os governos.⁹⁴

Além da Declaração de Estocolmo, a Agenda 21⁹⁵, que resultou dos esforços de discussão da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida em 1992 no Rio de Janeiro (RIO-92), vem corroborar com a afirmação de que as questões ambientais, em suas diversas faces socioeconômicas e culturais, assumem grande importância e relevância para todas as nações.

⁹¹ McCORMICK, J.. op.cit., p.88.

⁹² Idem, p.81.

⁹³ Ibid., p.96.

⁹⁴ DECLARAÇÃO da Conferência das Nações Unidas sobre o ambiente humano. Estocolmo-Suécia, 1972. (www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc - acesso em 23/03/2013).

⁹⁵ CONFERÊNCIA das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Agenda 21**. Rio de Janeiro, 1992. 260 p.. Curitiba: IPARDES, 2001.

Tendo em vista os graves problemas decorrentes do desenvolvimento das sociedades humanas, as metas propostas na Agenda 21 para que as nações do mundo enfrentem os problemas ambientais prementes para o desenvolvimento humano e a sustentabilidade da vida no planeta, exigem a colaboração de todos. Antes de mais nada, é uma responsabilidade dos Governos, pois “São metas que nação alguma pode atingir sozinha”⁹⁶, como o próprio documento salienta.

Para a ONU, é fundamental que os governos nacionais, responsáveis pela implantação de processos, planos e políticas públicas, estimulem “A mais ampla participação pública e o envolvimento ativo das organizações não-governamentais e de outros grupos”⁹⁷, para contribuir com os esforços de reduzir os efeitos negativos da indústria e da presença humana no planeta.

Considerando o tema dessa pesquisa faz-se importante lembrar que os organismos internacionais elegeram também na Agenda 21 a destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos e industriais como focos de atenção por parte das autoridades públicas. O documento salienta que “[...] a Assembléia afirmou que o manejo ambientalmente saudável dos resíduos se encontrava entre as questões mais importantes para a manutenção da qualidade do meio ambiente na Terra [...]”⁹⁸, e deveria ir além da discussão a respeito de onde se depositaria os resíduos.

Segundo a Agenda 21, além do depósito e do aproveitamento dos resíduos por métodos seguros, é preciso “[...] buscar resolver a causa fundamental do problema, procurando mudar os padrões não sustentáveis de produção e consumo”, pois esses modelos de consumo e produção que temos instituídos na sociedade estão “[...] aumentando a quantidade e variedade dos resíduos persistentes no meio ambiente em um ritmo sem precedente [...]”, fazendo com que as quantidades possam ser, até o ano de 2025 quadruplicadas ou quintuplicadas⁹⁹.

Salientamos que é preciso levar em conta a dimensão territorial da questão ambiental como uma questão mundial, uma vez que tanto os recursos naturais quanto os resíduos estão dispersos de forma irregular pelo planeta, resultado dos processos naturais e socioprodutivos. Mas tais recursos e resíduos constituem-se também em objeto de interesse de grupos econômicos, que se apropriam de seu domínio e de suas potenciais capacidades

⁹⁶ Idem, p.3.

⁹⁷ Ibid., p.3.

⁹⁸ Ibid., p.188.

⁹⁹ Ibid., p.188.

produtivas, tornando tais recursos um foco de poder e de conflitos na sociedade. A respeito dessa questão, Pinto salienta que:

[...] a decisão de recuperar materiais do lixo é essencialmente econômica, resultando basicamente na comparação adequada entre o valor obtido com a venda dos materiais recuperados e os custos envolvidos na sua recuperação. Cria-se desta forma, a ilusão de que a reciclagem seria a solução completa para o problema dos resíduos sólidos. Porém, quem define se um resíduo é reaproveitável ou não, é a própria indústria, que coloca sob a responsabilidade do poder público e, portanto da sociedade, o ônus do tratamento dos demais materiais não atrativos comercialmente.¹⁰⁰

As decisões das empresas impactam diretamente nos preços dos resíduos e no interesse que eles despertam em quem trabalha na coleta e separação dos materiais recicláveis. Os mais valorizados pela indústria, como o alumínio, são conseqüentemente os que tem um melhor preço e um maior retorno à produção, tendo índices de reciclagem próximos de 100% no Brasil (98,3%)¹⁰¹.

No capítulo 21 da Agenda 21, intitulado “Manejo ambientalmente saudável dos resíduos sólidos e questões relacionadas com os esgotos”, definiu-se no item 21.3 o que são os resíduos sólidos.

21.3. Os resíduos sólidos, para os efeitos do presente capítulo, compreendem todos os restos domésticos e resíduos não perigosos, tais como os resíduos comerciais e institucionais, o lixo da rua e os entulhos de construção. Em alguns países, o sistema de gestão dos resíduos sólidos também se ocupa dos resíduos humanos, tais como excrementos, cinzas de incineradores, sedimentos de fossas sépticas e de instalações de tratamento de esgoto.¹⁰²

Após a definição, o documento alertava também que as ações necessárias para cumprir as metas estipuladas nas áreas de programas, devem se apoiar em uma hierarquia de objetivos centrados em quatro áreas relacionadas com os resíduos sólidos: 1º) a redução dos resíduos ao mínimo, 2º) o aumento da reutilização e da reciclagem ambientalmente

¹⁰⁰ PINTO, M. da S., apud SILVA, E.M.. A dimensão mítica da reciclagem. In: MIRANDA, A.C. de (Org.). **A dimensão do mito:** na cosmologia; na educação ambiental; na história em quadradinhos. São Paulo: All Print Editora, 2005. p.53.

¹⁰¹ Segundo o Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE) em 2011 a indústria reciclou 98,3% dos 19 bilhões de unidades de latas de alumínio produzidas, obtendo um faturamento de 5 bilhões de reais. Para efeito de comparação, os índices de reciclagem de outros tipos de materiais: PET (59%), Plástico (21,7%), Vidro (47% , dos quais 90% foram resíduos das indústrias do setor) e Papel ondulado (73,3%). Dados de 2011. Disponível em: <www.cempre.org.br>. Acesso em 10/01/2014.

¹⁰² CONFERÊNCIA das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. op.cit.,p.188.

saudáveis, 3º) a promoção do depósito e do tratamento ambientalmente seguros e 4º) a ampliação dos serviços que se ocupam dos resíduos¹⁰³.

Essas quatro áreas estão relacionadas e se apóiam, devendo se integrar para conseguir, nos municípios, efetivar os objetivos da Agenda 21 para os resíduos sólidos, enfatizando o documento a importância da participação de todos os setores da sociedade em todas as áreas de programas.

Esses programas e propostas elencados na Agenda 21 apontam os caminhos para minorar os impactos da sociedade em diversa áreas e melhorar a vida em sociedade no planeta. Esperamos que sejam encaminhadas pelos Estados, membros da ONU e signatários do documento, com a devida responsabilidade e seriedade que as respectivas sociedades merecem para tornarem-se de fato concretas.

Assim, neste capítulo apresentamos a questão ambiental como problema e consequência das escolhas de desenvolvimento e progresso feitas na sociedade capitalista para benefício de uma parcela dessa coletividade e destacamos o papel do Estado como indutor das políticas públicas, para a área ambiental inclusive, tecemos também considerações a respeito das contribuições do ambientalismo para a formação de uma agenda ambiental global e consideramos alguns pontos relativos às disposições da ONU para minorar os referidos problemas ambientais no mundo.

¹⁰³ Idem,p.188.

CAPÍTULO II

ALGUNS CAMINHOS DAS QUESTÕES AMBIENTAIS E DO LIXO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

O lixo ganhou na atualidade contornos públicos inusitados, não só pela crescente quantidade produzida, mas também pelos impactos ambientais que vem trazendo e pelos custos elevados que acarreta ao contribuinte. A despeito do crescente interesse pelas questões ambientais, as questões relacionadas ao lixo não são ainda adequadamente tratadas, apesar de decisivas para o ordenamento urbano. Não fazem parte de nossa agenda de cultura geral.

Emílio Maciel Eigenheer

Consideramos, assim como Miziara¹⁰⁴ e Eigenheer¹⁰⁵, que o lixo ainda permanece um objeto de estudo praticamente afastado dos interesses historiográficos. Embora pouco estudado pelos historiadores e deslocado dos objetos tradicionais de estudo da história, o lixo e as relações sociais das quais resulta carrega em si uma historicidade que desvela as formas de apropriação da natureza, as formas de produzir e consumir no interior da sociedade e as maneiras com que nos relacionamos com o ambiente de nossas cidades.

As relações sociais envolvidas no tema também atravessam as fronteiras entre público e privado e carregam significados que nos fazem pensar nas responsabilidades individuais e coletivas ligadas ao Estado e à cidadania. Além disso, nos fazem questionar o atual modelo de produção da sociedade capitalista quanto a seu formato de consumo crescente de mercadorias descartáveis, incentivado pela propaganda, que cria necessidades para atender ao objetivo de reprodução acelerada do capital.

Além desses aspectos, é necessário pensar em outras questões envolvidas com o tema, como salienta Miziara:

[...] fazer a história do lixo exige uma reflexão não só sobre seu aspecto simbólico, mas também sobre a realidade técnica e científica das ações políticas e econômicas que o transformam, progressivamente, numa mercadoria rentável, num objeto de disputas de setores públicos e privados, num tema estratégico para as campanhas visando a ordem social veiculadas pelos meios de comunicação de massa, e ainda num assunto de grande importância para as instituições ligadas ao planejamento urbano. Por isso, fazer a história do lixo é também repensar os limites da cidade e mergulhar num campo de disputas locais.¹⁰⁶

¹⁰⁴ Miziara, R..**Nos rastros dos restos:** as trajetórias do lixo na cidade de São Paulo. São Paulo: Educ, 2001.

¹⁰⁵ EIGENHEER, E.M..**Lixo:** a limpeza urbana através dos tempos. Porto Alegre: Gráfica Pallotti, 2009.

¹⁰⁶ MIZIARA, R.. op.cit., p.24.

Essas reflexões nos ajudam a encarar outros problemas e possibilidades que o estudo do lixo nos oferece: de perceber e interpretar as maneiras do viver urbano, que expressam os conflitos na cidade, os valores difundidos pela sociedade em sua relação com o ambiente, as prioridades sociais, os sujeitos e suas lutas políticas para conquistar ou garantir direitos relacionados a uma melhor qualidade de vida na urbe.

Corroborando com essa opinião, Couto assegura que “[...] é importante pensar a respeito de como a transformação do lixo numa problemática urbana foi constituindo-se num campo de forças que se expressa em conflituosas disputas.”¹⁰⁷. Tais disputas podem ser percebidas no cotidiano urbano quando da greve de funcionários da limpeza pública por melhores condições de trabalho¹⁰⁸ ou quando a população reclama pela falta ou atraso no recolhimento de lixo das ruas¹⁰⁹ ou mesmo quando empresas e prefeituras negociam o valor da coleta do lixo e sua destinação aos aterros ou lixões¹¹⁰.

Considerando o ambiente como um conjunto de fatores naturais e não naturais, podemos compreender que os problemas ambientais do homem contemporâneo não podem ser tratados com neutralidade. A sociedade é responsável pelos danos causados aos ecossistemas. Nessa tese, aparentemente trivial, repousa uma questão de ordem metodológica de grande importância – os problemas ambientais têm natureza histórica. Em consequência, não podem ser resolvidos sem a transformação das atuais relações da sociedade com a natureza.¹¹¹

A característica histórica dos problemas ambientais envolve as relações da sociedade com a natureza e causa a deterioração dos ambientes, inclusive dos urbanos, onde atualmente vive grande parte da população mundial. Os efeitos da urbanização desordenada são sentidos mais nitidamente nos países menos desenvolvidos, onde existe uma série de fatores que colaboram para que os problemas aconteçam em maior quantidade, como, por exemplo, a fragilidade dos órgãos de fiscalização e o menor nível educacional da população em geral.

¹⁰⁷ COUTO, A.M.S.. **Das sobras à indústria de reciclagem: a invenção do lixo na cidade – Uberlândia-MG (1980-2002)**. 2006. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p.11 e 12.

¹⁰⁸ ORTIZ, D.. Greve dos lixeiros provoca problemas nas ruas de Buenos Aires. **Bom dia Brasil**. [S.I.], 20/07/2012. Disponível em <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2012/07/greve-de-lixeiros-provoca-problemas-nas-ruas-de-buenos-aires.html>>. Acesso em: 10/02/2013.

¹⁰⁹ LIMA, C.. Moradores reclamam de falhas no recolhimento de lixo reciclável em bairros de Londrina. **CBN Londrina**. Londrina, 15/01/2014, Jornalistas. Disponível em <www.cbnlondrina.com.br>. Acesso em 26/01/2014.

¹¹⁰ CELESTINO, S.. Prefeitura de Camaçari nega irregularidades em contrato com empresa de coleta de lixo. **Bahia notícias**. Salvador, 11/01/2014. Disponível em <www.bahianoticias.com.br>. Acesso em 26/01/2014.

¹¹¹ SCARLATO, F.C.; PONTIN, J.A.. **Do nicho ao lixo: ambiente, sociedade e educação**. São Paulo: Atual, 1992. p.5.

Para motivar a busca de soluções e o aumento da participação popular, além de sua efetiva colaboração na implantação de ações, o Estado tem buscado democratizar a participação na elaboração de políticas públicas, notadamente na área ambiental. Para Borborema Neto, “[...] as políticas públicas ambientais podem ser entendidas como o conjunto de atividades através dos quais o Estado pode alcançar determinados fins relacionados ao meio ambiente, concretizando, dessa forma, as normas ambientais.”¹¹². Dessa maneira é imprescindível a participação da sociedade civil na elaboração de políticas públicas, pois tal participação aumenta sobremaneira a adesão às propostas a serem trabalhadas.

Propomos então uma interpretação das políticas públicas para o meio ambiente, em especial para o lixo ou os resíduos sólidos, dentro das esferas nacional e estadual, para demonstrar a incorporação do assunto à agenda de políticas públicas no Brasil e no estado do Paraná. Visamos demonstrar o crescimento da importância do tema para a sociedade e para os governos que comandavam o Estado, podendo observar dessa maneira a importância da preocupação com o lixo para a melhoria da qualidade ambiental.

¹¹² BORBOREMA NETO, R.T..Políticas Públicas Ambientais: uma reflexão teórico-conceitual para o seu regime jurídico no Brasil. **Revista de Direito da ADVOCEF**, Ano II, n.3, p. 155, ago.2006.

1 POLÍTICAS PÚBLICAS, MEIO AMBIENTE E O LIXO NO BRASIL

Sugerimos uma retrospectiva da formação da legislação ambiental brasileira para verificar como o lixo passou a ocupar um lugar de destaque na legislação vigente no país. A história da luta pela implantação da legislação para o meio ambiente em âmbito nacional e especificamente para o lixo e as atividades relacionadas a ele, embora contemplada na legislação desde o século XVII¹¹³, tomou impulso e ganhou destaque a partir da década de 1970. Nessa época, a intensificação do debate sobre os problemas da poluição ambiental e as pressões sociais forçaram a instituição de diversas leis que dispunham sobre o assunto.

Quando se iniciaram as discussões para a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Conferência de Estocolmo - 1972) nos anos de 1970 e 1971, houve a princípio uma continuidade das discussões levantadas na Conferência da Biosfera que ocorrera em 1968. “A diferença real reside no fato de que, enquanto Paris se voltou para os aspectos científicos dos problemas ambientais, Estocolmo se preocupou com questões políticas, sociais e econômicas mais amplas.”¹¹⁴. Para McCormick, o papel que os países menos desenvolvidos assumiram nas discussões pré-conferência e que ratificaram na conferência relacionam-se ao temor de “[...] que as salvaguardas e restrições ambientais impostas pelas nações industrializadas retardassem o desenvolvimento [...]”¹¹⁵ dos países que se industrializavam.

Corroborando com essa visão exposta por McCormick, o jornal Esquema Oeste trazia uma notícia em 1973, em que o então Ministro do Interior do Brasil, Costa Cavalcanti, reiterava que a posição do Brasil era “[...] de colaborar com os outros povos na preservação do meio ambiente, sem, contudo, aceitar injunções susceptíveis de frustrar o seu esforço de desenvolvimento.”. O ministro também enfatizava “[...] a determinação do nosso governo de prosseguir no caminho do pleno aproveitamento das potencialidades do país [...]” por meio do investimento e de incentivos à diversificação industrial, reflorestamento, habitação, alfabetização e ciência e tecnologia. Entretanto, o ministro reconhecia que o problema ambiental não envolvia somente a poluição das indústrias e dos seus resíduos

¹¹³ MIZIARA, R.. op.cit., p.36.

¹¹⁴ McCORMICK, J..**Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista.** Trad. Marco Antonio E. da R. e Renato A..Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992. p.99.

¹¹⁵ Idem, p.100.

tóxicos, pois a poluição passava a “[...] assumir outras formas de degradação nas áreas urbanas e rurais a chamada poluição da pobreza ou do sub-desenvolvimento.”¹¹⁶.

A pobreza e o subdesenvolvimento eram piores que a poluição industrial e o Brasil não deixaria essas mazelas se perpetuarem. Tal posição do governo brasileiro, relatada ao jornal pelo ministro, foi evidenciada por McCormick:

Em dezembro de 1971, a Assembléia Geral aprovou uma resolução em grande parte devotada a descrever em linhas gerais as restrições feitas pelos países menos desenvolvidos. Esta reforçava que o plano de ação de Estocolmo devia reconhecer que “nenhuma política ambiental deveria afetar de modo adverso as possibilidades de desenvolvimento presentes e futuras dos países em desenvolvimento (...) [e que] o fardo das políticas ambientais dos países desenvolvidos não pode ser transferido (...) aos países em desenvolvimento”. O Reino Unido e os Estados Unidos foram os dois únicos países a votar contra essa resolução.¹¹⁷

Também Miziara, ao salientar as considerações e precauções a serem tomadas pelo Brasil na Conferência de Estocolmo contidas em um relatório enviado ao presidente da República pelo então secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, general João Batista de Oliveira Figueiredo, conclui que:

Uma leitura mais atenta de todo o documento sugere que Figueiredo supunha que a política de desenvolvimento do período não poderia ser limitada pelas preocupações da ecologia. Assim, por exemplo, esse relatório recomendava que a delegação brasileira deveria “contrapor-se às proposições que resultem em compromissos que possam prejudicar o processo de desenvolvimento dos países de baixa renda *per capita*”.¹¹⁸

Constatamos assim que os temores do governo brasileiro a respeito dos “efeitos negativos” que as políticas ambientais poderiam trazer à economia nacional não se confirmaram em Estocolmo. Na conferência, prevaleceu a posição defendida pelos países em desenvolvimento de não repassar a eles o “fardo das políticas ambientais” exigido dos países desenvolvidos.

Após a Conferência de Estocolmo, o governo federal brasileiro criou a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) pelo Decreto nº 73.030 de 30 de outubro de 1973. A criação da SEMA foi um reflexo, não só no Brasil, das pressões internacionais para que os países dessem mais atenção ao problema da poluição e da preservação ambiental.

¹¹⁶ Meio Ambiente. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 20 a 26jun. 1973, p.1.

¹¹⁷ McCORMICK, J.. op. cit., p.100.

¹¹⁸ MIZIARA, R.. op. cit., p. 156. (grifo da autora).

“Nessa fase pioneira do setor, a política ambiental é pensada prioritariamente como ação de combate à poluição e uma ótica tecnicista permeia as propostas elaboradas”¹¹⁹.

Dessa maneira o governo federal sanciona no período a lei nº 6225 de 14 de julho de 1975, que dispôs sobre a obrigatoriedade da execução de planos de proteção do solo e de combate à erosão. Em seu artigo 3º estabelece que qualquer pedido de financiamento em instituições bancárias oficiais, para a agricultura ou pecuária, somente seria liberado mediante a comprovação pelo proprietário da execução do respectivo plano de proteção do solo e combate à erosão¹²⁰.

O Paraná desenvolverá práticas conservacionistas em aproximadamente três milhões de hectares até o ano de 1979, segundo revelou o Secretário Paulo Carneiro ao enfatizar o Programa Integrado de Conservação de Solos – PROICS – é uma grande realidade no Estado, no que diz respeito a defesa do meio ambiente[...] Este programa é um dos mais importantes dentro das metas definidas pelo atual governo visando o combate a erosão e a preservação ecológica.¹²¹

A informação do jornal demonstra que, sob a bandeira da “preservação ecológica”, o governo estadual colocava em prática programas para implementar o que a lei federal obrigava. O resultado prático de tal lei foi que diversos estados, municípios, cooperativas e empresas agrícolas tiveram que responder a ela com o desenvolvimento de programas, projetos, técnicas e tecnologias menos degradantes do ponto de vista ambiental, como o plantio em curvas de nível, o plantio direto, os programas de micro bacias e o desenvolvimento de máquinas e implementos para o setor que possibilitassem o melhor manejo da terra agricultável e evitassem a perda de solos.

No mesmo período foi assinado pelo presidente Ernesto Geisel o decreto-lei nº 1413 de 14 de agosto de 1975, que dispunha sobre a poluição do meio ambiente causada pela atividade industrial e obrigava todas as indústrias instaladas e a se instalarem em território nacional a tomar as medidas necessárias para “[...] prevenir ou corrigir os inconvenientes e prejuízos da poluição e da contaminação do meio ambiente”¹²².

¹¹⁹ MORAES, A.C.R..Notas sobre formação territorial e política ambientais no Brasil. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano IV, n.7, p.47 e 48, jul/dez 1999.

¹²⁰ BRASIL. **Lei 6225**, de 14 de julho de 1975. Dispõe sobre discriminação, pelo Ministério da Agricultura, de regiões para execução de planos de proteção ao solo e de combate à erosão e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6225.htm>. Acesso em: 11/06/2013.

¹²¹ Práticas conservacionistas. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 04 a 10fev.1978, p.2.

¹²² BRASIL. Artigo 1º. **Decreto-lei 1413** de 14 de agosto de 1975. . Disponível em <www.mpes.gov.br>. Acesso em 11/06/2013.<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=122915>

A preocupação do governo ao normatizar as condutas das indústrias lesivas ao meio ambiente não conseguiu evitar que no setor industrial, nesse período, ocorressem casos graves de poluição causada pelas indústrias petroquímicas da região de Cubatão, no estado de São Paulo. Os casos do incêndio na Vila Socó, causado pela explosão dos dutos de gasolina enferrujados da Petrobras (1984) e, ao longo da década, os casos de anencefalia e mortes neonatais na Vila Parisi são significativos para justificar nossas dúvidas a respeito da eficiência do ordenamento para obrigar o setor industrial a cumprir suas responsabilidades socioambientais¹²³.

Posteriormente, o alvo da legislação passa do controle de atividades poluidoras para a atenção com as reservas florestais. Em 1981 foi sancionada a lei nº 6902, que dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental. Nessas áreas especiais de proteção dos ecossistemas brasileiros, o Estado passava a priorizar a proteção do ambiente natural, as pesquisas científicas e a educação conservacionista¹²⁴.

Em 31 de agosto do mesmo ano, foi sancionada a lei nº6938. Esta lei foi um marco em termos de legislação ambiental no Brasil ao instituir a Política Nacional do Meio Ambiente, que tem como objetivos a “[...] preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida [...]”¹²⁵ e visa assegurar ao país o desenvolvimento socioeconômico, atender aos interesses da segurança nacional e à proteção da vida humana. Essa lei traz em seu artigo 2º os princípios que a norteiam. Destacamos os incisos V, VII e VIII, que tratam, respectivamente, do controle e zoneamento de atividades poluidoras, do acompanhamento do estado da qualidade ambiental e da recuperação de áreas degradadas.

Apesar de tratar o assunto de maneira genérica, salientamos que os referidos incisos também dizem respeito a muitas das atividades ligadas ao manejo de resíduos sólidos nas cidades. Essas atividades são potencialmente e efetivamente poluidoras, sendo preciso respeitar o zoneamento específico para tais atividades, acompanhamento constante para determinar os níveis de poluição; no caso dos lixões desativados, os locais necessitam de recuperação.

A lei 6938/1981 também define o entendimento dos conceitos de meio ambiente, degradação ambiental, poluição, poluidor e recursos ambientais. Além disso, prevê

¹²³ PASSERANI, M. Cubatão. Disponível em <www.migalhas.com.br>. Acesso em 11/06/2013.

¹²⁴ BRASIL. Artigo 1º. **Lei 6902** de 27 de abril de 1981. Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6902.htm>. Acesso em: 11/06/2013.

¹²⁵ BRASIL. Artigo 2º. **Lei 6938** de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 11/06/2013.

a criação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e da Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, além dos órgãos técnicos responsáveis pela execução da Política Nacional do Meio Ambiente, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)¹²⁶.

Com a redemocratização do país e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, o Brasil obteve uma nova Carta Magna, a “Constituição Cidadã”. A Constituição de 1988 estabelece que a proteção do meio ambiente e o combate à poluição de qualquer tipo são de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios¹²⁷. Também aponta como competência dos mesmos entes federativos “legislar concorrentemente” a respeito de “florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição”¹²⁸.

No Título VIII, “Da ordem social”, o Capítulo VI trata exclusivamente do Meio Ambiente e assegura a todos o direito “ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”¹²⁹.

Assim, de maneira abrangente, abarca-se na Constituição brasileira o meio ambiente saudável como um direito dos cidadãos, cabendo ao poder público e à sociedade civil o dever de protegê-lo. O lixo, mesmo não estando especificado no texto, está nele contemplado devido à sua estreita relação com a saúde pública, o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida em geral. O lixo recebeu atenção posterior, em legislação específica, para os diversos tipos de resíduos em que se apresenta.

Promulgada a Constituição de 1988, estabeleceu-se o marco legal para que toda a legislação do país referente à organização de governos estaduais, distrital e municipais também se adaptasse aos novos parâmetros impostos por ela. A exemplo da Constituição Federal, as Constituições estaduais, distrital e as Leis Orgânicas municipais foram organizadas com capítulos referentes ao meio ambiente, semelhantes ao texto Constitucional.

A Constituição, em seus capítulos e nas disposições transitórias, deixava abertos os canais de diálogo político-social, pois seria necessário regulamentar, de maneira específica, questões econômicas, sociais, culturais, urbanas e ambientais. Houve necessidade

¹²⁶ Idem.. Artigo 3º e artigo 6º. op. cit.

¹²⁷ BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Artigo 23, VI. Saraiva. São Paulo: Saraiva, 2009.

¹²⁸ Idem. Artigo 24, VI.

¹²⁹ Ibid.. Artigo 225.

de novos zoneamentos urbanos, planos diretores, estatutos e códigos para proceder à tarefa de regulamentação específica dos temas elencados. Essa nova, ou remodelada legislação seria, no decorrer dos anos 90, exigida de estados e municípios.

No ano de 1989, foi extinta a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), criada em 1973 e “[...] orientada para a conservação do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais”¹³⁰. Em seu lugar foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) pela lei nº 7735/1989. O IBAMA foi criado a partir da extinção da Superintendência da Borracha (SUDHEVEA), do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e da própria SEMA.

O Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), com o objetivo de desenvolver projetos de uso racional e sustentável de recursos naturais, foi criado também em 1989, através da lei nº 7797/1989. Além dos projetos de uso racional e sustentável, deveria investir em manutenção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental e elevar a qualidade de vida da população.

Durante o final dos anos 1990 e os anos iniciais do século XXI, o grande foco da atenção legislativa foram os sistemas de reciclagem de determinados tipos de produtos¹³¹. Agrotóxicos, pneus, pilhas e baterias começaram a despertar a atenção das autoridades e dos órgãos técnicos ambientais para os tipos de resíduos perigosos que estavam presentes nos lixões de todo o país e que causavam uma série de problemas ambientais relacionados à toxicidade inerente aos materiais e produtos químicos contidos nesses resíduos.

As embalagens de agrotóxicos, deixadas sem cuidado nas margens dos rios, no meio do mato ou num canto do galpão nas propriedades rurais, passaram a ter a devolução obrigatória. Pela lei nº 9974/2000, que substituiu a lei nº 7802/1989 na normatização da questão, os agricultores foram obrigados a devolver todas as embalagens de agrotóxicos adquiridos para suas safras em unidades de armazenamento e triagem específicas para esse resíduo. Por outro lado, a lei responsabiliza as empresas que produzem e comercializam

¹³⁰ BRASIL. Artigo 1º. **Decreto 73.030** de 30 de outubro de 1973. Cria, no âmbito do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=73030&tipo_norma=DEC&data=19731030&link=s>. Acesso em: 11/06/2013.

¹³¹ JURAS, I.daA.G.M.. **Legislação sobre reciclagem do lixo**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2000. p.4. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema14/pdf/010696.pdf>>. Acesso em: 21/10/2011.

agrotóxicos pela destinação das embalagens vazias, quando apreendidas em ações de fiscalização¹³².

Depois de recolhidas, as embalagens são encaminhadas para a reciclagem ou para uma destinação adequada às expensas dos fabricantes e comerciantes. Um exemplo disso acontece no estado do Paraná, onde, segundo o Instituto das Águas do Paraná, órgão da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, as embalagens de agrotóxicos vazias são encaminhadas para serem utilizadas como matéria-prima para a fabricação de conduítes de fios e cabos para a construção civil.¹³³

Outro produto potencialmente poluidor que teve seu sistema de logística reversa¹³⁴ implantada são os pneus. O CONAMA, por meio da resolução nº 258, de 26 de agosto de 1999, regulamenta o sistema. No tocante ao sistema dos pneus, os fabricantes e importadores passam ter a obrigação de, a cada quatro pneus importados ou fabricados no Brasil, as empresas devem retirar do ambiente um pneu inservível e dar o destino ambientalmente adequado a eles. Essa norma passou a vigorar em todo o país a partir de janeiro de 2002¹³⁵.

No caso das pilhas e baterias, a preocupação é pelo seu elevado teor poluidor por conterem em sua composição chumbo, cádmio, mercúrio e outros elementos perigosos aos seres vivos e ao ambiente. O CONAMA regulamentou a questão através da resolução nº 257, de 30 de junho de 1999. Os consumidores deveriam entregar os produtos, após seu esgotamento, em uma das lojas de assistência técnica autorizada e essas deveriam proceder a devolução aos fabricantes, que se responsabilizariam por dar o destino final ambientalmente correto¹³⁶.

Porém, sintomaticamente, a resolução trazia em seu interior, no artigo 13, a exceção para o recolhimento desses produtos. Caso atendessem às especificações dos limites máximos de mercúrio, cádmio e chumbo propostas no artigo 6º. Como a maior parte das

¹³² Idem, p.4.

¹³³ PARANÁ, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do. Programa de embalagens de agrotóxicos. Disponível em <<http://www.aguasparana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=32>> Acesso em 15/07/2013.

¹³⁴ De acordo com a lei 12.305/2010, artigo 3º, inciso XII – logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

¹³⁵ JURAS, I. daA.G.M., op.cit., p.4.

¹³⁶ Idem, p.5.

empresas nacionais fabricantes de tais produtos declararam estar de acordo com esses limites, os produtos poderiam ser dispostos nos Aterros, junto com o lixo domiciliar¹³⁷.

O problema que envolve este tipo de resíduo relaciona-se com a grande quantidade de pilhas importadas de fabricantes orientais, principalmente da China, que não seguem os padrões técnicos exigidos pela legislação brasileira. Como são importados ilegalmente, na maioria das vezes, seus fabricantes e distribuidores não podem ser responsabilizados pelos danos ou pela destinação inadequada dos produtos.

A legislação para os resíduos sólidos, seus problemas e suas possíveis soluções chegou até nós com a sanção presidencial da lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Esta lei “[...] institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos [...]”¹³⁸, principalmente nos centros urbanos.

Os princípios presentes na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) que destacamos por representarem um avanço considerável na gestão de resíduos sólidos no Brasil são: o do poluidor-pagador e do protetor-recebedor, o de Desenvolvimento Sustentável¹³⁹ e o da Responsabilidade Compartilhada¹⁴⁰ pelo ciclo de vida dos produtos¹⁴¹.

Também enfatizamos o avanço da PNRS em seus objetivos, principalmente os que priorizam: a) a não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento de resíduos sólidos, bem como a disposição ambientalmente adequada dos rejeitos e b) a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos¹⁴².

De acordo com o texto legal, governos, empresas e os cidadãos passam a ter responsabilidades quanto à destinação ambientalmente segura dos resíduos, uma vez que consomem, produzem ou são responsáveis pela coleta dos mesmos. Todos aqueles que “poluem” devem pagar para aqueles que “limpam” pelos serviços prestados para a limpeza e

¹³⁷ Idem, p.5.

¹³⁸ BRASIL. Artigo 1º. **Lei 12.305** de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 2 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm>. Acesso em: 11/06/2013.

¹³⁹ De maneira geral, o conceito refere-se ao desenvolvimento que não esgota os recursos para uso futuro, é aquele que atende as necessidades atuais, sem comprometer a capacidade de suprir as necessidades das futuras gerações.

¹⁴⁰ Lei 12305/2010, artigo 3º, inciso XVII: responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza e de manejo de resíduos sólidos para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos.

¹⁴¹ BRASIL. Artigo 6º, incisos II, IV e VII. **Lei 12.305**. op.cit.

¹⁴² Idem, artigo 7º, incisos II e XII.

segurança do ambiente. A lei também prevê o fechamento de todos os lixões a céu aberto no Brasil até agosto de 2014¹⁴³ e, dada a importância do assunto e a relativa escassez do prazo, os resíduos sólidos foram o tema da IV Conferência Nacional do Meio Ambiente de 2013.

Outro exemplo de políticas públicas ambientais envolvendo o tema do lixo foi a instituição do Programa Pró-Catador pelo Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010. Além de instituir o Programa Pró-Catador, o decreto alterou a denominação do “Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo”, oficializado em 2003, que passou a ser denominado de “Comitê Interministerial da Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis”.

Chamamos a atenção para duas questões: o acréscimo da “inclusão econômica” e a mudança de catadores “de lixo” para catadores de “materiais reutilizáveis e recicláveis” na nomenclatura do Comitê Interministerial.

Essas mudanças são demonstrativas dos diversos interesses envolvidos com a questão do lixo. Por um lado, resulta da pressão exercida pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) para valorizar os catadores e as organizações (cooperativas e associações) que trabalham com os materiais descartados no “lixo reciclável”. Cabe aqui questionarmos como ficam aqueles catadores que não estão vinculados a associações ou cooperativas, mas que realizam o referido trabalho de forma individualizada.

Por outro lado, a mudança dos termos é demonstrativa dos interesses econômicos envolvidos com um “novo” nicho de mercado, que passou a ser visto como promissor e lucrativo. Afinal, ainda que o lixo fosse entendido como aquilo que não serve para nada, o valor cobrado pelas empresas particulares para recolhê-lo é significativo. Além do valor cobrado das prefeituras para que se recolha o lixo, as empresas particulares ainda exploram um setor do mercado, os materiais reutilizáveis e recicláveis, que se apresenta como um mercado de oito bilhões de reais anuais¹⁴⁴, algo bastante considerável.

Objetivamos com esta contribuição retrospectiva da legislação ambiental demonstrar uma parte do caminho que a sociedade e o Estado brasileiro percorreram para controlar e disciplinar as atividades potencialmente poluidoras. Esse caminho foi trilhado desde os anos 70, quando o assunto da poluição ambiental passou a exigir maior atenção do

¹⁴³ Ibid., artigo 54 das Disposições Transitórias e Finais – A disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, observado o disposto no §1º do artigo 9º, deverá ser implantada em até 4 (quatro) anos após a data de publicação desta lei.

¹⁴⁴ DIRETORIA de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (DIRUR). **Relatório de Pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos e para gestão de resíduos sólidos**. Brasília: IPEA, 2010. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/253/_arquivos/estudo_do_ipea_253.pdf>. Acesso em: 27/03/2012.

Estado e de seus representantes, por conta da intensificação do debate em âmbito mundial. Afora alguma morosidade no processo de constituição e debate, a legislação foi criada e modificada para dar conta dos problemas que surgiam e exigiam soluções do governo federal, das empresas e da sociedade.

2 APONTAMENTOS DA QUESTÃO AMBIENTAL E DO PROBLEMA DO LIXO NO PARANÁ

O Paraná foi um dos estados brasileiros que mais sofreu os impactos do processo de urbanização e dos deslocamentos populacionais que ocorreram durante os anos 60 e 70 do século XX. No caso paranaense, a urbanização foi mais intensa a partir dos anos 70 e em “[...] vinte anos, seu grau de urbanização dobrou de 37% para 73% [...]”¹⁴⁵, entre 1970 e 1990, respectivamente. Moura e Magalhães enfatizam que o período de maior adensamento demográfico foi nas décadas de 40 a 60, porém nesse período as principais áreas de destino da população que aqui chegou foram as áreas rurais do interior do estado, principalmente nas regiões Oeste e Norte do Paraná¹⁴⁶.

Nos anos 70 verificou-se a ocorrência de três processos relacionados à urbanização paranaense: 1) o aumento do grau de urbanização e o aumento dos centros urbanos com mais de 20 mil habitantes, 2) a intensificação dos deslocamentos da zona rural para a zona urbana e das cidades de menor porte para as de maior porte, e 3) a formação de aglomerados urbanos em pontos específicos do estado, a chamada “centralização espacial da urbanização”¹⁴⁷.

Assim, salientam Moura e Magalhães, “[...] imbricam-se no processo de urbanização do Estado as tendências à concentração populacional em centros urbanos maiores, conjugadas à concentração espacializada em alguns pontos do território.”¹⁴⁸. Essa tendência acabou evidenciando a formação de alguns polos regionais e locais dentro do território paranaense com conurbações como os casos de Londrina e Maringá por exemplo, além da Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

Outra característica importante em relação ao Paraná é que sua economia dinamizou-se durante as décadas de 70 a 90 do século XX. Apesar de historicamente a base econômica do estado ser agrícola, nos anos 70 houve um grande desenvolvimento da

¹⁴⁵ MOURA, R., MAGALHÃES, M.V..Leitura do padrão de urbanização do Paraná nas duas últimas décadas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.88, p.3, mai/ago 1996.

¹⁴⁶ Idem, p.4.

¹⁴⁷ Ibid., p.4 e 5.

¹⁴⁸ Ibid., p.11.

agropecuária comercial, das agroindústrias, de polos cerâmicos e cimenteiro na RMC e a instalação pela Petrobras da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR) em Araucária¹⁴⁹.

Nos anos 1980, com o início da operação da Usina Hidrelétrica de Itaipu, foram feitos diversos investimentos em infraestrutura e houve o desenvolvimento dos ramos de papel e celulose, fertilizantes, ônibus e caminhões e siderurgia, fazendo com que o Paraná ganhasse novo impulso na sua industrialização. Nos anos 1990 houve um processo de fortalecimento da estrutura industrial existente, além da instalação de montadoras de veículos, reforçando e dinamizando o setor industrial do Paraná¹⁵⁰.

As modificações ocorridas no campo e a industrialização do Estado, intensificadas na década de 1990, influenciaram para a concentração da população nos grandes centros urbanos. A partir daí, avolumam-se nas grandes cidades, graves problemas ambientais e sociais relacionados a condições inadequadas de moradia, falta de infra-estruturas urbanas básicas, problemas de mobilidade, segurança individual e coletiva, falta de destinação adequada de resíduos sólidos e líquidos, poluição atmosférica [...].¹⁵¹

A intensificação dos problemas socioambientais, fruto da generalização do acesso ao “moderno” nos centros urbanos, segundo Moura e Magalhães, também causou a generalização da “segregação”. Para as autoras, não são somente as cidades do norte e do oeste do Paraná que “[...] reproduzem a lógica da ocupação da RMC, opondo áreas nobres e modernas a espaços periféricos segregados, mas também os centros de médio porte e muitos dos pequenos repetem as contradições dos centros maiores”¹⁵².

Essa intensidade e rapidez na ocupação de espaços nas cidades, muitas vezes sem o devido planejamento e fiscalização do poder público, acabou provocando “[...] severos danos à qualidade do ambiente [...]”¹⁵³ ampliando o número de excluídos, fazendo com que “[...] nas aglomerações também se torne mais difícil erradicar a pobreza – uma das marcas do excludente processo de urbanização.”¹⁵⁴.

Tendo em vista esse quadro dos processos de industrialização e urbanização que caracterizaram a conformação socioespacial no Paraná, objetivamos uma interpretação dos problemas ambientais relacionados aos mesmos. Propomos assim uma discussão sobre

¹⁴⁹ PARANÁ, Governo do. **Paraná: o futuro que queremos**. Curitiba: 2012, p.17. Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/documento_comite_12_06_2012.pdf>. Acesso em: 07/03/2013.

¹⁵⁰ Idem.

¹⁵¹ Ibid., p.18.

¹⁵² MOURA R.; MAGALHÃES, M.V., op.cit., p.19.

¹⁵³ Idem, p.20.

¹⁵⁴ Ibid., p.21.

algumas notícias relacionadas ao assunto que, durante nossa pesquisa nos jornais Esquema Oeste e Diário de Guarapuava, chamaram nossa atenção, pois faziam referência a assuntos estaduais que os jornais noticiaram para a população local. Essas notícias nos levaram a refletir a respeito das possibilidades e das perspectivas abertas pelos temas para a realização de estudos por pesquisadores interessados no aprofundamento dos mesmos.

Buscamos, dessa forma, elaborar uma contribuição ao estudo dos temas ambientais que passam por preocupações ambientais envolvendo a conservação do solo, das águas e das florestas paranaenses, principalmente durante os anos 1970 a 1990, e as preocupações com o lixo ou com os resíduos sólidos, mais perceptíveis a partir dos anos 1990.

Salientamos que, ao trabalharmos com os jornais, entendemos os mesmos como um espaço de influência no debate público em torno dos assuntos relacionados à sociedade, nos seus mais diversos aspectos, entre eles os referentes ao meio ambiente. Compreendemos também que, nesse trabalho de interpretação e entendimento de como acontece o debate das políticas públicas ambientais em nossa sociedade, “[...] os meios de comunicação são considerados como o espaço onde se materializa o debate público, onde se observam quais são os temas que se tornam mais visíveis para o público e em que momentos a mídia faz a cobertura desse assunto específico.”¹⁵⁵. Esse espaço da mídia onde a notícia é veiculada pode nos trazer diversas informações a respeito da relação entre os agentes governamentais e os agentes sociais, na busca de formação das políticas públicas ambientais.

As notícias que encontramos a partir de 1971, no Esquema Oeste, e após 1998, no Diário de Guarapuava, relacionadas à questão ambiental no Paraná, são normalmente de órgãos fiscalizadores estaduais como o Instituto de Terras e Cartografia (ITC) e a Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente (SUREHMA), que procuravam informar ações, programas, projetos e eventos que o governo do estado estaria promovendo na área ambiental.

A poluição do ar, em todo o Estado, tem recebido contínuo controle e combate da Administração de Recursos Hídricos, autarquia vinculada à Secretaria do Interior [...] A ARH adquiriu recentemente novo equipamento destinado a medir a quantidade de material sólido no ar [...] O amostrador de fita constitui-se em mais um dos inúmeros equipamentos sofisticados de que dispõe a ARH para o controle da poluição.¹⁵⁶

¹⁵⁵ MASSUCHIN, M.G.; CERVI, E.U..As políticas públicas ambientais no jornal Gazeta do Povo: como se dá a cobertura das ações governamentais para o meio ambiente. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v.7, n.2, p.319, jul/dez 2010.

¹⁵⁶ Poluição ambiental tem maior controle. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 30 set. a 06 out. 1978, p.1.

Aqui verificamos um exemplo do que citamos ser a tônica das notícias. A autarquia em questão de Recursos Hídricos fiscalizava também a qualidade do ar e anunciava sua mais nova aquisição: um amostrador de fita. Equipamento “sofisticado” para medir a quantidade de partículas sólidas no ar e apontar a medida da poluição atmosférica para os técnicos, o que, segundo eles, auxiliaria no controle da poluição do ar.

Outra notícia, no entanto, algum tempo depois, nos informa que:

Em documento de aproximadamente duzentas páginas a comissão de trabalho para tratamento estatístico das queixas, constituída de técnicos da Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente, concluiu o relatório geral sobre a promoção do Dia da Queixa, inserido na Semana do Meio Ambiente, recentemente efetivada pela Secretaria de Estado do Interior/SUREHMA, em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente. O relatório contém amostra quantificada dos formulários de queixas enviadas à SUREHMA, abrangendo Curitiba e mais 205 municípios do Paraná, [...] A poluição do ar constituiu-se na constante ambiental mais apontada, recebendo 1330 queixas da Capital e 1328 do Interior, totalizando 30% das queixas recebidas. O Dia da Queixa viabilizou efetiva consulta à população paranaense, sobre o meio ambiente, motivando a indispensável participação comunitária e auscultando os principais problemas que afetam a qualidade de vida do povo do Paraná. Todas as queixas receberão destinação adequada e a nível de subsídios integrarão a programação do trabalho de proteção ambiental da SUREHMA.¹⁵⁷

Ao verificarmos o elevado número de reclamações compreendemos que, apesar da aquisição do amostrador de fita, não ocorreu a garantia do serviço de controle da poluição. Seriam necessários vários desses equipamentos e diversos funcionários para poderem ser feitas as medições e evitar a poluição do ar em todo o estado. Mesmo que houvesse somente um equipamento e estivesse na capital, a quantidade de reclamações enviadas de Curitiba era superior à quantidade de queixas dos 205 municípios do interior. Dessa maneira ficamos em dúvida se o amostrador de fita foi utilizado para verificar o nível de poluição e tomar as devidas providências, ou se o número de equipamentos não foi suficiente para o trabalho, pois as queixas relacionadas com a poluição do ar chegaram a 30% das reclamações.

Chamou nossa atenção ao final da notícia a consideração, pela SUREHMA, da “efetiva consulta” e a “indispensável participação” da população paranaense. Podemos reconhecer que fazer a reclamação no “Dia da Queixa” pode ser entendido como um ato de cidadania participativa; no entanto, não garantiria melhorias significativas para o problema.

¹⁵⁷ Queixas maiores são para a poluição do ar. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 07 a 13 jul. 1979, p.1.

Assim como a compra de um equipamento “sofisticado” não garantiu maior controle da poluição do ar, acreditamos que as 2658 queixas que teriam “destinação adequada”, dificilmente resolveriam o problema cotidiano da ação contra a poluição, podendo, entretanto servir como subsídio para futuras ações do órgão fiscalizador.

Outras preocupações do governo do estado no período dos anos 1970 foram a conservação de solos e a poluição dos mananciais. Já destacamos anteriormente o início do Programa Integrado de Conservação de Solos (PROICS), que visava “[...] o combate à erosão e a preservação ecológica.”¹⁵⁸. Só no Paraná estimava-se que 300 milhões de toneladas de solo eram perdidas todos os anos em função da má conservação.¹⁵⁹ Uma das soluções apontadas pelos técnicos aos agricultores para a diminuição da perda de solo foi a adoção do plantio direto, que apresentava vantagens como “[...] custo menor, preservação do solo e dos mananciais”¹⁶⁰.

A utilização de agrotóxicos foi outro problema ambiental que afetou o meio rural paranaense durante o período pesquisado. Por oferecerem riscos aos agricultores durante seu manuseio e ao meio ambiente, principalmente quando depositados em locais inadequados e de maneira imprópria, os agrotóxicos se transformaram em alvo da atenção do governo. Em 1981, o Secretário de Agricultura, Reinhold Stephanes anunciou que o Paraná iniciaria uma “[...] fiscalização do comércio de defensivos agrícolas [...]” e que teria “[...] seqüência a Campanha do uso adequado de Defensivos Agrícolas [...]” pois esses ofereciam “[...] perigo ao meio ambiente, à saúde da população e comprometem os rendimentos dos produtores.”¹⁶¹.

O governo anunciava que os agrotóxicos teriam uma fiscalização mais rigorosa, pois representavam um risco ao meio ambiente, à saúde das pessoas e diminuía os lucros dos agricultores. Independentemente de podermos concluir se esta é a ordem de importância para se controlar o uso desses produtos, é respeitável percebermos a presença da razão econômica para justificar o uso adequado dos agrotóxicos e conscientizar os agricultores.

A situação no campo se agravava e no ano seguinte o governo anunciou que promoveria um controle ainda mais efetivo através da fiscalização do uso de “defensivos

¹⁵⁸ Práticas conservacionistas. **Esquema Oeste**.op.cit. p.2.

¹⁵⁹ Práticas de conservação do solo atingirão as bacias hidrográficas. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 24 a 30 abr. 1982, p.4.

¹⁶⁰ Agrônomos participam de encontro sobre técnicas de plantio direto. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 14 a 20 ago.1982, p.2.

Vantagens do plantio direto: custo menor, com preservação do solo e dos mananciais. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 04 a 10 set.1982, p.5.

¹⁶¹ Governo fiscaliza o uso inadequado de defensivos. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 17 a 23 jun.1981, p.7.

tóxicos”¹⁶². Essa fiscalização foi tornada ainda mais rigorosa em 1988 pelo Conselho Estadual de Defesa do Ambiente, pois 18 pessoas haviam morrido por envenenamento com esses produtos.¹⁶³

Com relação ao aumento contínuo da fiscalização estadual sobre o uso dos agrotóxicos chamamos a atenção para uma sutil mudança de termos expressada pelo jornal. Na primeira notícia, o secretário de agricultura utilizou o termo “defensivos agrícolas”, que trazia uma conotação boa, pois é uma substância que “defende” os “produtos agrícolas” de algo que pode ser prejudicial.

Na segunda reportagem, foi utilizado o termo “defensivos tóxicos”, que, a nosso ver, se mostra um meio termo entre o bom e ruim, pois “defende” os produtos, embora seja “tóxico”. Por último, foi usada a palavra “agrotóxico”, que denota o uso de um produto “tóxico” na produção “agrícola” que em última análise produzia os alimentos e o uso desses produtos poderia causar riscos à saúde humana.

A Administração de Recursos Hídricos da Secretaria de Estado do Interior passou a verificar a qualidade da água e fiscalizar as fontes poluidoras “[...] junto aos mananciais do Paraná”¹⁶⁴ em 1978. Alguns anos depois o periódico anunciava que o governo Ney Braga priorizava a fiscalização das bacias hidrográficas em seu programa de governo:

[...] que abrange ainda fiscalização e controle da poluição industrial, combate à erosão do Noroeste do Paraná, preservação e reposição da fauna e flora nativas, o estímulo à racionalização do uso do solo e intensificação de práticas conservacionistas, reflorestamento, sensibilização da comunidade para a preservação do equilíbrio ecológico nos alagamentos artificiais.¹⁶⁵

Ao promover todas essas ações socioambientais, o governo esperava que até o ano de 1983 o Programa de Preservação dos Mananciais pelas Comunidades (PROMACO) mobilizasse instituições públicas e a sociedade civil a colaborarem com a melhoria da qualidade ambiental no Paraná. O programa contava com o apoio da Secretaria de Agricultura, do Rotary Clube e do Lions Clube, que fariam a conscientização das comunidades, escolheriam os locais para restauração das matas e realizariam mutirões para

¹⁶² Maior controle no uso de defensivos tóxicos. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 30 jan a 05 fev.1982, p.1.

¹⁶³ Conselho vai atuar com mais rigor sobre os agrotóxicos. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 20 a 26 ago.1988, p.3.

¹⁶⁴ Proteção do Meio Ambiente. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 29 mar a 04 abr.1978, p.7.

¹⁶⁵ Preservação de mananciais é tarefa das comunidades. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 29 mar a 04 abr.1980, p.7.

motivação dos proprietários a plantar e conservar matas ciliares em suas propriedades, além de produzir e distribuir mudas para o plantio.¹⁶⁶

A Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) se comprometeu a conservar as matas ciliares em suas propriedades, assessorar a escolha dos rios e auxiliar na implantação de viveiros florestais. A SUREHMA faria a análise da água dos rios e fiscalizaria os efluentes industriais. E o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), junto com o ITC, orientaria o plantio e a conservação, além de fiscalizarem a aplicação do Código Florestal, conservarem as matas em suas propriedades e prestarem assistência técnica aos viveiros florestais.¹⁶⁷

Durante a instalação do 7º Distrito do ITC na cidade de Guarapuava, “[...] órgão responsável pela regularização fundiária, mapeamento sistemático e preservação dos recursos naturais renováveis do Paraná [...]”, o jornal Esquema Oeste noticiava que “[...] o desenvolvimento não planejado da atividade rural foi a causa da grande redução das áreas verdes do Paraná, que hoje compreende menos de 10% da área total do Estado [...]”. Conforme noticiou o periódico, o ITC estava “[...] empenhado também em, juntamente com outras entidades públicas e privadas, desenvolver uma política ecológica para o Paraná e conscientizar a opinião pública para os problemas relacionados com o meio ambiente.”¹⁶⁸.

Essas notícias que relatamos nos fazem novamente questionar a ênfase do governo e de suas instituições na crença de que tudo se resolvia com a tecnificação e a criação de programas que envolvessem a comunidade. Uma busca de soluções para resolver problemas que as comunidades não criaram por vontade própria, mas por viverem em um sistema socioprodutivo em que se prega, em determinados momentos, que tudo pode ser feito em nome de um pouco mais de terra para plantar ou de um pouco mais de lucro no final do mês, mesmo que para isso haja o desrespeito às leis e à preservação ambiental. Infelizmente quem sofre com os efeitos da poluição das águas, do desmatamento das margens dos rios e do posterior assoreamento e diminuição do volume de água é a própria população.

O Diário de Guarapuava noticiou em 2005 que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDU), juntamente com a agora desmembrada Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA), implantariam o Programa Parque da Cidade. Esse programa tinha a “[...] finalidade de estimular os municípios a criarem áreas de lazer e de preservação ambiental nos espaços urbanos [...]”.

¹⁶⁶ Idem.

¹⁶⁷ Ibid.

¹⁶⁸ Instalado em Guarapuava o 7º Distrito do Instituto de Terras e Cartografia. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 05 a 11 ago.1978, p.2.

Segundo as secretarias informaram ao jornal, “[...] mais de 200 municípios paranaenses não têm áreas adequadas, em suas sedes, para servir de ponto de encontro para a população, embora possuam espaços verdes em fundos de vales.”. A ideia era de que os municípios cedessem ou adquirissem os espaços e a SEDU/SEMA fizesse o projeto e liberasse o financiamento para as obras. Os parques teriam “[...] amplas áreas verdes, lago, cicloviarias, pistas para caminhada, parques e equipamentos de lazer. Escolas também podem usar para as aulas.”. Tudo isso “[...] dentro de critérios de preservação ambiental [...]”¹⁶⁹.

Levando-se em consideração a ideia do programa e o que podemos subentender do “critério de preservação ambiental” das obras previstas, relembramos o conflito entre as correntes preservacionista e conservacionista dentro do movimento ambientalista, nos Estados Unidos no século XIX.

Os preservacionistas “[...] buscavam preservar as áreas virgens de qualquer uso que não fosse recreativo ou educacional [...]”, enquanto os conservacionistas queriam “[...] explorar os recursos naturais do continente, mas de modo racional e sustentável.”¹⁷⁰. Sendo assim, o programa se enquadra dentro dos ideais preservacionistas, que visavam à criação de espaços de lazer e que também possibilitavam o desenvolvimento de atividades educacionais.

Ao nos reportarmos ao programa citado anteriormente, chamamos também a atenção para outros que o governo do Paraná implantou no período pesquisado, além da realização de fóruns para a discussão dos temas ligados ao meio ambiente.

Um dos primeiros eventos realizados no Paraná sobre o Meio Ambiente foi o 1º Simpósio Nacional de Ecologia, promovido pelo Instituto de Terras e Cartografia (ITC) no ano de 1978 em Curitiba, que contou com a presença de Jacques Cousteau na conferência de abertura. O evento pretendia “[...] obter subsídios para a formulação de políticas regionais de ecologia, integrar os órgãos oficiais, técnicos, empresas e pessoas interessadas na análise e proposição sobre o meio ambiente; conscientizar a opinião pública nacional e, em especial, a do Paraná sobre os problemas relacionados com o meio ambiente, e difundir a preocupação dos governos Estaduais em preservar a flora e a fauna, [...]”¹⁷¹.

No mesmo ano, “[...] um importante passo em favor da ecologia paranaense foi dado em Curitiba [...]”, com a assinatura do convênio do Programa de Matas Ciliares, que tinha previsão de ser executado no triênio 78/81 e tinha como meta a preservação e

¹⁶⁹ Lançado o Programa Parque da Cidade. **Diário de Guarapuava**. Guarapuava, 05 ago.2005, p.1.

¹⁷⁰ McCORMICK, J..op.cit., p.25.

¹⁷¹ Em Curitiba, Simpósio sobre o Meio Ambiente. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 30 set. a 06 out.1978, p.6.

restauração de mais de 130 mil hectares de matas ciliares no Paraná, “[...] que procura de todas as formas, a preservação e a restauração do meio ambiente.”¹⁷².

O governo do estado, no final dos anos 1970 e início dos 1980, estimulou a formação de diversos grupos ou, melhor dizendo, de diversas Associações Conservacionistas no Paraná. Durante as comemorações da Semana do Meio Ambiente em Curitiba, houve a realização do 1º Encontro das Associações Conservacionistas do Paraná, que, segundo a informação do jornal, eram em torno de 45 entidades no Paraná. O encontro foi promovido pela Assessoria de Defesa e Educação Ambiental (ADEA), com o apoio da Secretaria do Interior.¹⁷³

Observamos que, na própria notícia do jornal, configura-se uma confusão na utilização dos termos preservação/conservação que tanto marcou o início e o desenvolvimento do movimento ambientalista no mundo e também no Brasil. O Encontro visava “[...] debater problemas regionais e traçar linhas de ação comum das entidades **preservacionistas** na área de **proteção** do meio ambiente [...]”. Para o Secretário do Interior, Renato Johsson, “[...] sua realização é importante para que, de forma conjunta, com a participação das comunidades, se possa levar adiante o programa estabelecido pelo governo Ney Braga para **preservar** e restaurar o meio ambiente.”¹⁷⁴.

Sabemos que jornalistas escrevem a notícia e que talvez durante a composição da mesma, o rigor com os termos pode ficar relegada a segundo plano em função do tempo disponível ou de outros problemas relacionados à atividade jornalística e mesmo gráfica. Mas chama a atenção o depoimento do secretário e da notícia que, confrontada com o título do evento, já causa um estranhamento em si. Se o evento é um encontro de **conservacionistas**, como é que vão discutir a **preservação**? Parece-nos que deveriam discutir a conservação do meio ambiente.

Dentro da questão de busca de alternativas ambientalmente corretas e menos poluidoras foi que a Companhia Paranaense de Energia (COPEL), em 1981, apresentou o protótipo de um veículo elétrico denominado “Eletron”, desenvolvido através de um *pool* de empresas. Além da estatal COPEL, o utilitário foi construído com a colaboração das empresas privadas: BBE Electromecânica S/A (motor elétrico), PUMA Veículos (chassis, freios, direção e transmissão), INVEL – Marcopolo (carroceria) e a Lucas-Vulcânia Acumuladores

¹⁷² Proteção ao meio ambiente. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 25 nov. a 01 dez.1978, Esquema rural, p.4.

¹⁷³ Conservacionistas tem encontro em maio para debater meio ambiente. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 02 a 08 mai.1981, p.6.

¹⁷⁴ Idem, p.6. (grifo nosso).

(baterias)¹⁷⁵. Embora o veículo não tenha sido produzido comercialmente, a construção do “Eletron”¹⁷⁶ denota uma busca de alternativas de transporte ecológico e renovável por parte de empresas públicas e privadas que consideramos digna de nota.

As iniciativas do governo e de suas empresas em prol do meio ambiente até então não chegaram a amenizar as críticas. No Esquema Oeste, Pery de Oliveira, colunista do periódico, na semana do Dia Mundial do Meio Ambiente, disparou: “Meio Ambiente é vida, Meio Ambiente é sobrevivência da espécie humana no Planeta Terra.”¹⁷⁷, ao tecer críticas às pessoas que ficavam pensando em borboletas e flores ao falar de meio ambiente.

Ao citar uma imagem do mapa do Paraná em que os pontos vermelhos eram as regiões com focos de poluição, emendou tendo em vista o número expressivo desses pontos no mapa: “[...] o Paraná já sofre de ‘catapora aguda’. Já somos um Paraná doente.”. E continuou disparando: “Os rios do Paraná são verdadeiros depósitos de lixo industrial e privado [...]”. Para Pery, o órgão responsável pela preservação dos rios, a Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente (SUREHMA) “[...] por enquanto só brinca de proteger o meio ambiente.”. No final, ao se referir ao Dia Mundial do Meio Ambiente, escreveu que deveria “[...] ter sido um dia de profunda reflexão, pois está em nossas mãos a preservação das condições de vida das gerações futuras.”¹⁷⁸.

As críticas feitas pelo colunista, demonstram que, apesar do trabalho e das ações realizadas pelo governo, muito havia para ser feito. Um exemplo das diferentes frentes de atuação foi o programa SANESTRADA, que tinha como objetivo a melhoria das condições sanitárias dos banheiros em 80 postos de combustível e parada ao longo da BR 277. A rodovia, que liga a cidade de Paranaguá à de Foz do Iguaçu e corta o estado no sentido leste-oeste, recebeu o programa devido ao grande número de reclamações feitas por caminhoneiros e motoristas a respeito da falta de higiene dos postos e, principalmente, dos banheiros.¹⁷⁹

Além dos banheiros nas estradas, a conscientização ambiental de crianças e jovens integrou o rol de programas e projetos governamentais nos anos 80. Lançado em Curitiba, o “Projeto Curupira” pretendia “[...] reunir todos os esforços do governo do Estado e das comunidades em torno dos objetivos preservacionistas.”. Os grupos de Curupiras eram

¹⁷⁵ Carro elétrico paranaense apresentado ao governador. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 25 a 31 jul.1981, p.1.

¹⁷⁶ MENEZES JUNIOR, L. de M.. **Eletron 1981**. Londrina: Clube carro antigo londrina, 2013. Disponível em:<www.carroantigo.com/portugues/conteudo/curio_carros_conceito_nac_5.htm>. Acesso em: 15/02/2014.

¹⁷⁷ OLIVEIRA, P.. Dia mundial do meio ambiente, comemorar o que?.**Esquema Oeste**. 06 a 12 jun.1981, p.3.

¹⁷⁸ Idem, p.3.

¹⁷⁹ GARCIA, W.. Falta de higiene. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 15 a 21 mai.1982, Tribuna, p.7.

formados “[...] por crianças em idade escolar que atuarão como vigilantes-mirins da natureza, divididos em diversas tribos.”.

O projeto pretendia envolver 15 mil alunos do 2º grau de escolas municipais, estaduais e particulares, iniciando por Curitiba, e promover a educação ambiental. No entanto, o primeiro grupo de Curupiras foi formado por Luiz Ribeiro de Castro Carvalho, que “[...] transformou sua fazenda em refúgio natural [...], no município de Jaboti.”.¹⁸⁰

A educação ambiental foi normalmente utilizada para justificar diversos projetos governamentais, empresariais e sociais para o meio ambiente; no entanto, a publicidade dada ao início dos projetos deveria ser estendida aos resultados dos mesmos, principalmente dos que envolvem a participação direta do Estado, promovendo a transparência e democratização desses trabalhos.

Quanto aos jornais, os mesmos veiculam as políticas públicas de forma fragmentada e, na maioria das vezes, enfocando prioritariamente a fase de implantação das mesmas. Informam pouco na fase de discussão, o que poderia contribuir para aumentar a participação popular e a formação de opiniões. E dificilmente comunicam os resultados das políticas públicas¹⁸¹, de onde inferimos certa responsabilidade do governo pela falta de divulgação.

Em alguns casos, as notícias encontradas avisam a respeito de projetos do governo e, ao observarmos mais atentamente os argumentos, podemos nos deparar com justificativas de caráter econômico que se misturam ou se contrapõem às justificativas ambientais.

Um desses casos foi o Programa de Florestas Municipais. Lançado em 1997, tinha o objetivo de promover a recuperação florestal do Paraná, pois o estado consumia 200 árvores por minuto, o que equivalia a três vezes mais o que se plantava, segundo a notícia do Esquema Oeste.

[...] o Paraná espera recuperar e ampliar as matas nativas e zerar o déficit de matéria-prima florestal, tornando a economia florestal paranaense novamente superavitária e promotora do desenvolvimento econômico. [...] Para obter auto-suficiência de madeira para consumo interno e manter o nível atual das exportações, o Paraná deve acrescentar mais uma área de 49.709 hectares de reflorestamento, anualmente, além do atual nível de reposição florestal e manejo [...] Os pequenos consumidores (que precisam repor o que consumiram em matéria-prima vegetal) podem usar as mudas dos viveiros municipais (o programa prevê viveiros para 100 mil mudas em

¹⁸⁰ Projeto CURUPIRA visa melhorar meio ambiente. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 27 mar. a 02 abr.1982, p.2.

¹⁸¹ MASUCHIN, M.G., CERVI, E.U..op.cit.p. 329.

cada município participante) e articulam o plantio da floresta com os produtores rurais. Estes, com a floresta, criam, repõem e/ou mantém a reserva florestal à que estão obrigados por lei, utilizam-na como complemento de renda, além de realizar os reflorestamentos com finalidade conservacionista, como é o caso, por exemplo, da recomposição das matas nas margens dos rios. [...] Esta política tem um aspecto econômico e ambiental. Quem possui madeira plantada para vários usos, não vai mexer no que sobrou de floresta nativa. Assim, estas vão sendo poupadas do corte. Além disso, a maior disponibilidade de madeira vai atrair indústrias, em particular a moveleira.¹⁸²

Os argumentos apresentados na reportagem nos levam a fazer alguns questionamentos. Ao mesmo tempo que objetivava “recuperar e ampliar as matas nativas”, o programa pretendia “zerar o déficit de matéria-prima florestal”. As árvores nativas que seriam plantadas depois seriam cortadas para se tornar matéria-prima? Caso fossem árvores nativas, não haveria a recuperação, ampliação e preservação das matas nativas, mas somente um incremento de matéria-prima para as indústrias?

O acréscimo de quase 50 mil hectares de reflorestamento “anualmente”, seria tão somente para abastecer o “consumo interno” e manter o “atual” nível de exportações. Ou seja, ainda que se plantasse tudo que havia sido planejado, toda a produção seria consumida. Isso se as exportações e a produção industrial não aumentassem, continuando nos níveis “atuais” da época.

Qual seria a finalidade “conservacionista” dos reflorestamentos “nas margens dos rios”? Sabemos que a mata ciliar não pode ser cortada, nem a reserva legal da propriedade. Como haveria complemento de renda ao se fazer esse reflorestamento, numa área que, por lei, deveria existir intacta? Os produtores, ao que parece, teriam que plantar em outras áreas, além dessas, para poder cortar as árvores. Ou teriam que manter o reflorestamento sempre manejado com o constante corte e plantio de árvores? Ou será que a ideia era não mexer no que “sobrou” da floresta nativa e reflorestar com exóticas e manejá-las?

Na última linha, o argumento da atração de indústrias, “em particular a moveleira”, nos deixa uma dúvida: se o plantio das “florestas” atraísse mais indústrias, não seria necessário aumentar as florestas comerciais, pois as novas indústrias consumiriam além dos ditos padrões “atuais”? São dúvidas para as quais ainda não temos respostas.

¹⁸² Municípios integram programa para recomposição de florestas. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 29mar. a05 mai.1998, p.7.

O governo do estado, com objetivo de atrair turistas para a região Norte, iniciou o Projeto Costa Norte, no Rio Paranapanema, divisa com o estado de São Paulo. O “principal alvo” do projeto era o “ecoturismo”:

Assim como na Costa Oeste, onde foram realizados os Jogos Mundiais da Natureza, também essa região receberá um conjunto de obras de infraestrutura – estradas e acessos secundários para bases náuticas e marinas, por exemplo [...] Estão previstas ainda ações de preservação ambiental como repovoamento de espécies típicas do Paranapanema. Já os lagos formados pelas usinas hidrelétricas serão aproveitados para atividades de lazer como pesca e barco a vela. [...] Cláudio Tedesque é um dos empresários que estão apostando no potencial da Costa Norte. Ele vai investir R\$ 16 milhões em quatro empreendimentos: um hotel-resort com 140 apartamentos, um apart-hotel, um conjunto de chalés e um parque temático. ‘Estamos em contato com o maior grupo de lazer dos Estados Unidos’, adianta o empresário. ‘Vamos oferecer passeios, pesca e ecoturismo aos paranaenses e paulistas’.¹⁸³

Algumas questões se apresentam. O jornal informa que uma das “ações de preservação ambiental” seria o repovoamento de peixes do rio, mas ao mesmo tempo informa que uma das atividades oferecidas aos visitantes seria a pesca. Se os peixes seriam pescados, qual o sentido da “preservação”?

Outro ponto são as obras de infraestrutura que se levariam ao local. O aumento da presença humana não causaria mais impactos, devido à construção de casas, à falta de esgoto, à geração de grande quantidade de lixo e à presença de barcos com motores com o conseqüente vazamento de lubrificantes e combustíveis no rio? Onde fica a questão ambiental em tal empreendimento? Fora o impacto, dito anteriormente, da especulação imobiliária que certamente dele resultaria, devido ao parcelamento e venda de lotes. Ficamos ainda com a pergunta: o que significaria, nesse contexto, o “ecoturismo”?

Ao enunciarmos estas questões expressamos que não nos colocamos contra os investimentos públicos ou privados nos setores elencados. O que move nossas considerações é o fato de que, em todos os casos citados, o investimento público foi feito com o objetivo “ambiental”, mas o que nos indica é que seus benefícios são para garantir os lucros de uma pequena parcela da população que possui terras nas regiões beneficiadas ou dos grupos que fariam os investimentos para a reprodução do capital.

Como visto anteriormente, alguns desses grupos de investidores não são nacionais e envolvem a presença de capital estrangeiro, que beneficia as populações mais

¹⁸³ Projeto Costa Norte atrai investimentos em turismo. **Diário de Guarapuava**. Guarapuava, 09 de mar. 2004, p.5.

ricas, aumentando ainda mais nosso grau de dependência e a distância entre ricos e pobres. Tal situação não nos parece de equilíbrio ou de uma justiça socioambiental, razão pela qual nos posicionamos criticamente em relação aos exemplos citados.

No que tange ao nosso objeto específico, o lixo, encontramos no Esquema Oeste uma notícia em que o governo do estado divulga a implantação de um programa pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente denominado Programa de Regionalização do Desenvolvimento Urbano (PEDU) que “[...] atuará basicamente no financiamento de vários projetos de infra-estrutura urbana [entre eles] coleta e tratamento de lixo [...]” com um aporte de 300 milhões de dólares do Banco Mundial. Outras áreas contempladas no PEDU seriam habitação, saneamento, serviços urbanos e meio ambiente, mobilidade e gestão urbana. A reportagem salienta que “[...] entre outros parâmetros de avaliação será observado o impacto sócio-econômico e ecológico das obras [...]”¹⁸⁴.

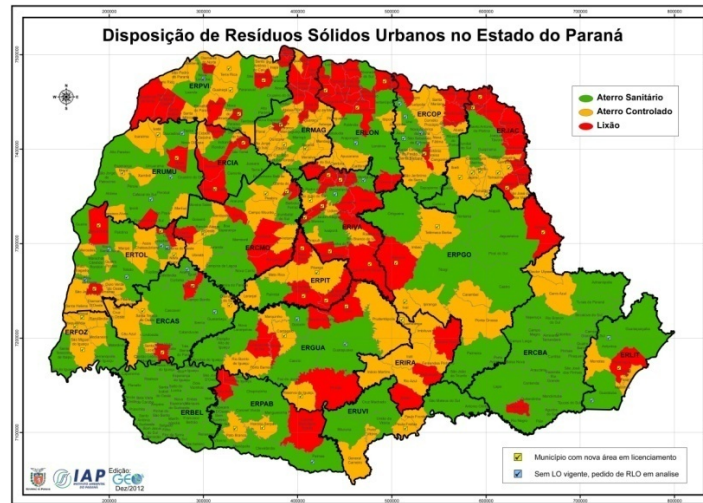
Também encontramos, dentro da temporalidade estabelecida em nossa pesquisa, outra notícia, do jornal Diário de Guarapuava, que fazia referência ao Programa Desperdício Zero implantado pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná (SEMA-PR). Na ocasião, o secretário Luiz Eduardo Cheida apresentou aos prefeitos a Política de Resíduos Sólidos do Paraná e apontou que a “[...] meta é o fim dos 180 lixões existentes no estado e a redução de 30% do volume de lixo produzido [...]”¹⁸⁵. O jornal deixava claro que “[...] de acordo com a Lei Estadual 12493/1999 todos os municípios do Paraná têm prazo para implantação do aterro sanitário até dezembro de 2004.”¹⁸⁶. Essa meta, como demonstra o mapa abaixo, não foi alcançada.

¹⁸⁴Governo do Estado implementa programa de regionalização do desenvolvimento urbano. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 09 a 15 jul.1988, p.3.

¹⁸⁵Paraná tem até 2004 para implantar aterros sanitários. **Diário de Guarapuava**. Guarapuava, 09 de mar. 2004, p.5.

¹⁸⁶Idem.

Mapa 2 – Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos no Estado do Paraná em 2012.



Fonte: Relatório da Situação da Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos no Estado do Paraná.

Dois depoimentos chamaram nossa atenção nesta reportagem. O primeiro foi o do Secretário Estadual de Meio Ambiente, Luiz Eduardo Cheida, que salientou que o estado estava “[...] financiando 75% do custo para implantação do aterro, além de fornecer o projeto e a equipe técnica para capacitação dos gestores municipais.”. O outro depoimento foi o do Presidente da Associação Brasileira de Prefeitos (ASBRAP), José Luiz Patella, que “[...] afirmou que o evento serviu para mostrar a prefeitos brasileiros que a importância dos aterros sanitários vai além da salubridade, podendo colocar o município no comércio mundial de créditos de carbono.”¹⁸⁷.

Comentamos a declaração de Cheida. Se as condições eram tão favoráveis para os municípios, por que, na maioria dos municípios paranaenses, a situação permaneceu a mesma? Falta de aterros ou de qualquer outra forma de destino ambientalmente adequado. Com relação à declaração de Patella, salientamos o uso dos argumentos econômicos no discurso. A questão não era somente de “salubridade” para o município, mas de um possível ganho financeiro por vender créditos de carbono.

O que não se disse é que seria necessário captar o gás metano e utilizá-lo em uma usina termoelétrica, ou simplesmente queimá-lo, por exemplo, para reduzir sua quantidade na atmosfera. Seria necessário certificar o projeto e pagar consultores e técnicos para poder de fato “colocar o município no comércio mundial de créditos de carbono”, coisa que envolve um investimento financeiro bem maior¹⁸⁸, mas que passa ao largo do discurso.

¹⁸⁷ Ibid..

¹⁸⁸ CARONI JUNIOR, J.C..MDL e créditos de carbono: uma possibilidade para o município de Gravataí através do Aterro Sanitário Metropolitano Santa Tecla. 2008. Trabalho de conclusão de curso

Em outra notícia, lemos que o governo realizaria um investimento de 64 milhões de reais no Litoral paranaense na execução de obras de distribuição de água e coleta de esgoto, 4 milhões em limpeza e desassoreamento de canais e rios e mais 1,5 milhão na construção de dois aterros sanitários. Os aterros seriam construídos em Pontal do Paraná e Guaratuba e resolveriam “[...] um dos mais sérios problemas de saneamento e atendem solicitação das prefeituras e ambientalistas que há mais de 20 anos defendem a destinação correta do lixo numa região de grande potencial turístico e importância ambiental.”. Talvez possamos dizer que as solicitações e as justificativas estão colocadas respectivamente. No entanto, ao final da notícia, o argumento lembrado era de que “As obras de saneamento fazem parte de uma proposta maior do governo estadual: a revitalização do Litoral do Paraná. É um programa que abre espaço para o turismo, uma das atividades econômicas mais rentáveis do mundo.”¹⁸⁹. Ao final parece que tais obras abririam caminho para os ganhos de capital e para a especulação imobiliária.

Ao final de nossa apresentação dos fatos atinentes à questão ambiental e do lixo relativas ao cenário nacional e estadual salientamos as dificuldades encontradas pelas duas esferas estatais para concretizar as propostas da legislação específica ao meio ambiente. Quer por leniência das instituições ou por uma questão cultural envolvida com a sociedade na qual vivemos, ficamos com a percepção de que as leis não são cumpridas e quando são, beneficiam os que ganharão mais dinheiro através dos investimentos feitos pelo poder público no meio ambiente.

Apesar dessa percepção pessimista, atentamos para o fato de que, as políticas públicas passaram a abarcar os problemas ambientais, demonstrando o reconhecimento da importância do tema e sua incorporação às preocupações regulatórias e fiscalizadoras do Estado.

(Administração) - Universidade Luterana Brasileira, Gravataí, 2008. Disponível em <www.institutocarbonobrasil.org.br>. Acesso em: 12/01/2013.

¹⁸⁹ Saneamento no litoral vai garantir as praias limpas. **Diário de Guarapuava**. Guarapuava, 09 de mar. 2004, p.5.

CAPÍTULO III

OS CAMINHOS DO LIXO NA SOCIEDADE GUARAPUAVANA

Para falar sobre os 176 anos de Guarapuava, escrevo no escuro. Quem conhece a história desta cidade? Talvez devêssemos procurar nos arquivos históricos? Lá descobriríamos o que é esta cidade e quem tem sido quem nesta cidade? Ou será que os arquivos fariam coisas outras que não a verdade? Tenho medo de coisas escritas, apesar de que, escrever é a minha profissão. Mas justamente porque escrevo diariamente, sei que posso alimentar o papel com as frases que quiser, pois ele come tudo. Concluo que para saber da cidade de Guarapuava não devemos procurar nos arquivos, pois ali está escrita a história conforme os desejos das elites dominantes de cada época, ou seja, uma história parcial, e esta não nos serve.

“Guarapuava e os guarapuavanos” – Chico Guil

Apesar da desconfiança de Chico em relação aos arquivos históricos e de certa razão ele ter em relação aos documentos ali contidos, tais locais são imprescindíveis ao trabalho do historiador, cabendo a este filtrar as informações encontradas. Feita esta ressalva, iniciamos este capítulo apresentando nosso espaço de estudo e aspectos históricos a ele relacionados. A seguir discutiremos as políticas públicas implementadas em outras áreas ambientais que, apesar de diferentes da questão do lixo, se apresentam conectadas à ele em determinados aspectos. Ao final apresentaremos algumas ações do poder público para resolver o problema do lixo e para regulamentar atividades correlatas ao setor.

1 GUARAPUAVA: NATUREZA E HISTÓRIA

Guarapuava é a cidade sede do município de mesmo nome localizado na região centro-oeste do estado do Paraná, região sul do Brasil.

Mapa 3 – Localização do Município de Guarapuava-Pr



Fonte: IBGE, 2004.¹⁹⁰

Localizada no Terceiro Planalto Paranaense, também chamado Planalto de Guarapuava, possui altitudes elevadas (cerca de 1064 metros), sendo sua estrutura geológica composta pelos “[...] derrames de lavas vulcânicas jurássico-cretácicas [...] e por depósitos areníticos intercalados, considerados como pertencentes à Formação Botucatu”.¹⁹¹ A Formação Botucatu pode ser percebida nos afloramentos rochosos da Serra da Esperança, já os derrames vulcânicos, com destaque para as rochas basálticas, pertencentes à Formação Serra Geral são os mais representativos.

Segundo informações de Licheta, a paisagem da região constitui-se de morros e colinas. Os morros surgem nas porções menos elevadas e as colinas nas mais

¹⁹⁰ Mapas do município de Guarapuava. IBGE, 2004. In: GUARAPUAVA, Prefeitura Municipal. **Plano municipal de saneamento básico**. Guarapuava: Prefeitura de Guarapuava, 2011. p. 12.

¹⁹¹ LICHETA. M.J. **Estudo de resíduos sólidos urbano: o exemplo de Guarapuava-PR**. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2000. p. 64 a 66.

elevadas. A drenagem do município está vinculada às bacias hidrográficas dos rios Piquiri e Iguaçu, sendo o rio Jordão (afluente do rio Iguaçu) o principal responsável pela drenagem local.¹⁹²

O clima é o mesotérmico úmido (Cfb), com verões amenos e invernos rigorosos, podendo, inclusive, ocorrer precipitação de neve (raramente) e geadas (constantemente). A vegetação predominante do planalto guarapuavano são as áreas de campo natural intercaladas com matas nas baixadas (capões) e nascentes. A Mata de Araucárias (Floresta Ombrófila Mista), “[...] caracterizada pela presença extensiva da *Araucária angustifolia*, o Pinheiro-do-Paraná, árvore gregária que se encontra geralmente associada com outras espécies [...]”¹⁹³, é a principal formação florestal encontrada na região.

No Terceiro Planalto, a ocupação do solo, especialmente intensa nesta porção do estado do Paraná, fez com que da cobertura vegetal originária restassem apenas áreas testemunhas. A urbanização, as redes de circulação, mas em especial a atividade agrícola, foram os responsáveis pela transformação acelerada da paisagem.¹⁹⁴

A presença de madeiras de lei de grande interesse comercial, como a Araucária e a Imbuia, principais alvos da intensa atividade das serrarias para fornecimento de madeira para a construção civil nas cidades, e a intensificação da agricultura comercial fizeram com que a vegetação original fosse intensamente explorada e devastada.

Ocupada desde tempos remotos por populações indígenas, como o próprio nome denuncia (Guarapuava: guará= lobo, puava= bravo), principalmente os grupos pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê, notadamente os Caingangues¹⁹⁵, a região passou a ser ocupada pelos portugueses devido à questão das disputas fronteiriças entre Portugal e Espanha no segundo quartel do século XVIII e início do século XIX. As principais expedições que tomaram posse das terras locais para a Coroa portuguesa foram as de Afonso Botelho (1771) e de Diogo Pinto de Azevedo Portugal (1809-1810) dentro das diretrizes elaboradas pelo Morgado de Mateus para tomar posse, ocupar e defender a região contra invasões¹⁹⁶.

Corroborando com Abreu, Tembil salienta que Guarapuava:

¹⁹² Idem, p. 67.

¹⁹³ Ibid., p.69.

¹⁹⁴ Ibid., p.69.

¹⁹⁵ WACHOWICZ, R.C.. **História do Paraná**. 6ª Ed.. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina Ltda, 1988. p.7.

¹⁹⁶ ABREU, A.T.G. de. **A posse e o uso da terra**: modernização agropecuária de Guarapuava. 1981. 364f. Dissertação (mestrado História do Brasil)– Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1981.

[...] teve sua gênese no contexto de colonização portuguesa, que em disputa com os espanhóis pela porção meridional, buscou a ampliação de suas fronteiras. Conquistada em fins do século XVIII, em atendimento às ordens do príncipe regente, Guarapuava só foi efetivamente povoada entre os anos de 1810 e 1819, com a criação da Freguesia de Nossa Senhora de Belém.¹⁹⁷

Esclarecemos que nosso entendimento é o de que a região já era “povoada” antes do contato e da “conquista” do território dos Campos de Guarapuava pelos portugueses por diversos povos indígenas que o ocupavam e lá viviam. O próprio uso do termo conquista já indica que foi necessário tomar à força algo do “outro”. Com a fundação da Freguesia de Nossa Senhora de Belém, em 1819, desenvolveu-se o aglomerado populacional que, em 1852, foi elevado à condição de Vila e, em 1871, recebeu foros de cidade¹⁹⁸ já com o nome de Guarapuava.

A economia local pautou-se, a princípio, pela pecuária extensiva devido à presença de campos naturais que foram usados para criar e, principalmente, invernar o gado, vinculando-se à atividade tropeira do sul, que tinha na Feira de Sorocaba seu principal ponto de comércio. Posteriormente houve o aproveitamento da erva mate e da madeira nativa, com destaque para a Araucária, e após 1950 houve a intensificação da agricultura comercial.

Outro aspecto fundamental que marcou a década de 1950 refere-se às relações de trabalho que fizeram aumentar o número de assalariados e comprovaram a existência de uma economia capitalista que se eleva através do aumento da produtividade. À medida que a agricultura e a pecuária vão se capitalizando, realiza-se a absorção das propriedades menores pelas maiores, cujos pequenos proprietários, ou se fixam no meio rural em terras mais baratas ou vão para o meio urbano, engrossar as fileiras de desempregados.¹⁹⁹

O processo de êxodo rural de pequenos, médios e até de grandes proprietários salientado por Abreu, juntamente com a mecanização das lavouras e novas tecnologias agropecuárias que liberaram mão de obra assalariada do campo ocasionaram nos anos 1970 a intensificação do processo de urbanização e periferização da cidade de Guarapuava.

A partir dos anos 40 e 50 do século XX ocorreu um destacado dinamismo da economia da cidade, propiciado por uma atividade comercial mais intensa com a atividade

¹⁹⁷ TEMBIL, M.. **Em busca da cidade moderna**: Guarapuava... recompondo histórias, tecendo memórias. Guarapuava: Unicentro, 2007. p. 62.

¹⁹⁸ LICHETA, M.J.. op.cit., p.54.

¹⁹⁹ ABREU, A.T.G.de. op.cit., p. 250.

madeireira e a introdução da agricultura comercial, vindo a originar os primeiros momentos de um processo de industrialização. Foi nesse momento que se apresentaram também novas demandas sociais por moradia e infraestrutura urbana, juntamente com denúncias de problemas socioambientais urbanos, como poluição da água, a questão do lixo e a preservação de áreas verdes.

Segundo Kobelinski, a economia não permitiu uma evolução significativa da cidade de Guarapuava até os anos 40 do século XX:

Posteriormente, com a atividade madeireira, na década de 40; o desenvolvimento de uma agricultura comercial, na década de 50; a industrialização nas décadas de 60 e 70, e um dinamismo nas décadas subsequentes, baseados nas idéias de progresso, imprimiram um novo quadro de transformações na paisagem rural e nas formas e estrutura do meio urbano. Foi justamente a partir da década de 60 que a imagem da cidade, ou de suas formas visíveis, passava, até um limiar considerável, a corresponder às falas dos discursos das administrações públicas. Esse momento é marcante não só por esta característica, mas também pelo uso eficiente dos meios de comunicação social para a formação de uma imagem urbana envolta em prosperidade, o que nem sempre correspondia à melhoria de qualidade de vida da população, principalmente daquela que se concentrava nas áreas periféricas da cidade.²⁰⁰

Até 1970 a população de Guarapuava era majoritariamente rural, sendo que durante a década de 1970 houve um intenso movimento de êxodo rural, que acabou por trazer à cidade um grande contingente populacional. No entanto, como salienta Kobelinski, o crescimento populacional não foi acompanhado por um aumento da infraestrutura urbana em todos os locais da cidade, ficando as áreas periféricas, mais distantes e mais pobres, afastadas do “progresso” tão propalado pela administração municipal. Os dados censitários mostram que o município de Guarapuava era rural até 1970, quando ocorreram mudanças na estrutura populacional, levando o município, como apontam os dados de 1980, a apresentar uma maioria de população urbana, como podemos verificar na Tabela 1.

²⁰⁰ KOBELINSKI, M. **Guarapuava é isto aqui**: da sedução dos discursos ao “marketing” da cidade. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP/Unicentro, Assis/SP-Guarapuava/PR, 1999. p.15 e 16.

Tabela 1 – Evolução populacional do município de Guarapuava e do estado do Paraná.

ANO	GUARAPUAVA			PARANÁ		
	RURAL	URBANA	TOTAL	RURAL	URBANA	TOTAL
1940	90.476	5.759	96.235	934.004	302.272	1.236.276
1950	61.947	5.489	67.436	1.587.259	528.288	2.115.547
1960	80.585	16.362	96.947	2.962.312	1.305.927	4.268.239
1970	67.639	43.264	110.903	4.425.490	2.504.378	6.929.868
1980	68.636	89.951	158.585	3.156.831	4.472.561	7.629.392
1991	52.551	107.022	159.573	2.250.760	6.197.953	8.448.713
2000	13.467	141.694	155.161	1.777.374	7.786.084	9.563.458
2010	14.335	152.993	167.328	1.531.834	8.912.692	10.444.526

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os dados relativos ao município de Guarapuava, constantes na Tabela 1, podem apresentar-se de confuso entendimento, pois o município era²⁰¹, em 1940, o maior do Paraná e sofreu uma série de desmembramentos devido à emancipação de seus distritos. Ainda assim, podemos visualizar um aumento constante da população urbana entre 1950 e 1980, com taxas superiores a 100% no período, enquanto a população rural manteve-se relativamente estável, apresentando aumentos e regressões. Em relação ao Paraná, sua população rural aumentou significativamente entre 1950 e 1970, assim como a população urbana, que superou a rural em 1980. A tendência populacional de 1980 até 2010, segundo os dados, foi de redução da população rural e de aumento da população urbana, tanto em Guarapuava quanto no estado do Paraná.

Desde sua fundação, na primeira metade do século XIX, até o início da primeira metade do século XX, as principais questões socioambientais que preocuparam o poder público foram relacionadas ao abastecimento de água no núcleo urbano e ao problema do esgotamento sanitário²⁰².

Corroborando com essa afirmação, Licheta evoca o depoimento de Eurico Branco Ribeiro para exemplificar as dificuldades que havia na infraestrutura da cidade devido ao isolamento em relação aos centros econômicos mais dinâmicos nos anos 1930. Escreve Ribeiro:

²⁰¹ Guarapuava ainda é o maior município do Paraná, com mais de 3.100 km² de extensão, em 1940 tinha mais de 15.000 km².

²⁰² ABREU, A.T.G.; MARCONDES, G.G.. **O abastecimento de água no século XIX e a evolução do saneamento básico em Guarapuava**. Guarapuava/PR: UNICENTRO, 1992.

Guarapuava não possui esgotos, nem água encanada, nem serviço de limpeza pública [...] existem seis chafarizes, todos com água captada no local e nem sempre boa [...] A má qualidade dos poços de Guarapuava não decorre, porém, tão só da infiltração dos despejos mas também, e principalmente, da dos dejectos humanos lançados a esmo pelos quintaes ou depositados em fossas rudimentares, conforme uso geral.²⁰³

Guarapuava, segundo o médico Eurico Branco Ribeiro, não possuía esgoto, nem água encanada, nem serviço de limpeza pública. Isso nos anos 1930, mais de 100 anos depois de ter sido fundado o núcleo urbano. As pessoas tinham que buscar água nos chafarizes e ela não era de boa qualidade. Para Ribeiro, isso era resultado dos “despejos” e dos “dejectos humanos”, tanto um quanto outro lançados em locais incorretos e que ocasionavam a infiltração no solo e a contaminação da água.

Por meio deste relato, podemos observar que os problemas ambientais decorrentes da ocupação humana desordenada, e com a falta de cuidado na destinação dos restos e dos dejetos, não são uma característica recente da sociedade. Ao contrário, podemos vislumbrar esses problemas em temporalidades diversas e nos mais variados locais.

²⁰³ RIBEIRO, E.B. apud LICHETA, M.J.. op.cit., p.60.

2 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DE QUESTÕES AMBIENTAIS EM GUARAPUAVA

Considera-se comumente que os jornais nos informam a respeito daquilo que “é” importante para o nosso conhecimento. No entanto, as informações contidas em suas páginas representam parcialmente o vivido e são uma interpretação dos fatos, feita pelos setores diretamente envolvidos com a notícia, além de serem motivados por interesses socioeconômicos. Os jornais são compostos por notícias consideradas importantes por um jornalista, entre tantas de que ele dispõe.

As notícias são selecionadas e publicadas no jornal na exata medida da subjetividade daqueles que o compõem e dos interesses que defendem, demonstrando uma determinada opinião implícita em sua linha editorial. No entanto, apesar de expressar apenas uma parcela dos fatos sociais e de estar impregnado de interesses, os jornais locais são uma importante fonte de pesquisa e interpretação histórica e podem ser utilizados para cotejar informações que obtemos de outras fontes.

Foi com esses objetivos, além do uso como fonte, confrontar outras fontes e a bibliografia consultada, que utilizamos em nossa pesquisa os jornais “Esquema Oeste” e “Diário de Guarapuava”, sempre levando em consideração todas as ressalvas e procurando tomar todos os cuidados que tal uso requer.

Nas páginas dos periódicos em questão, entre tantos fatos que se tornaram suas notícias, encontramos alguns que se relacionavam ao tema ambiental de várias formas e que também se relacionavam com a questão do lixo em Guarapuava de forma direta ou indireta. Assuntos tão diversos quanto pesca predatória, vandalismo de equipamentos públicos, implantação de áreas de proteção, conservação ou pesquisa, de áreas verdes para lazer e gado vacum a passear solto no centro da cidade podem a princípio parecer sem conexão.

Entretanto, um olhar mais detido em cada um deles pode nos informar algo importante a respeito da relação entre os humanos e o meio ambiente que ocupam. Também podem nos comunicar algumas permanências ou rupturas socioculturais características da sociedade analisada ou presentes em outras sociedades, principalmente as urbanas.

Um exemplo disso encontramos no “Esquema Oeste”, no ano de 1976, quando o jornal publica uma série de comentários de Luiz Antonio Pereira de Araújo sobre a

Lagoa das Lágrimas, reclamando melhorias estruturais²⁰⁴, iluminação²⁰⁵ e também propondo que se ocupasse esse espaço para lazer de famílias e crianças²⁰⁶. Esse local é o “cartão postal” da cidade, além de ser uma área verde e de lazer bem próxima ao centro da cidade e estar localizada numa das regiões mais valorizadas de Guarapuava, mesmo em 1976. Ou seja, se esta era uma área considerada de grande importância para a cidade, qual a razão do descaso do poder público e dos munícipes para com ela?

Duas situações fazem com que a Lagoa das Lágrimas transforme-se em Vale de Lágrimas. A primeira quando as luzes são acesas – à noite, naturalmente. E um improvisado guia de turistas, cheio de orgulho, leva a sua excursão para visitar um dos mais belos pontos turísticos da cidade. A outra, às segundas-feiras ou após os feriados, onde no dia anterior o guarapuavano foi apreciar a Lagoa ou entreter-se com os barquinhos e pedalins, acompanhado de seus filhos, que comendo pipocas ou sorvetes, jogam os papéis na grama (também, jogar onde?). Assim, para que a Lagoa não seja transformada em Vale, e como modestos colaboradores e defensores das nossas belezas, uma sugestão, ou melhor, duas sugestões ao poder público: a) dê luz a Lagoa, à noite preferencialmente, mas toda a noite; b) coloque cestos de lixo – bem sofisticados, naturalmente, como o ambiente requer, para que os papéis não mais usados possam ter uma destinação condigna.²⁰⁷

Podemos inferir que Luiz Antonio Pereira de Araújo fazia uma crítica demonstrativa tanto do descaso do poder público, pela falta de iluminação e de lixeiras, quanto do descaso das pessoas por jogarem lixo no chão. Tal situação, ocorrida em 1976, e as medidas tomadas pela Prefeitura²⁰⁸ no mesmo ano não tiveram o efeito de acabar com os problemas na Lagoa das Lágrimas.

²⁰⁴ ARAÚJO, L.A.P.. Operação tapa-buraco e fechamento da Lagoa. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 30 out. a 05 nov. 1976, Coisas, p.3.

²⁰⁵ Idem. Falta de iluminação da Lagoa das Lágrimas. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 26 jun. a 02 jul. 1976, Coisas, p.3. Iluminação da Lagoa e restauração do calçamento. 03 a 09 jul. 1976, Coisas, p.3. Coisas da iluminação da Lagoa das Lágrimas e os vândalos. 28 ago. a 03 set. 1976, Coisas, p.3. Energia elétrica e Lagoa das Lágrimas. 02 a 08 out. 1976, Coisas, p.3.

²⁰⁶ Ibid. Fechamento da Lagoa das Lágrimas. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 16 a 22 out. 1976, Coisas, p.3.

²⁰⁷ Ibid. Coisas da Lagoa das Lágrimas. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 14 a 20 fev. 1976, Coisas, p.3.

²⁰⁸ Lagoa das Lágrimas está sendo restaurada. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 7 a 13 ago. 1976, p.3.

Foto 1 – Lagoa das Lágrimas vista do alto do Hospital São Vicente – Guarapuava (1977)



Fonte: dirceupato.blogspot.com.br

Em 1980 o jornal publicou notícia dando conta de uma mortandade de peixes na Lagoa:

Os peixes morrem às centenas e ainda não se sabe a causa exata [...] Depois de resolvido o enigma da morte coletiva dos peixes, eles [os técnicos do Instituto de Terras e Cartografia] querem reconstruir o ambiente aquático, repovoando a Lagoa com novas espécies e garantindo a sua sobrevivência, através de métodos científicos de seleção dos peixes e de despoluição da água.”²⁰⁹.

Aqui, o que nos chamou a atenção, além da permanência do descaso com o lugar, foi a utilização dos técnicos para justificar que, apesar de tudo era possível recuperar o local se fossem utilizados os “métodos científicos” e as técnicas corretas indicadas por aqueles que dominavam o conhecimento. Apesar disso, advertiram os técnicos, teria que haver a “despoluição” da água da Lagoa, ou seja, ela estava poluída.

O jornal, ao final da notícia, salientava que os fatos acabavam “[...] dando razão ao vereador Vilmar Turok, que há meses, vem se empenhando numa luta solitária, e já quase folclórica, na qual adverte exatamente quanto à poluição na Lagoa das Lágrimas [...]”²¹⁰. O Esquema faz referência às denúncias que Vilmar Turok, alguns meses antes, fazia a

²⁰⁹ Na Lagoa das Lágrimas um desastre ecológico. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 13 a 19 dez. 1980, p.1.

²¹⁰ Idem.

respeito da desativação da fonte luminosa que lá havia, a falta de arborização e ao vandalismo. Turok também defendia a proposta de esgotar a água da Lagoa “[...] alegando o elevado nível de poluição [...]”²¹¹ em que ela se encontrava, e propunha a retirada e seleção dos peixes existentes para que a pesca fosse liberada para a população.

A proposta de Turok, de esgotar a água da Lagoa para que fosse feita a limpeza, não foi posta em prática em 1980 pela Prefeitura Municipal. Mas em 1985 a administração municipal resolveu realizar um esvaziamento parcial da Lagoa e fazer o trabalho de retirada de entulho. O jornal informou que

[...] latas, garrafas de champagne, sapatos e outros tipos de lixos, foram encontrados numa limpeza na Lagoa das Lágrimas, aproveitando a seca dos últimos meses. Tem até proposta do vereador Vilmar Turok, há muito engavetada no Paço Municipal, pedindo o esvaziamento total do lago para limpeza geral. Foram tantas quinquilharias, que um galpão no logradouro não foi suficiente para guardar tudo. A bela Lagoa das Lágrimas, ao que tudo indica, é bonita por fora mas suja por dentro.²¹²

Apesar de um acolhimento parcial da proposta de Turok, ficou provado com o trabalho realizado pela Prefeitura Municipal que o edil tinha razão em suas preocupações. No ano de 2008 houve uma nova mortandade de peixes na Lagoa das Lágrimas e os técnicos do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) foram chamados a dar explicações. Depois de “[...] verificar a incidência de peixes mortos [...]”, declararam que iriam estudar se seria “[...] necessário fazer a coleta de amostras de água para exame laboratorial e de peixe moribundo (ainda não morto) [...]”²¹³, pois segundo eles o que havia causado a morte dos peixes foi a falta de oxigênio na água devido a proliferação de algas.

Embora houvesse a suspeita de que a água estivesse contaminada, a coleta de água e peixes para os exames em laboratório não aconteceu. De fato, a poluição da água pelo lixo, além de outros agentes poluidores (esgoto, águas pluviais) ou proliferação de algas pode acontecer e pode ter sido uma das razões da morte de peixes ocorrida em diversos momentos na Lagoa das Lágrimas.

Ficou demonstrado que, apesar de importante e necessária, propostas como a do vereador Vilmar Turok dependiam da vontade política do governo, que nem sempre tinha

²¹¹ Turok quer esgotar a Lagoa das Lágrimas. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 23 a 29 ago. 1980, p.1.

²¹² Lagoa. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 30 nov. a 06 dez. 1985, Em suma, p.3.

²¹³ IAP suspeita que algas sejam responsáveis por morte de peixes. **Diário de Guarapuava**. Guarapuava, 12 ago. 2008, p.8.

interesse social ou político de implementá-las de maneira imediata. Os governos preferiam escolher eles próprios o momento mais propício, como no caso citado uma época de seca em que a própria quantidade de água já era menor que o volume normal.

Vilmar Turok não foi o único político que denunciou a situação de poluição e abandono da Lagoa das Lágrimas. Em 1998, o vereador Darci Zanlorenssi, utilizando uma notícia do Jornal Impacto, declarou na tribuna da Câmara de Vereadores que as águas da Lagoa estavam ficando amareladas e que antigamente elas eram azuis. Tal característica de coloração da água fazia o vereador propor a limpeza da Lagoa, pois a sua cor demonstrava “[...] que a lagoa está morta.”. Mais adiante em seu pronunciamento o vereador denunciou que também “[...] se solta hoje pela água da pia, dos postos de lavagem, das oficinas um óleo que polui as águas [...]” e arrematou que “Tem sido denunciado, é preciso mais ação concreta para coibir.”²¹⁴.

Novamente nos defrontamos com a questão da ação da população, que poluía o ambiente, conjugada com a inação do poder público, que não fiscalizava, o que foi recorrente na pesquisa quando a questão envolveu o meio ambiente como também outros setores da vida urbana.

Outra área verde e de lazer do perímetro urbano de Guarapuava, o Parque do Lago, também é exemplar para entender a questão. O Parque do Lago, outro cartão postal da cidade, teve origem em um trabalho do arquiteto Jonas Sanches, que havia proposto um “suntuoso projeto cultural, de grande alcance social”²¹⁵ para dar uma nova forma de ocupação a “uma das piores áreas urbanas da cidade, o ‘Buraco Quente’”²¹⁶. O chamado Buraco Quente era um grande terreno baldio público num fundo de vale, com um pequeno riacho, onde havia algumas moradias irregulares e um grande matagal.

O local era um foco de preocupação da sociedade, uma vez que muitos moradores de rua e até marginais o utilizavam como esconderijo para passar seus dias e noites. O projeto visava transformar um local “perigoso” em uma área de lazer para os guarapuavanos, com teatros, pista de caminhada e brinquedos para crianças, além de urbanizar a região com a infraestrutura necessária de água, ruas, guias e sarjetas, esgoto e asfalto.

O que chamou nossa atenção nesse caso foi a preocupação com a presença daqueles que não eram desejados e daquilo que era tido como moralmente incorreto em uma

²¹⁴ GUARAPUAVA, Câmara Municipal. **Livro de Atas 1998**. Guarapuava: Câmara de Vereadores, 1998, p.114.

²¹⁵ Maquete mostra Parque do Lago. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 15 a 21 jun. 1985, p.1.

²¹⁶ Idem.

área tão próxima do centro da cidade. Ou seja, era inaceitável que uma área com tantos atrativos naturais ficasse sob o domínio de pessoas que invadiram o local, ou que o utilizavam de uma maneira vista como social e moralmente incorretas: bêbados, ladrões, mendigos, desocupados, prostitutas e pobres.

As obras do Parque do Lago tiveram início em 1986 e alguns anos depois o jornal *Esquema Oeste* exibiu em suas páginas a notícia de que a área estava “[...] se convertendo em atrativo para investimentos imobiliários, sendo grande a procura de terrenos adjacentes para compra, visto a urbanização local. Antes das desapropriações o local era desprovido de quaisquer melhorias.”²¹⁷. Além de fazer referência à valorização imobiliária causada pela obra de urbanização daquela região do Parque do Lago, o jornal também trazia a notícia de que a “empresa paulista S.A.O. Engenharia Civil” era a responsável pela construção da “mansão do Lago”, empreendimento anexo ao Parque do Lago²¹⁸.

Duas situações chamaram nossa atenção nessa notícia. Uma é a “desapropriação” dos barracos e moradias irregulares do local, sua posterior urbanização devido ao Parque e a posterior valorização que os terrenos ao redor sofreram. A segunda, consequência da primeira, é o fato de haver uma “mansão” sendo construída nas proximidades. As duas coisas exemplificam o encaminhamento dado pelo poder público à questão, procedendo à retirada dos pobres e urbanizando com toda a infraestrutura necessária para que os ricos construíssem suas belas casas, deixando o local ainda mais bonito e agradável.

²¹⁷ Parque do Lago atrai novos investimentos imobiliários. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 04 a 10 jun. 1988, p.1.

²¹⁸ Idem.

Foto 2 – Parque do Lago visto do sentido bairro-centro (2011)



Fonte: www.guarapuava.pr.gov.br

Apesar das obras de urbanização e da presença das mansões, em 1993 o Esquema Oeste publicou uma notícia de que a Prefeitura Municipal de Guarapuava iniciaria um trabalho de saneamento nos arroios tributários do Parque do Lago. Segundo o periódico, a bacia do Parque tinha 4 milhões de metros quadrados, onde havia cerca de 2000 propriedades, das quais “[...] 22% estavam irregulares [...]”²¹⁹. Essas residências irregulares eram suspeitas de causarem a contaminação da água por coliformes fecais, por estarem lançando o esgoto de forma clandestina nas galerias de águas pluviais, que levavam o material até os córregos e conseqüentemente ao Parque do Lago.

Fazendo um balanço momentâneo do que escrevemos até aqui, podemos inferir que, se o poder público deixou a desejar no cumprimento de suas funções, a população também não colaborou para melhorar a situação. O despejo de esgoto na rede de galerias pluviais, o arremesso do papel na grama ou na água do lago e tantas outras atitudes impensadas e descompromissadas com o ambiente demonstram uma falta de cultura ecológica na sociedade em estudo, que só podemos atribuir ao todo e não a uma das partes.

A questão do desmatamento e do reflorestamento também chamou nossa atenção nas notícias veiculadas pelo Esquema Oeste. Nelas se demonstrava a preocupação de autoridades com a derrubada irresponsável, sem a devida reposição da floresta nativa. A

²¹⁹ Saneamento vai despoluir arroios e Parque do Lago. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 24 a 30 abr. 1993, p.8.

possibilidade de um colapso pela falta de florestas comerciais para uso da indústria também estava presente.

Em 1973, o presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), Joaquim Francisco de Carvalho, dizia que “[...] sem o planejamento, nunca se atingirá o equilíbrio desejado entre a criação e a derrubada da floresta, e o país poderá enfrentar problemas de suprimento de madeira além dos inconvenientes de caráter ecológico”²²⁰.

Outra notícia²²¹, de 1982, estampava a preocupação de que o desmatamento comprometeria a indústria madeireira, importante setor da economia de Guarapuava. Percebemos aqui uma valorização da questão para o município, pois a indústria madeireira era de grande relevância para a economia local e qualquer descompasso no setor representaria um problema para o município. A importância do assunto estava sendo colocada no âmbito econômico, enquanto as questões ambientais eram colocadas como “inconvenientes” de menor importância.

Os agrotóxicos também foram o foco de reportagens do jornal devido aos impactos causados ao meio ambiente e ao aumento da fiscalização dos órgãos responsáveis com o descarte das embalagens e dos produtos. Dois exemplos são demonstrativos do que dissemos e os dois foram contemplados na mesma edição do jornal.

O primeiro²²² foi o caso da Cooperativa Agrária, que teve de devolver um produto altamente tóxico, a Neantina Líquida, usada no tratamento de sementes e como fungicida, ao fabricante, no caso a Bayer do Brasil, que encaminharia para a Bayer na Alemanha, onde o produto seria destruído. Isso demonstrava o crescimento da preocupação com o uso de produtos químicos na agricultura comercial, passando esses a serem controlados, e demonstra também a falta de equipamentos e tecnologia adequada no país para dar fim ao produto, sendo necessário enviá-lo à Europa para solucionar o problema.

O segundo²²³ exemplo foi a grande quantidade de casos de intoxicação de agricultores por produtos usados na agricultura. Segundo o Esquema haviam sido registrados “[...] 20 casos de intoxicação em 2 meses [...] mas nenhuma morte foi verificada no Estado.”. O jornal relatava ainda que “[...] os produtos fosforados respondiam por 60% das intoxicações [...]” e fazia um balanço do problema nos anos anteriores, destacando o ano de 1984 que registrou 1711 casos, com 50 mortes.

²²⁰ Reflorestamento não basta para compensar derrubadas. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 8 a 14 ago. 1973, p.1.

²²¹ Desmatamento compromete a indústria de madeiras. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 09 a 15 jan. 1982, p.1.

²²² Agrotóxicos. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 02 a 08 mar. 1985, p.7.

²²³ Idem.

Nos dois casos salienta-se o fato de os agrotóxicos serem responsáveis pela contaminação do solo, da água e das pessoas que os utilizavam e demonstrava certa lentidão das autoridades na fiscalização dos usos (e abusos) de tais produtos, a exemplo da Neantina Líquida, que tinha seu uso proibido desde 1980.

Além dos assuntos já elencados anteriormente, encontramos no jornal Esquema Oeste menções a outros problemas ambientais urbanos em diversos períodos, a exemplo da conservação de equipamentos urbanos (ruas²²⁴, cemitério²²⁵, banheiros públicos²²⁶, iluminação²²⁷ e a estação rodoviária²²⁸), da arborização e paisagismo²²⁹, enchentes²³⁰ e canalização de córregos²³¹, esgoto e saneamento²³², entre outros. Dois casos chamaram nossa atenção e os abordamos de maneira um pouco mais detalhada. São os casos dos terrenos baldios e das favelas.

Com relação aos terrenos baldios, Araújo, na seção Coisas do Esquema Oeste, em 1976 já chamava a “[...] atenção do Poder Público ao problema [...]”²³³. O colunista, na mesma seção, em 1977, volta ao tema evidenciando que “[...] inúmeros terrenos baldios, em pleno centro da cidade estão empanando a limpeza que está ocorrendo em Guarapuava [...] os terrenos baldios, sem passeio, sem muro e com mato e detritos tomando conta do terreno, continuam enfeando a cidade [...]”, ao que se seguia uma sugestão de se realizar “[...] uma campanha de conscientização dos proprietários para seguir as normas municipais.”²³⁴.

²²⁴ Ruas em estado precário. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 02 a 08 fev. 1974, p.3.

²²⁵ Cemitério pela hora da morte. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 02 a 08 fev. 1980, p.3. A notícia traz reclamações das taxas cobradas pela Prefeitura pois, segundo o jornal, o cemitério que não possuía iluminação, nem água, nem sanitários, nem calçamento e nem sequer capela mortuária.

²²⁶ Começam obras nos banheiros depois da ameaça de paralisação. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 15 a 21 jan. 1994, p.1. Os sanitários do Terminal de ônibus não podiam ser usados por falta de limpeza.

²²⁷ ARAÚJO, L.A.P. de. A população sofre com o problema da falta de luz nas vias públicas. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 04 a 10 fev. 1978, Coisas da iluminação pública, p.3.

²²⁸ Na rodoviária, os problemas de sempre. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 15 a 21 mai. 1982, p.1. Segundo o jornal, os problemas eram: “[...] déficit nas contas, sanitários insuficientes e mal-cheirosos, lanchonetes sujas e caras”.

²²⁹ Diminui área verde urbana. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 06 a 12 jun.1992, p.1.

²³⁰ Desabrigados passam de 300 – chuvas provocam o caos na cidade. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 30 mai. a 05 jun. 1992, p.1.

²³¹ Arroio Central recebe uma solução definitiva. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 08 a 14 de jun. 1991, p.4. Segundo o jornal, “O riacho corta a cidade [...] e sempre atrapalhou serviços de urbanização [...] era utilizado por moradores para depósito de lixo”.

²³² Rede de esgoto e galerias pluviais causam problemas. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 07 out. 2003, p.13.

²³³ ARAÚJO, L.A.P. de. Coisas dos terrenos baldios. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 19 a 25 jun. 1976, Coisas, p.3.

²³⁴ Idem. Coisas dos terrenos baldios. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 30 abr. a 06 mai. 1977, Coisas, p.3.

Terrenos baldios continuam imperando em nossa cidade. O mato cresce, os insetos e bichos nocivos continuam aparecendo sem que os proprietários tomem alguma atitude a respeito. Aqui na Tribuna foi levantada a idéia de se fazer o aproveitamento desses terrenos abandonados pelas entidades assistenciais de nossa cidade, para organizarem neles estacionamentos de veículos, que seria uma fonte de renda para as mesmas. No entanto, ninguém deu bola.²³⁵

A falta de limpeza que havia nos terrenos baldios nos faz pensar que estamos novamente diante de uma situação de falta de ação da população e do Poder Público. Os proprietários não limpavam os terrenos, a Prefeitura não fazia a fiscalização, não multava, não limpava e a situação se mantinha a mesma.

A advertência do colunista do jornal de que os “insetos e bichos nocivos” proliferavam no mato dos terrenos se concretizou quando uma cobra cascavel apareceu no calçadão do centro de Guarapuava em 1982. “Uma cobra cascavel no calçadão??? É muito natural este fato, pois os terrenos baldios infestam o calçadão. A cobra estava em um ao lado da Caixa Econômica Federal. Quando passar por ali, dê uma olhadinha como é que se encontra aquele terreno [...]”²³⁶.

Como não bastassem os animais, a população ainda sofria com os terrenos baldios pelo fato de serem, segundo Waldemar Garcia, um “[...] esconderijo para malfeitores, além de depósitos de lixo.”²³⁷. Essa advertência ganhou importância quando uma menina de 9 anos quase foi agarrada e levada para um terreno baldio utilizado por “malandros como local de esconderijo”²³⁸. Segundo o autor, o terreno pertencia ao Poder Público, que após o ocorrido procedeu à limpeza do mesmo.

A Prefeitura Municipal, procurando reverter essa situação que se mostra permanente no período pesquisado, tentou realizar campanhas para murar e limpar os terrenos baldios, “[...] a começar os localizados no centro da cidade [...]”, para melhorar a situação de abandono em que se encontravam. Segundo a Prefeitura divulgou ao jornal, o “sentido maior da campanha” era “[...] a idéia de que uma cidade limpa reflete o nível cultural do seu povo.”²³⁹. A julgar pela sujeira dos terrenos, divulgada nos jornais, o nível cultural dos guarapuavanos não era dos melhores, então o poder público pretendia elevá-lo com a limpeza e o cercamento dos terrenos centrais.

²³⁵ GARCIA, W.. Terrenos baldios continuam imperando em nossa cidade. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 31 jan. a 06 fev. 1981, Tribuna, p.4.

²³⁶ Idem. Cobra no calçadão. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 27 mar. 02 abr. 1982, Tribuna, p.7.

²³⁷ Ibid.. Terrenos baldios. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 25 mar. a 01 mai. 1981, Tribuna, p.4.

²³⁸ Ibid.. Terreno. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 14 a 20 mar. 1981, Tribuna, p.4.

²³⁹ Proprietários ajudam a conservar a limpeza. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 07 a 13 dez. 1991, p.21.

Em tentativa mais recente²⁴⁰ de resolver o problema, a Prefeitura Municipal decidiu multar em R\$540,00 (quinhentos e quarenta reais) os proprietários de terrenos que, em 30 dias, não limpassem suas propriedades. O jornal informa ainda que, dos cerca de 11.600 terrenos baldios, 80% estavam mal conservados.

Das ações elencadas acima destacamos a prioridade de realização do serviço de limpeza nos terrenos localizados no centro da cidade, região mais valorizada e mais movimentada, onde o trabalho seria visto por mais pessoas, causando a impressão na população e nos visitantes de que a cidade era limpa e os moradores tinham uma cultura elevada de limpeza. As obras no centro também beneficiariam a região mais rica e dinâmica da cidade, além de beneficiar com o trabalho da Prefeitura os seus moradores e os comerciantes, transformando-se em uma vitrine da administração municipal.

No caso da outra ação, das multas, novamente esbarramos na deficiente fiscalização da Prefeitura e na dificuldade de obrigar os proprietários a pagarem as multas, além da necessidade de isonomia para os infratores e da dificuldade de realizar o trabalho de limpeza em todos os 11.000 terrenos onde era necessária.

O segundo tema que abordamos é o que trata das favelas em Guarapuava. A questão que nos interessa destacar é o impacto da poluição nas populações que habitavam as favelas e outros bairros pobres da periferia da cidade. O impacto ambiental é sentido diretamente por essa população pobre, pois os bairros estavam localizados mais próximos das indústrias e as residências, em muitos casos, estavam bem próximas do leito dos rios e córregos urbanos, além do que, havia uma grande carência de infraestrutura nesses locais.

Essas características, proximidade das casas das indústrias e dos rios, juntamente com a falta de infraestrutura, faziam a população dos bairros mais pobres sentir mais de perto os efeitos da poluição hídrica e do ar. Tal situação nos remete à crítica de que, nas sociedades urbano-industriais, os impactos da poluição são desigualmente sentidos pelas pessoas, sendo a população pobre a que mais sente e sofre seus efeitos.

Nas páginas do Esquema Oeste encontramos a representação dessa problemática socioambiental. Em 1973²⁴¹ o assunto já era tratado em suas páginas como um problema a ser resolvido pelo poder público. Na época, segundo o Esquema, havia uma favela na Vila São Miguel (“antiga Vila dos Aflitos”) onde existiam 102 barracos.

²⁴⁰ Quem não limpar paga R\$540,00. **Diário de Guarapuava**. Guarapuava, 28 e 29 mar. 2009, p.1.

²⁴¹ Solução para as favelas. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 07 a 13 mar. 1973, p.3.

Ary Oliveira Junior, colunista do periódico, escrevia em 1978²⁴² a respeito do “[...] crescimento espetacular de uma favela que se localiza justamente à entrada da cidade, as margens da BR 277 [...]” e de como isso preocupava as “[...] lideranças locais, que não vêem como poderiam equacionar o delicado problema.”. A favela citada em 1978 estava localizada no Bairro Primavera, um dos maiores de Guarapuava e que conta com a presença de diversas indústrias no seu entorno.

Para Oliveira Junior, se não fossem tomadas “medidas urgentes” para solucionar a questão da dita favela, que contava com cerca de 60 barracos, ela poderia se transformar em um “[...] ‘cartão de visitas negativo’ para Guarapuava.”. A questão não foi resolvida e em 1981 Guarapuava se tornou, segundo o jornal, “[...] proporcionalmente, a cidade que mais tem favelados no Paraná”²⁴³. Na época havia “mais de 1500 famílias nas favelas” de Guarapuava e a questão se tornou um “[...] dos principais problemas sociais de uma cidade em fase de crescimento.”. A quantidade de “favelados” aumentou com o tempo²⁴⁴.

Essa população das favelas sofria de uma “[...] total falta de higiene gerando doenças, resultando disso a marginalização, a prostituição, violência e outros lados negativos”²⁴⁵, segundo o Esquema Oeste. O que poderiam ser esses “outros lados negativos”? Podemos aqui fazer um paralelo com o que dissemos anteriormente a respeito dos terrenos baldios e sua relação com o nível cultural da população. A culpa das mazelas socioambientais que o jornal divulgava era atribuída às pessoas, que nas favelas tinham uma cultura que não prezava pela higiene.

Nas páginas dos jornais encontramos algumas indicações que podem responder nossa pergunta. Numa reportagem que trata de denúncias da poluição industrial no rio Cascavel, Julio Pedroso Saldanha, morador da Vila Bela, salientava que os resíduos de uma indústria “[...] que extrai carvão mineral e resina de nó de pinho [...]” estavam causando problemas de saúde aos moradores do bairro. “Os resíduos são atirados no rio, e tem aparecido peixe morto por ai. Das 6 horas da tarde até a manhã do dia seguinte a fumaça fica parada no ar, e no outro dia a gente amanhece com a garganta irritada, os olhos ardendo e muita tosse.”²⁴⁶. Nessa mesma notícia, outra indústria da cidade, a Brasilac Indústria Química

²⁴² OLIVEIRA JUNIOR, A.. Favela. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 18 a 24 mar. 1978, Fatos em destaque, p.4.

²⁴³ Mais de 1500 famílias nas favelas de Guarapuava. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 01 a 07 ago. 1981, p.1.

²⁴⁴ Favelados chegam a 5 mil na periferia guarapuavana. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 03 a 09 ago. 1985, p.1.

²⁴⁵ O drama dos favelados, um caso a ser resolvido. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 25 a 31 mar. 1978, p.1.

²⁴⁶ Indústria polui o ar e as águas do Cascavel. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 25 fev. a 03 mar. 1978, p.1.

Ltda., também era acusada de poluir “os ares guarapuavanos” para produzir carvão ativo, goma laca, resina natural, alcatrão natural e ácido pirolenhoso.

Outros exemplos de como a população pobre é atingida de maneira mais intensa pela poluição são encontrados no jornal. O agrônomo Cícero Bley Junior, coordenador do Programa Estadual do Meio Ambiente para Guarapuava, denunciou ao jornal que “[...] 99% da água fornecida nas escolas públicas está contaminada com coliformes fecais”²⁴⁷.

Em outra denúncia de poluição da água por lançamento de esgoto, o ex-secretário de Saúde de Guarapuava, o médico Eloy Pimentel, relacionava “a poluição dos esgotos como causa de verminoses nas regiões próximas dos rios [...] além de tuberculose intestinal, hepatite, esquistossomose, tifo e outras doenças.”²⁴⁸. Segundo Pimentel, “[...] nos bairros periféricos a população de baixa renda se utiliza da água para beber, lavar roupas ou tomar banho [...]”, o que acabava contribuindo para a contaminação e disseminação das doenças, sendo necessário um investimento na ampliação da rede de coleta de esgoto nessas regiões.

O caso de um menino de 12 anos que morreu no rio Cascavel também se mostra significativo para o entendimento. O menino foi ao local para nadar e ficou preso no fundo, em um monte de serragem que foi jogada na água por serrarias próximas. Na mesma reportagem, o jornal também denunciava que o rio Coitinho, afluente do rio Cascavel, “[...] há cada 15 dias fica com cerca de 20 centímetros recoberto de espuma – ou sei lá o que – em virtude de uma indústria no local efetuar a lavagem de seu maquinário de fabricação de pasta mecânica.”²⁴⁹.

Novamente voltamos ao ponto da responsabilidade do poder público e encontramos algumas indicações que podem nos ajudar a entender como procedeu o poder público nessas questões. Por exemplo, o professor Carlos de Bortoli, biólogo, em uma reunião do Rotary Clube de Guarapuava lembrava que “[...] a Secretaria de Agricultura mantinha uma equipe de fiscais para impedir a poluição dos rios, principalmente pelas serrarias [...]” e salientava que esses “[...] comandos de fiscalização, infelizmente acabaram-se, e, com isto, a poluição aumentou de forma gritante.”²⁵⁰.

A população também apontou os culpados. As indústrias frequentemente eram responsabilizadas. “Todas as famílias que circunvizinham a referida indústria, já

²⁴⁷ Contaminação na água das escolas públicas. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 25 fev. a 02 mar. 1984, p.1.

²⁴⁸ Eloy denuncia poluição. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 30 mai. a 05 jun. 1981, p.1.

²⁴⁹ ARAÚJO, L.A.P. de. Coisas da poluição dos rios guarapuavanos. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 21 a 27 mai. 1977, Coisas, p.3.

²⁵⁰ BORTOLI, C. de. Coisas da poluição dos rios. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 29 out. a 04 nov. 1977, Coisas, p.3.

tentaram através de abaixo assinado, participação aos órgãos competentes e outras tantas formas para conseguir o fechamento ou mudança da mesma, porém, em vão.”²⁵¹. Os esforços da população para que fossem tomadas providências a respeito da poluição que os afetava esbarravam em interesses econômicos maiores que os interesses dos políticos pelo meio ambiente ou pela saúde pública, restando à população reclamar ao jornal, como Francisca Pereira: “o prefeito fazendo essas feiras pros bois, é bom pra ele, é bom pro povo rico, mas pra nós ninguém olha”²⁵².

Outro morador, que não se identificou, advertiu que “[...] o povo pobre destes bairros já está cansado das promessas dos políticos antes das eleições, mas também os políticos não estão nem aí para a gente, porque a maioria desse povo não sabe ler e nem escrever; não sabe votar. Mas um dia a gente ainda mostra a eles.”²⁵³. E Ana Rosa Ribeiro, moradora de uma das favelas do Bairro Boqueirão, em Guarapuava, arrematou: “Eu acho que o pessoal da cidade e o pessoal da política deviam olhar mais para todo esse povo, senão...”²⁵⁴.

Esses relatos trazidos pelo jornal nos apresentam algumas percepções dos moradores a respeito dos problemas que enfrentavam e como refletiam a ação dos representantes do Poder Público. Segundo os moradores os políticos não faziam coisa alguma para ajudá-los, só faziam promessas antes das eleições. Os moradores entrevistados demonstraram que o que a administração pública fazia não era para eles, era para os ricos, e nos permitem inferir que, como Ana Rosa Ribeiro, eles não se sentiam pertencentes à urbe, pois referiam-se ao “pessoal da cidade”, que também não olhava para eles.

Abordaremos a seguir os problemas relacionados com a coleta e destinação do lixo urbano de Guarapuava numa perspectiva temporal recente, mas que não fica muito distante do que Eurico Branco Ribeiro vivenciou nos anos 1930. Na cidade atual ainda existem lugares que não possuem esgoto nem água encanada e onde a fossa ou a “casinha” estão no fundo do quintal, na beira do rio.

²⁵¹ Indústria polui o ar e as águas do Cascavel. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 25 fev. a 03 mar. 1978, p.1.

²⁵² PEREIRA, F.. O drama dos favelados, um caso a ser resolvido. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 25 a 31 mar. 1978, p.1.

²⁵³ Mais de 1500 famílias nas favelas de Guarapuava. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 01 a 07 ago. 1981, p.1.

²⁵⁴ RIBEIRO, A.R.. Mais de 1500 famílias nas favelas de Guarapuava. **Esquema Oeste**. Guarapuava, p.1, 01 a 07 ago. 1981.

3 AÇÕES DO PODER PÚBLICO RELACIONADAS AO PROBLEMA DO LIXO EM GUARAPUAVA

Sendo o lixo um problema coletivo, principalmente nos centros urbanos, o Poder Público se torna o principal responsável por resolver as questões relacionadas a ele. Seja através da formulação de leis que regulamentam o tema, seja elaborando campanhas em conjunto com a sociedade civil organizada, quer seja constituindo empresas ou contratando empresas para fazer o trabalho, é o Estado que deve primeiramente dar respostas aos problemas que surgem em relação ao lixo e a outras questões ligadas ao modo de vida urbano (transporte, educação, segurança).

[...] a problemática do lixo veio assumindo crescente visibilidade, o lixo doméstico, os restos da construção civil e o lixo hospitalar, á medida que precisavam ser gerenciados pela administração pública, representavam vários problemas e, de forma ambivalente, tornavam-se objeto da elaboração de novos discursos, projetos e interesses que revelavam, também, mudanças nas maneiras de ver e agir em relação ao lixo.²⁵⁵

O aumento da visibilidade dos problemas que envolvem o manejo do lixo nas cidades exigiu do Poder Público respostas, e elas mudaram com o tempo, pois novas formas de ver, agir e entender os problemas foram sendo propostas e assumidas pela sociedade, num movimento dinâmico e dialético que envolve a sociedade e os poderes constituídos do Estado. O Poder Público em Guarapuava, tanto o Executivo quanto o Legislativo e o Judiciário, esteve em diferentes momentos envolvido com as questões relacionadas ao lixo.

Salientamos que as questões que envolvem o lixo não se resumem simplesmente ao material em si e seu depósito em lugar adequado. Elas perpassam outras esferas da sociedade e têm ligações com outros problemas urbanos, pois a presença cada vez mais constante do lixo em discussões políticas, ecológicas e econômicas é fato revelador de uma história que envolve instituições, interesses e valores fundamentais para entender o espaço urbano de qualquer cidade.²⁵⁶

²⁵⁵ COUTO, A.M.S.. **Das sobras à indústria de reciclagem:** a invenção do lixo na cidade. (Uberlândia-MG, 1980-2002). 2006. 345f. PUC, São Paulo, 2006. p.93.

²⁵⁶ MIZIARA, R..**Nos rastros dos restos:** as trajetórias do lixo na cidade de São Paulo. São Paulo: EDUC, 2001.

Em Guarapuava, no ano de 1971, foi aprovada a lei que criou o Fundo de Urbanização de Guarapuava (FURG) e a Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava (SURG). A SURG é uma sociedade anônima de economia mista criada pela lei nº 52/1971; é a empresa responsável pelo planejamento e execução dos serviços urbanos no município, como também é a gerenciadora do FURG.²⁵⁷

Considerada pelo prefeito Moacyr Silvestri, autor da proposta de criação, “[...] como uma necessidade imperiosa e urgente, ditada pela grande diversificação dos serviços no setor de urbanização”²⁵⁸ em Guarapuava, a SURG possui um órgão executivo, constituído por uma Diretoria, e órgãos deliberativos como o Conselho de Investimentos e o Conselho Fiscal. Gozava de autonomia financeira para desempenhar atribuições como:

- a) Estudar, projetar e executar diretamente ou mediante contratos e convênios [...] obras relativas à construção do sistema público de asfaltamento, pavimentação, calçamentos, rede de iluminação pública, ampliação de passeios, muros, ajardinamento de praças, logradouros públicos, parques e demais melhoramentos [...]
- b) Atuar como órgão coordenador e fiscalizador da execução de convênios [...]

Com todas essas atribuições, a empresa iniciou suas atividades e focou, a princípio, sua atuação no alargamento e asfaltamento das ruas, principalmente as centrais e as que davam acesso à cidade através da BR 277. A lei nº 52/71, de autoria do prefeito Moacyr Julio Silvestri, tramitou e foi aprovada na Câmara de Vereadores em 1ª, 2ª e 3ª discussões e votações, sem ter havido grandes debates ou polêmicas. Houve apenas um debate entre os vereadores a respeito da questão de se fazer a limpeza das ruas XV de Novembro e Saldanha Marinho no período noturno para evitar transtornos ao trânsito de veículos.²⁵⁹

Em outros momentos, as questões discutidas na Câmara de Vereadores que envolviam a empresa versaram a respeito da alienação de bens da Prefeitura para a SURG (barracão e máquinas)²⁶⁰, o arrendamento de máquinas para a SURG (motoniveladoras, tratores e caminhões)²⁶¹ e outra que autorizou o aumento de capital da empresa. Todos os projetos de lei foram aprovados e todos eram de proposição do Executivo municipal; o único que gerou polêmica foi o PL 13/80, que alienava alguns bens da Prefeitura à SURG.

²⁵⁷ GUARAPUAVA. Companhia de Serviços de Urbanização de. **Estatutos Sociais**. 1978.

²⁵⁸ Lei municipal cria órgão para urbanização. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 23 a 25 mai. 1971, p.1.

²⁵⁹ GUARAPUAVA. Câmara de Vereadores. **Livro de Atas (1970-1972)**. Guarapuava: Câmara de Vereadores, p.50 e 51 verso.

²⁶⁰ Idem. **Livro de Atas (1980-1983)**. p. 49 a 51.

²⁶¹ Ibid.. **Livro de Atas (1986-1988)**. p. 78.

O projeto recebeu parecer contrário da Comissão de Justiça e Redação e foi rejeitado em plenário. Após sofrer modificações e adequações, voltou à Câmara Municipal e foi aprovado em 1ª, 2ª e 3ª discussões e votações. O vereador Joarez Ribas, contrário ao projeto nas duas oportunidades, criticou a atuação dos vereadores do chamado “bloco independente”, porque fizeram duras críticas ao projeto e à SURG da primeira vez, mas na segunda votaram a favor e aprovaram o projeto²⁶².

Quem administra a SURG é um Diretor Administrativo, que é escolhido, em tese, por um Conselho Administrativo, mas que na prática é escolhido por seu envolvimento político com o prefeito que está exercendo o mandato. Assim, devido ao grande número de obras que realiza em toda a cidade e ao expressivo número de funcionários, permanentes e temporários, que tem a seu serviço, a SURG é também uma grande vitrine política. Dois de seus ex-diretores administrativos alavancaram suas carreiras políticas depois de realizarem um bom trabalho na companhia.

Cândido Pacheco Bastos (o Candinho) foi diretor administrativo da SURG durante a gestão de Nivaldo Krüger (1973-1977). Saiu da direção da companhia “[...] com saldo positivo de realizações [...]”²⁶³, segundo o Esquema Oeste, e disputou a eleição de 1976 como candidato a prefeito, apoiado por Nivaldo Krüger. Foi eleito prefeito para o período 1977-1983 e depois afastou-se da política guarapuavana.

Outro que passou pela diretoria administrativa da SURG, durante a gestão de Vitor Hugo Burko (1997-2004), foi João Carlos Gonçalves (o João Napoleão), que recebeu elogios de diversos vereadores pelo trabalho que vinha realizando na empresa.

O vereador João Bosco Pires fazia votos para que “[...] com determinação, com vontade, ele mantenha a cidade limpa para que o nosso visitante quando aportar em Guarapuava ele possa levar uma boa imagem [...]”. Arildo Ferreira concordava com Bosco quanto à limpeza “[...] não só de praças, mas lotes nos bairros também, apesar de ser responsabilidade dos proprietários, mas assim mesmo está se fazendo, e em alguns casos mais emergentes quando existe uma ligação para a SURG eles mandam fazer rápido [...]”. Mariano Rosa Rogenski também achava que “[...] Guarapuava vem se mostrando muito bonita, ao ponto de chegar pessoas de fora e elogiar. A gente olha em todos os cantos da cidade e está

²⁶² Ibid.. **Livro de Atas (1980-1983)**. p.50 verso.

²⁶³ Candinho deixa a direção da SURG com saldo positivo de realizações. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 14 a 20 ago. 1976, p. 2.

vendo obras, limpeza, pintura, enfim está ficando uma beleza a cidade [...]”²⁶⁴. Em 2004 João Napoleão foi eleito vereador pela 1ª vez e foi reeleito em 2008 e 2012.

Em uma peça de publicidade da SURG, publicada na Edição Especial de aniversário da cidade no Esquema Oeste, podemos ler a seguinte mensagem:

SURG – A marca de um trabalho competente
Guarapuava está mais bela. Como uma menina faceira, apresenta suas ruas asfaltadas, praças e jardins aos que participam de sua festa. Por trás desta beleza está a SURG que dia-a-dia vai renovando nossa cidade. Suas obras estão em todos os bairros, deixando a marca de um trabalho competente que aposta no desenvolvimento de nossa terra. Guarapuava está **em tempo de renovação** e a SURG faz parte desse novo tempo. SURG – **renovando** Guarapuava.²⁶⁵

Na época da publicação desta peça publicitária, o prefeito era Fernando Ribas Carli, que tinha com *slogan* de sua campanha e de administração (1989-1992) a frase “Guarapuava em tempo de renovação”. Embora a lei prescrevesse que a SURG era “autônoma”, a empresa estava bastante ligada à administração municipal, a todas elas, e se configurava como um instrumento para divulgação das realizações destas.

Os poderes constituídos, representantes do Estado, materializando o controle deste sobre a sociedade, procuraram em diversos momentos fazer campanhas e organizar ações para resolver problemas que envolviam a sociedade. De uma “campanha saneadora”²⁶⁶ para retirar do centro da cidade as prostitutas, até a realização de “maratonas ambientais” com estudantes, o Estado e a sociedade civil se uniram na tentativa de mudar hábitos e retirar da vista das pessoas aquilo que era considerado indigno, sujo e moralmente errado.

Em Guarapuava, houve diversas ações do Poder Público nesse sentido, ligadas ao tema ambiental de maneira geral, como também ações específicas para o problema do lixo. A Prefeitura, através de diversas secretarias, buscou com sua ação resolver as demandas que se apresentavam na sociedade e formulou projetos e programas para o setor de limpeza da cidade.

O “Projeto CURA”, Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada, foi um programa de obras idealizado em 1976 pela administração de Nivaldo Krüger, para detectar e realizar os anseios da população em relação aos problemas urbanos que deveriam

²⁶⁴ GUARAPUAVA. Câmara Municipal. **Livro de Atas 1999**. Guarapuava: Câmara de Vereadores, 13 de abril 1999, p.133 a 123.

²⁶⁵ **Esquema Oeste**. Guarapuava, 09 a 15 dez. 1989, p.6 e 7. (grifo nosso).

²⁶⁶ Juiz manda acabar com infernhos. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 14 a 20 mar. 1973, p.1.

ser priorizados. Ao final do seu governo foi realizada uma pesquisa de opinião com a população e as prioridades elencadas foram: pavimentação, esgoto, iluminação pública, limpeza pública “[...] e quase no nesse mesmo plano, arborização, escolas, policiamento, água encanada e praças parques e jardins.”²⁶⁷. Coincidentemente, essas foram algumas ações priorizadas pela administração de Cândido Pacheco Bastos, sucessor de Nivaldo e seu aliado político.

A administração de Cândido P. Bastos foi a que organizou, a partir de 1977, a Campanha de Limpeza Pública, campanha esta que tinha a participação do Lions Clube e, a princípio foi muito elogiada, mas com o passar do tempo foi sendo abandonada e caiu no ostracismo, fazendo com que a situação voltasse ao cotidiano normal.

Com a eleição de Krüger para prefeito para o período 1983-1988, novamente a Prefeitura implantou um programa que tinha alguns objetivos específicos para tentar resolver o problema do lixo na cidade. O Programa Planalto Verde tinha como principais finalidades: “[...] a fixação do homem no seu meio e minimização do processo migratório; geração de oportunidades de trabalhos efetivas e permanentes; elevação dos níveis de qualidade de vida da população; e a manutenção da paz social [...]”²⁶⁸.

Composto de diversos projetos (saúde, educação, olericultura, fruticultura) em diferentes áreas de atuação no meio rural e urbano, o Planalto Verde tinha como uma de suas pretensões “[...] implantar uma usina de processamento de lixo urbano, e/ou a construção de aterro sanitário”²⁶⁹ entre 1984 e 1987; no entanto ao final do período não houve a concretização da usina e depois o projeto foi abandonado.

No ano de 1988, os estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava (FAFIG) organizaram uma pesquisa de opinião²⁷⁰ semelhante a que foi feita no projeto CURA. Com relação à aprovação do governo municipal, os resultados foram que a maioria das pessoas (78,33%) o classificaram como regular/péssimo. As prioridades da população eram: incentivar as indústrias, investir na educação e investir no saneamento básico. O resultado do levantamento dos anseios da população, segundo o jornal *Esquema Oeste*, coincidentemente correspondia às tendências e “[...] às pregações feitas em campanha pelos então candidatos Fernando Ribas Carli e Cezar Silvestri”²⁷¹, eleitos em 1988.

²⁶⁷ Projeto CURA – Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 26 jun. a 02 jul. 1976, p.2.

²⁶⁸ GUARAPUAVA. Prefeitura Municipal. **Programa Planalto Verde**. Guarapuava, 1984, p.3.

²⁶⁹ Idem, p.13.

²⁷⁰ Alunos da FAFIG fazem pesquisa de opinião nos bairros. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 25 jun. a 01 jul. 1988, p.1.

²⁷¹ Pesquisa da FAFIG. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 07 a 13 jan. 1989, Em foco, p.5.

Com o objetivo de tornar Guarapuava uma das cidades “[...] mais bem organizadas em termos de urbanismo e limpeza pública no Paraná”, o Projeto “Cidade Limpa”, da administração Carli, envolvia a construção de muros e calçadas nos terrenos baldios, aquisição de equipamentos para a coleta de lixo e a expansão da coleta de lixo no município.

O projeto envolvia três fases: a primeira, com a limpeza dos terrenos, um concurso de redação com o tema “Educação, saúde e limpeza” e a colocação de lixeiras no centro da cidade; a segunda, de conscientização da população para usar as lixeiras do centro e utilizar o serviço de coleta de lixo nos bairros; e a terceira, um concurso que premiaria as lojas mais bonitas e decoradas no final do ano e a escolha da casa mais bonita do bairro²⁷².

A ideia de uma usina de seleção e processamento de lixo também foi retomada²⁷³ pela Prefeitura nesse período, mas não foi executada devido à sugestão dos técnicos paulistas para priorizar o aterro ao invés do processamento e compostagem do lixo.

A Prefeitura, em diversos períodos, procurou envolver a sociedade na busca de soluções para a limpeza urbana e o lixo, com medidas e ações punitivas como multas e punições para áreas em que não se mantivesse a limpeza²⁷⁴, e a organização de palestras para conscientizar principalmente os jovens nas “Semanas do Meio Ambiente”²⁷⁵.

Com relação à organização de ações, campanhas e eventos para discutir, conscientizar e propor soluções para os problemas ambientais, e o problema do lixo especificamente, verificamos a ocorrência de diversas iniciativas levadas a cabo por iniciativa da sociedade civil, com ou sem a parceria dos poderes públicos municipais. O Lions Clube, o Rotary Clube²⁷⁶, a FAFIG – Unicentro²⁷⁷ e a Associação Conservacionista de Guarapuava (ACG) organizaram e realizaram essas ações relacionadas ao meio ambiente.

A ACG teve uma atuação de destaque durante o final dos anos 1970 e meados dos anos 1980. Formada basicamente por engenheiros agrônomos, a ACG se dedicou a discutir assuntos ligados à agricultura e seus efeitos ao meio ambiente, como por exemplo

²⁷² Projeto Cidade Limpa, Guarapuava de cara nova. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 26 ago. a 01 set. 1989, p.1 e 8.

²⁷³ Lixo. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 21 a 27 jan. 1989, Em foco, p.2.

²⁷⁴ IPTU é mais caro para as áreas sujas. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 30 jan. a 05 fev. 1988, p.1.

²⁷⁵ ARAÚJO, L.A.P. de. Coisas da Semana da árvore. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 23 a 29 set. 1978, p.3. Semana do Meio Ambiente com vasta programação, **Esquema Oeste**. Guarapuava, 29 mai. a 04 jun. 1982, Um programa para o meio ambiente, p.1.

Secretaria de Esportes e Turismo programa os Jogos SOS Meio Ambiente. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 22 a 28 set. 1990, p.3.

²⁷⁶ Campanha do Rotary defende a Natureza. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 06 a 12 out. 1979, p.1; Preservação do meio ambiente é preocupação entre os rotarianos. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 18 a 24 ago. 1990, p.1.

²⁷⁷ Rureco e Unicentro incentivam desenvolvimento rural sustentável. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 06 a 12 mai. 1995, p.5.

erosão de solos, o desmatamento, a formação de microbacias conservacionistas e queimadas. Também realizaram palestras, encontros e até uma Missa Ecológica²⁷⁸ para sensibilizar as pessoas sobre o assunto, além de divulgar documentos com críticas e sugestões ao Poder Público, alertando para problemas como a poluição hídrica, o problema do lixo, a falta de esgoto e a deficiente educação ambiental no município.²⁷⁹

Nos anos 1990, dois fatos marcaram as questões relacionadas com o meio ambiente e o lixo em Guarapuava. A criação da Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento Florestal e Turismo (SEMAFLOTUR), em 1997, e a fundação da Associação dos Catadores de Papel de Guarapuava (ACPG), em 1995, que dinamizaram o trabalho e a preocupação com as questões atinentes ao manejo dos resíduos na cidade²⁸⁰.

Com a criação da SEMAFLOTUR na administração de Vitor Hugo Burko, a pasta ficou sob o cuidado de Mauro Battistelli, agrônomo e funcionário do Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Além de continuar organizando as ações de educação ambiental através de eventos e palestras, principalmente nas Semanas do Meio Ambiente do mês de junho, quando se comemora o Dia Internacional do Meio Ambiente (5 de junho), consideramos que a principal contribuição da secretaria foi a organização do sistema de coleta seletiva no município e o apoio dado à ACPG.

A ACPG foi fundada no dia 16 de setembro de 1995, numa parceria da Prefeitura Municipal, Igreja Católica e a Fundação de Bem Estar do Menor de Guarapuava (FUBEM), para proporcionar uma melhoria nas condições de trabalho e renda das famílias que já trabalhavam com a coleta de materiais recicláveis. Com a criação da Associação, a Prefeitura reconheceu a necessidade de colaboração e implantou o Programa “Lixo Amigo” (1995), para conscientizar a população para separar o lixo reciclável para os catadores e oferecer algum suporte socioeconômico à ACPG²⁸¹.

No ano de 1997, o grande desafio da administração municipal foi efetivar e viabilizar um programa de coleta seletiva que respeitasse a organização dos catadores e superasse uma política paternalista e assistencialista que até então vigorava. Para isso foi organizado e redimensionado o projeto de coleta seletiva, que passou a se chamar Programa “Nosso Lixo” em 1998. A ACPG foi então fortalecida, com o apoio da Prefeitura, por meio da

²⁷⁸ Missa Ecológica. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 30 mai. 05 jun. 1981, p.3.

²⁷⁹ Conservacionistas pedem maior empenho na solução dos problemas ambientais. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 01 a 08 dez. 1982, p.1.

²⁸⁰ GUARAPUAVA, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Florestal de. **Relatório do Programa Nosso Lixo – 2004**. Guarapuava: 2004.

²⁸¹ PONTES, F. et.al. **Associação dos Catadores de Papel de Guarapuava**: propostas para melhor condução administrativa. Relatório de estágio supervisionado. Guarapuava: Unicentro, 2009. p.8.

ampliação da coleta seletiva e da organização e capacitação dos catadores. Também passou a haver um acompanhamento das famílias para melhorar a qualidade do programa e aumentar a renda dos associados²⁸².

O Programa “Nosso Lixo” foi concluído ao final da gestão de Vitor Hugo Burko, em 2004, e alguns de seus principais resultados foram a expansão da coleta seletiva para cerca de 87% do município (18 bairros e 03 distritos), a inclusão de 420 catadores ao programa, o fortalecimento da ACPG e do mercado de recicláveis na cidade e a diminuição de resíduos encaminhados ao Lixão²⁸³. Com a mudança administrativa, o programa ficou um período parado, retornando à atividade no final de 2005 com o nome de “Reciclado – o lixo amigo”²⁸⁴. O programa funcionou com esse nome até o final do ano de 2011, basicamente nos mesmos moldes do anterior.

Além das características das políticas públicas elencadas anteriormente, na pesquisa realizada junto aos órgãos institucionais municipais, detectamos que as propostas de lei e as leis subsequentes diretamente relacionadas com a questão da produção, coleta e destinação de lixo urbano residencial foram poucas. A maior parte da legislação do município de Guarapuava até o final da década de 1990 se preocupou com o assunto de maneira indireta, contemplando o tema dentro de uma política urbana em poucos artigos, a exemplo da lei nº 8/1981²⁸⁵ (em que se cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente) e a lei nº 37/1986²⁸⁶ (em que foi estruturado o zoneamento de uso e ocupação do solo do perímetro urbano).

Destacamos também a predominância de ação do Poder Executivo na proposição de projetos de leis de característica ambiental em Guarapuava, configurando um modelo incrementalista, ou seja, onde o governo não parte da estaca zero e sim opta por incrementar ou melhorar uma determinada política pública já existente.

No município de Guarapuava, grande parte das políticas públicas regulatórias, que envolvem “[...] burocracia, políticos e grupos de interesse [...]”, e constitutivas “[...] que lidam com procedimentos [...]”²⁸⁷, se enquadram no modelo de política

²⁸² GUARAPUAVA. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Florestal. op.cit.

²⁸³ Idem.

²⁸⁴ PONTES, F. et.al., op.cit., p.8.

²⁸⁵ GUARAPUAVA. **Lei nº 8** de 13 de julho de 1981. Cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e dá outras providências. Disponível em: <www.guarapuava.pr.gov.br>. Acesso em: 05/06/2011.

²⁸⁶ GUARAPUAVA. **Lei nº 37** de 24 de dezembro de 1986. Dispõe sobre o Zoneamento de uso e ocupação do solo do Perímetro Urbano da sede do município, revogando a Lei nº 84/89, 552/69, 46/71 e dá outras providências. Disponível em:<www.guarapuava.pr.gov.br>. Acesso em: 06/06/2011.

²⁸⁷ SOUZA, C.. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n.16, pp.20-45, jul/dez 2006. p.28.

pública de processo incrementalista. Dessa maneira, diversas leis e também projetos e programas ambientais, utilizaram-se de experiências anteriores, às vezes de outras localidades, para dar continuidade aos mesmos, ainda que com outros nomes ou números.

Assim procuramos conhecer nosso espaço de estudo e apresentar as políticas públicas implementadas pelo poder público em áreas onde, à primeira vista, não parece haver nenhuma ligação com as questões relacionadas ao lixo. Ao fixarmos um olhar mais atento nestas questões nos deparamos com as ligações entre os assuntos e destes com a formulação da legislação para organizar as atividades relacionadas a eles.

CAPÍTULO IV

DO LIXÃO AO ATERRO: UMA HISTÓRIA DO LIXO EM GUARAPUAVA.

Sujeira e fedor. Poeira irritante na garganta, cheiro nauseante. Entre uma e outra casa, um pouco de alívio. Mais adiante um outro monte de lixo, pirâmide de sacos plásticos à espera do lixeiro. Alguns passos, novo alívio e então o bueiro, úlcera aberta no dobrar da esquina, exalando o hálito pútrido das entranhas da cidade. De uma das casas, no centro, das mãos da doméstica novo saco de lixo vem reforçar a estrutura imunda. Erguendo a cabeça, a moça vê o menino, pé no chão, saco de estopa nas mãos, a gaiotinha de madeira entulhada de cacarecos, revolvendo o lixo, catando coisas a esmo. Misto de nojo e pena, a moça sorri – pobre menino! Sobe a rampa ligeira – o serviço espera – olhando as mãos crestadas que ainda há pouco enfiara na água suja da pia misturada com Diabo Verde.

“Diabo Verde” – Walkiria Kaminski

O texto de Kaminski foi publicado no jornal Esquema Oeste em 1980 e denota a convivência cotidiana das pessoas com o lixo e as mazelas sociais como a indignação do menino catador de “lixo” e o emprego penoso das empregadas domésticas, obrigadas a pôr fora o lixo dos patrões e queimar as mãos em produtos químicos ao limpar a pia. Estas características da sociedade, apontadas por Kaminski em seu texto, serão o foco de nossa próxima abordagem.

Neste capítulo apresentamos um possível histórico das questões relacionadas ao lixo em Guarapuava utilizando para isso as fontes elencadas anteriormente, com destaque para os jornais Esquema Oeste e Diário de Guarapuava. A princípio faremos uma reflexão da situação mais recente do manejo de resíduos no município passando a seguir para as divisões temporais estabelecidas por nós levando em consideração as especificidades de nosso objeto, espaço e temporalidade.

As referidas divisões são três e foram propostas levando-se em consideração a importância assumida pelo assunto na sociedade pesquisada. No primeiro momento o lixo se apresenta como uma questão distante e particular, que incomoda alguns, mas que no geral não atrai atenção do poder público mais preocupado com as obras de modernização da cidade como o asfalto e o esgoto.

O segundo momento é onde o lixo passou a adquirir contornos de problema socioambiental e onde a população passa a exigir providências do governo. É também o momento em que o poder público tenta impor novos hábitos à população para deixar a cidade com um ar mais civilizado, afinal a modernidade exige limpeza. A terceira divisão

estabelecida refere-se ao momento em que o poder público, amparado por argumentos técnicos e pressionado pela legislação e pela população, estabeleceu como solução a construção de um aterro sanitário e envidou esforços para implementá-lo.

1 UMA REFLEXÃO A RESPEITO DA QUESTÃO DO LIXO EM GUARAPUAVA

O município de Guarapuava possuía 167.328 habitantes, segundo o Censo 2010. Em 2013 a população superou os 175.000 habitantes¹. Segundo Antonio, em cidades com até 200 mil habitantes, são gerados entre 450 e 700 gramas de lixo por dia por habitante², o que corresponderia, no caso de Guarapuava, a cerca de 100 toneladas de lixo por dia.

A maior parte desses resíduos não era devidamente separada, outra parte era jogada nas ruas, nas calçadas e nos terrenos baldios sem a menor preocupação. A partir de maio de 2011, os resíduos recolhidos passaram a ser levados para o Aterro Sanitário Municipal, onde começaram a ser depositados. Mas nem sempre houve o aterro, e por cerca de 40 anos todo o lixo da cidade era jogado no Lixão Municipal, que coincidentemente localizava-se ao lado do local onde se situa o atual Aterro. É a respeito desse assunto e de outros ligados a ele, entendidos aqui como a “questão do lixo” em Guarapuava, que objetivamos refletir.

Foto 3 – Aterro Sanitário de Guarapuava (no alto, à esquerda), o Lixão (no alto, à direita), lagoas de decantação do chorume (abaixo).



Fonte: www.guarapuava.pr.gov.br

¹ PARANÁ. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico do Município de Guarapuava**. Curitiba: Iparades, 2013.p.12. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br>>. Acesso em: 21/02/2014.

² ANTONIO, J.N.. **Mapeamento de áreas potenciais à implantação de aterro sanitário em Guarapuava-PR, com uso de redes neurais artificiais**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 131 p. Ponta Grossa: UEPG, 2009, p.33.

O Lixão de Guarapuava começou a ser utilizado como depósito do lixo urbano no início dos anos 1970³ e, apesar de estar localizado a uma distância de 12 quilômetros do centro da cidade, estava bem próximo de diversas chácaras, do Aeroporto Municipal e da Vila Rocio e Paz e Bem, bairros que distam cerca de 2 a 3 quilômetros do referido local. Mesmo estando fora do perímetro urbano da cidade, não estava longe das pessoas. Um trator esteira era utilizado para aterrar o lixo esporadicamente e espalhar os resíduos pelo local.

O depósito conta com diversos problemas, como mau cheiro, presença de moscas, roedores e baratas, contaminação do solo causado pelo chorume, além da presença de catadores, que apesar da fiscalização, acabam entrando pelas propriedades vizinhas para recolher materiais para a venda.⁴

O Lixão, além dos problemas com os animais, era um foco permanente de problemas sociais e de contaminação de águas superficiais e subterrâneas devido à produção constante de chorume e seu escoamento para cursos de água próximos, ou infiltração devido à falta de uma manta de isolamento (geomembrana) no terreno. Em relação aos problemas sociais, salientamos a presença de pessoas que sobreviviam da catação de materiais no Lixão.

Licheta, no ano 2000, relatou que não havia crianças trabalhando no Lixão, nem a presença de animais de criação como porcos ou galinhas, e a entrada de pessoas era controlada. O autor anexa ao trabalho uma foto da guarita de segurança onde os vigias da Companhia de Serviços e Urbanização de Guarapuava (SURG) ficavam de guarda para impedir a entrada de pessoas não autorizadas, e adverte que “uma família que lá residia e sobrevivia do lixo foi remanejada para um conjunto habitacional.”⁵

Apesar da notícia da remoção da família, ainda havia pessoas trabalhando e sobrevivendo da catação no Lixão e, em 2007, uma reportagem do Diário de Guarapuava trazia na capa a manchete e a foto de uma manifestação dos catadores que trabalhavam no Lixão e haviam sido impedidos de continuar seu trabalho naquele local por funcionários da

³ FERREIRA, A. **Uma análise da eficiência econômica e da efetividade ambiental dos instrumentos econômicos de gestão ambiental: um estudo de caso da taxa de lixo em Guarapuava-PR.** Dissertação (Mestrado em Economia). 95 p.. Curitiba: UFPR, 2009, p.51.

⁴ ANTONIO, J.N., RIBEIRO, S.R.A.. **A disposição final de resíduos sólidos e o mapeamento de áreas potenciais a implantação de aterros sanitários em Guarapuava/PR.** p.3. Disponível em <www.researchgate.net>. Acesso em 26/05/2011.

⁵ LICHETA, M.J..**Estudo de resíduos sólidos urbano: o exemplo de Guarapuava-PR.** 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2000. p.95.

Prefeitura. Eles se encaminharam ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e conseguiram autorização para continuar o trabalho por mais 60 dias⁶.

A Prefeitura alegou que os vigias da SURG, responsáveis pelo controle do acesso ao Lixão, se tornavam “amigos” dos catadores e negligenciavam sua função, permitindo a entrada. A solução encontrada foi contratar uma empresa de segurança privada para fazer o serviço, pois, segundo o secretário de meio ambiente de Guarapuava, a empresa privada tinha um “poder de controle maior”⁷.

A Prefeitura abriu mão de sua responsabilidade com a segurança do local e transferiu-a para a iniciativa privada. Este serviço, terceirizado, teve um custo que foi repassado aos cofres públicos. Embora os novos vigias particulares fossem mais eficientes na visão do secretário, Antonio apresenta uma fotografia do ano de 2008 onde podemos visualizar cerca de 15 pessoas recolhendo materiais na área do Lixão. A autora adverte que, apesar da proibição da entrada de pessoas sem autorização da vigilância sanitária devido ao local ser uma área de risco, “[...] ainda há algumas ocorrências de pessoas recolhendo materiais no depósito, conforme Foto 02.”⁸.

Com relação ao trabalho dos catadores ressaltamos a importância dessas mulheres, homens e crianças também, para a diminuição do volume de materiais enviados ao destino final, o lixão ou aterro; para o fomento da economia local, regional e nacional, e para a organização e melhoria dos sistemas de coleta, reutilização e reciclagem de materiais.

Maria Aparecida traduziu sua percepção do que significa trabalhar com o lixo: realizar uma atividade que é malvista pelas pessoas. Um sentimento que disse ser experimentado por seus colegas. Na leitura que ela própria fez dessas relações, um movimento simultâneo de enfrentar a humilhação e ao mesmo tempo de reafirmar a dignidade.⁹

O depoimento de Maria Aparecida, citado por Couto, nos demonstra que as atividades realizadas por esses trabalhadores carecem de toda sorte de reconhecimento, ajuda e incentivo da sociedade e do Estado na tarefa de organizarem e fortalecerem suas associações e cooperativas. Esquecidos pelos governos fora do período eleitoral e invisíveis à maioria dos

⁶ Impedidos de entrar no lixão, catadores procuram o Instituto Ambiental. **Diário de Guarapuava**. Guarapuava, 17 e 18 nov. 2007, p.1.

⁷ Empresa de segurança privada controla entrada no lixão. **Diário de Guarapuava**. Guarapuava, 27 e 26 dez. 2007, p.4.

⁸ ANTONIO, J.N.. 2009.op. cit., p.53.

⁹ COUTO, A.M.S..**Das sobras à indústria da reciclagem: a invenção do lixo na cidade. (Uberlândia-MG, 1980-2002)**. 2006. 345 f. Tese (Doutorado em História) -Pontífca Universidade Católica, São Paulo, 2006. p.264.

outros cidadãos, ainda assim não deixam de realizar seu trabalho, seja por uma necessidade econômica de ganhar o dinheiro para pagar as contas ou de certo idealismo pela importância do trabalho.

Dito isto, reportamo-nos agora às questões atinentes à reciclagem em Guarapuava. A população de Guarapuava produziu, no ano de 2010, cerca de 3.000 toneladas/mês de resíduos sólidos decorrentes da coleta comercial, domiciliar e pública (varrição de ruas e capina). Desse total, 2.000 toneladas são de compostos orgânicos, 800 toneladas de materiais recicláveis e 200 são de entulho de construção civil, aproximadamente¹⁰.

Das cerca de 800 toneladas/mês de resíduos recicláveis contidos no lixo de Guarapuava são coletados 180 toneladas/mês¹¹ pelos operadores ecológicos (catadores). Esse material tem como destino a Associação dos Catadores de Papel de Guarapuava (ACPG), que congrega cerca de 120 associados; e outros 24 estabelecimentos particulares que compram e vendem materiais recicláveis na cidade¹².

Outros tipos de resíduos que têm coleta seletiva são o entulho de construções, os resíduos de serviços de saúde e os produtos tóxicos como embalagens de agrotóxicos, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e óleo vegetal/gordura. Quanto aos resíduos de serviços de saúde, a coleta e destinação final são terceirizadas e atendem aproximadamente 165 estabelecimentos geradores particulares e 39 públicos (Postos de Saúde), cuja responsabilidade é da Prefeitura de Guarapuava¹³.

Com relação ao entulho de construções, cuja coleta também é feita por empresas particulares, o transporte é feito por caminhões com caçambas e tanto o serviço quanto o destino final é regulamentado pela lei nº1265/2003, que “Institui normatização para o transporte de resíduos no Município de Guarapuava”. A lei definiu normas para o acondicionamento dos resíduos, colocação de caçambas nas ruas e calçadas, operações de transporte e desembarque da carga e outros pormenores relativos ao serviço. No entanto, não existe no município uma área específica para o despejo do material, ficando cada empresa

¹⁰ GUARAPUAVA. Prefeitura Municipal. **Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos**. Guarapuava: Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Florestal, 2010. p.4.

¹¹ HERZER, F.E.A. et. al. Diagnóstico do Programa de coleta seletiva no município de Guarapuava-PR. In: SEMANA DE INTERGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 2009, Guarapuava. **Anais da SIEPE**. Guarapuava: Unicentro, 2009. p.3. Disponível em: <anais.unicentro.br/siepe/2009/pdf/resumo_769.pdf>. Acesso em: 23/09/2011.

¹² GUARAPUAVA, Prefeitura Municipal. op. cit., p.4.

¹³ Idem, p.12.

responsável por encontrar um lugar de destino final e conseguir a autorização da Secretaria de Meio Ambiente para tal¹⁴.

Alguns produtos tóxicos passaram a ser coletados nos Ecopontos a partir de 2003, devido à assinatura de convênios entre a Prefeitura e empresas, ou por iniciativa das próprias empresas. Existem Ecopontos para recolhimento das baterias de telefones celulares: Loja Clipcel, de pilhas: Papa-pilhas do Banco Real e do Banco Santander, pneus inservíveis: Machadinho Pneus e óleo vegetal: SOS Óleo Vegetal/GRT.

No caso dos pneus, o responsável pelo Ecoponto busca os pneus inservíveis nas borracharias e lojas e os encaminha para a reciclagem; os custos do serviço são pagos pelas indústrias fabricantes de pneus. Quanto ao óleo vegetal, a empresa deixa vasilhames em grandes geradores como restaurantes e lanchonetes, e pontos de entrega voluntária nas escolas e empresas, que são recolhidos periodicamente e vendidos para as empresas que utilizam o produto¹⁵.

No tocante ao lixo urbano residencial, comercial e público, a responsável pela coleta é a Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava (SURG), uma empresa de economia mista, tendo 4% de suas ações em poder de acionistas particulares e 96% em poder da Prefeitura¹⁶. A SURG gerencia o Fundo de Urbanização de Guarapuava (FURG), e ambas as instituições foram criadas pela lei 52/1971 para financiar e executar as obras de urbanização como esgoto, asfalto, calçadas, limpeza pública e outros, de que a cidade necessitava.

Com relação à questão do lixo, no ano de 2010 a SURG foi responsável pela coleta de resíduos domésticos e comerciais, pela limpeza e manutenção dos resíduos públicos: bueiros e galerias fluviais, varrição, poda de árvores; por viabilizar estrutura física como um barracão, escritório, caminhão, combustível à ACPG; auxiliar nos mutirões de limpeza dos programas da Secretaria de Meio Ambiente e; pela confecção de mapas para a organização das atividades de implantação da coleta seletiva¹⁷.

A coleta de lixo é realizada pela SURG “[...] em regiões previamente definidas, seis vezes por semana na região central e alguns bairros mais centrais e três vezes por semana nos demais bairros e distritos, atendendo aproximadamente 45.000

¹⁴ GUARAPUAVA. Prefeitura Municipal. Artigo 4º, §1º. **Lei nº1265** de 03 de outubro de 2003. Institui normatização para o transporte de resíduos no Município de Guarapuava. Guarapuava: Prefeitura Municipal, 2003. Disponível em: <www.guarapuava.pr.gov.br>. Acesso em: 11/06/2011.

¹⁵ GUARAPUAVA. Prefeitura Municipal. **Plano de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos do município de Guarapuava**. Guarapuava: Secretaria municipal de meio ambiente, 2012. p. 71 a 73.

¹⁶ LICHETA, M.J. op.cit., p.81.

¹⁷ GUARAPUAVA, Prefeitura Municipal. 2010.op.cit., p.26.

residências.”¹⁸. A SURG utilizava para o trabalho de coleta 08 caminhões compactadores e 73 funcionários (motoristas e garis)¹⁹. Licheta considerou que “[...] seriam necessários mais 8 caminhões para aumentar a vida útil dos caminhões e diminuir as despesas com consertos [...]”²⁰, pois com os que a SURG possuía para o trabalho de coleta, esta tinha que ser executada de forma mais acelerada o que deteriorava o equipamento mais rapidamente.

Segundo Licheta, o centro da cidade, assim como em outras cidades, concentra uma série de atividades que acabam promovendo o acúmulo do lixo e exigem a coleta diária; o horário diferenciado da coleta, das 19:00 as 02:00, era decorrente do “[...] intenso fluxo de veículos e pedestres no horário comercial [...] evitando causar transtornos ao movimento.”²¹. Como veremos adiante, a coleta do lixo durante o horário comercial no centro da cidade causou diversos problemas e reclamações.

Antonio verificou em 2006 que a maior produção de resíduos sólidos de Guarapuava localizava-se nas áreas centrais e suas proximidades, enquanto nos bairros periféricos as quantidades de resíduos eram menores, quer por possuírem uma ocupação populacional menor, quer por apresentarem uma renda mais baixa que as áreas centrais da cidade²². Também podemos destacar que a Prefeitura priorizou as ações na região central além de ter feito diversos investimentos na mesma região no setor de limpeza pública e coleta de lixo durante o período pesquisado.

O setor de Limpeza Pública, que cuida da varrição das ruas, se localiza no centro da cidade e o trabalho tem sido feito somente nessa região. Quando a Prefeitura procedeu à colocação de lixeiras nas calçadas, as quadras que receberam o equipamento foram as do centro da cidade; nos bairros não havia lixeiras públicas nas calçadas. Há alguns anos, mais precisamente em outubro de 2010, a Prefeitura colocou “07 containers” na Rua XV de Novembro e planejava colocar outros na Rua Saldanha Marinho²³, que são as duas principais ruas do centro de Guarapuava.

Os “containers” seriam utilizados para colocação de materiais recicláveis, que seriam recolhidos todos os dias por um Operador Ecológico (Gari) da Prefeitura com o auxílio de um carrinho elétrico²⁴. No entanto, o carrinho não carrega o Operador, que vai à

¹⁸ Idem, p.4.

¹⁹ Ibid., p.5.

²⁰ LICHETA, M.J..op.cit., p.90.

²¹ Idem, p.84.

²² ANTONIO, J.N.. op.cit., p.51 e 52.

²³ GUARAPUAVA, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Florestal. **Relatório Anual de Atividades de 2010**. Guarapuava: Semafior, 2010, p.11.

²⁴ Idem, p.12.

frente, caminhando e acionando o controle do motor. O Operador também é responsável pela coleta do lixo nas lixeiras públicas localizadas nas citadas ruas centrais.

Esses exemplos de ações do Poder Público em Guarapuava nos levam a questionar o sentido de privilegiar o centro da cidade. Seria uma questão de priorizar um local que gera mais resíduos? Ou seria privilegiar o local onde mais pessoas veriam a ação da Prefeitura? Poderia ser as duas coisas? O fato é que a atenção dispensada ao centro não é a mesma dispensada aos bairros da periferia.

A modernização da cidade traz em seu bojo a expropriação das massas pobres. Em nosso estudo sobre a relação estabelecida entre as favelas e a cidade de Guarapuava, pudemos verificar como os projetos urbanísticos levaram à constituição de muros imaginários que separam pobres e ricos. O centro, por constituir o espaço das elites, é contemplado por melhorias e embelezamento, enquanto a periferia carece de bens e serviços.²⁵

Dessa maneira, como salienta Marques, há uma segregação de espaços que demonstra uma preocupação em afastar a pobreza, em deixá-la nas “franjas” da cidade, nos lugares pouco visíveis, onde a carência de “bens e serviços” não poderia ser observada pelos ricos ou pelos visitantes, onde a visão do pobre andrajo não feriria os olhos da “fina flor”.

²⁵ MARQUES, M.T.T. apud TEMBIL, M. **Em busca da cidade moderna**: Guarapuava... recompondo histórias, tecendo memórias. Guarapuava: Unicentro, 2007.p. 35.

2 UMA HISTÓRIA DO LIXO EM GUARAPUAVA (1971 – 2011)

Guarapuava, como outras cidades brasileiras, apresenta problemas relacionados com atividades de desmatamento, caça ilegal, poluição e descaso com a limpeza pública. É sobre esses problemas, que chamaremos aqui de “socioambientais”, decorrentes das relações do ser humano com a natureza, que nos detemos e tentamos interpretar o seu desenrolar no tempo e no espaço da urbe.

Desde o início do núcleo urbano, no século XIX, a água e os dejetos sempre foram uma preocupação social para as quais as autoridades tentaram dar uma solução definitiva e adequada. Embora muito tenha sido feito, principalmente depois de 1974, quando os serviços passaram a ser realizados pela Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), os problemas não foram resolvidos totalmente, visto que até 2011 Guarapuava possuía um índice de esgotamento sanitário de 65,35%, não atingindo todas as residências.²⁶

Assim como nem todos os bairros possuíam coleta de esgoto, outros não são atendidos pela coleta de lixo ou pelo programa de coleta seletiva municipal. Os problemas decorrentes dessa característica local se agravaram em alguns períodos e diminuíram em outros, quando houve um empenho maior dos administradores em tomar providências, em legislar ou adequar a legislação municipal a exigências de leis estaduais e federais sobre o tema.

As pressões exercidas pela população local também fizeram, em alguns momentos específicos, com que as autoridades locais se mobilizassem para resolver, ainda que de maneira emergencial, os problemas que se apresentavam e exigiam uma solução por parte do poder público.

Nossa busca por um entendimento das questões socioambientais interpretou o caminho trilhado para resolver problemas ligados à questão do lixo na cidade. Problemas esses classificados como ambientais, de poluição, ou do meio ambiente urbano, juntamente com outros que também se mostraram relevantes no período estudado e que foram tratados no capítulo anterior.

Para cumprir o objetivo ao qual nos propusemos, utilizamos em nossa interpretação principalmente as fontes periódicas locais, como o jornal “Esquema Oeste” e o “Diário de Guarapuava”.

²⁶ GUARAPUAVA, Prefeitura Municipal de. **Plano municipal de saneamento básico do Município de Guarapuava-PR**. Guarapuava: 2011. Disponível em: <www.guarapuava.pr.gov.br>. Acesso em: 17/08/2013.

2.1 “O LIXO AO LADO DA MINHA CASA”: 1971 – 1976

O lixo, ou aquilo que não tem mais serventia para as pessoas, os restos, os resíduos, seja lá o nome que se queira dar àquilo que não queremos mais e que é totalmente dispensável de continuar convivendo conosco, desde tempos remotos, foi objeto de preocupação para as sociedades.

As sociedades há muito tempo têm uma preocupação com os restos, sendo que esses devem ser eliminados ou, pelo menos, postos fora do convívio e dos limites povoados. Quer pelo cheiro, aparência ou insetos e animais que atrai, o lixo se constituiu em um tabu para uma sociedade, que não quer mais saber dessas coisas que foram postas para fora das vidas de seus antigos detentores ou proprietários.

Assim como os sambaquis indígenas - monturos de restos de alimentos, cadáveres, ostras, animais – que representam o que restou de sociedades milenares, nossos lixões atuais também representam a forma acabada daquilo que um dia teve alguma utilidade social e agora não é mais necessário, sendo dispensável para algum lugar onde não teremos mais contato com o mesmo.

Apesar dos esforços da sociedade para se livrar dos restos, eles ainda se fazem presentes e causam impactos negativos ao ambiente e aos humanos. Quer seja por uma questão de destino inadequado, quer seja pelo crescimento urbano que acaba levando as pessoas a se aproximarem dos locais onde o lixo é depositado, este se torna um transtorno para as aglomerações sociais. O lixo se transformou em um problema político e os governos procuram, através da organização de leis e de ações diretas, solucionar as demandas que surgem.

Tanto os problemas quanto as soluções relacionadas ao lixo na cidade chamam a atenção da sociedade e parte do que se propõe como solução, bem como as ações do Poder Público, é conhecida pela população através dos meios de comunicação. O rádio, a televisão e os jornais, além das mídias mais recentes, são utilizados para divulgar as ações da administração pública, assim como são usados pela população para expressar suas opiniões e denunciar seus problemas.

Em nossa pesquisa utilizamos os dois principais veículos de comunicação jornalístico da região, os jornais “Esquema Oeste” e “Diário de Guarapuava”. Para o período em análise, o foco se manteve no jornal Esquema Oeste, semanário de notícias locais, estaduais e nacionais, que circulou sem interrupções durante o período de 1970 a 1998. Nesse

período, outros jornais existiram na região, mas sem a mesma periodicidade e durante períodos curtos, como em anos de eleição ou durante períodos de cerca de dois ou três anos. Essa foi uma das principais razões para escolhermos o Esquema Oeste como referência para a pesquisa e para tentar demonstrar a “voz do povo” que ecoa nas entrelinhas de suas páginas.

O Esquema Oeste foi uma publicação semanal de cerca de 3000 exemplares, que circulou no município de Guarapuava. Era composto de oito páginas, ampliadas no decorrer dos anos 1980 para 11 páginas. Nas primeiras páginas publicavam-se as reportagens de “Política” local, estadual e nacional. Além da política, outros temas compunham as demais páginas, como, por exemplo, esporte profissional e amador, sociedade, cantinho do lar, palavras cruzadas e algumas seções de colunistas locais, como a “Coisas” de Luis Antonio Pereira de Araújo, e a “Tribuna”, escrita por Waldemar Garcia.

O jornal tinha como diretor Leonel Júlio Farah, jornalista e político local. Tinha como representantes na capital do estado os senhores Elias Farah e Mauricio Júlio Farah e era composto e impresso na Gráfica Vicentina Ltda., na cidade de Curitiba. Quando de seu lançamento, em editorial, Leonel J. Farah explicava as razões da escolha do nome do jornal.

Com o título “Por que ‘ESQUEMA’?”, o diretor do jornal salientava que a escolha do termo se deu “porque é esta uma palavra moderna, atual [...] tal como é o jornalismo que pretendemos fazer. É, por assim dizer, a palavra da moda [...]”. Segundo Farah, o significado nos dicionários era de “resumo”, “síntese” e também “programa” ou “representação gráfica”. Para o autor, “ainda que a palavra caia da moda, ela jamais perderá o seu significado”. Ao final do editorial salientava o autor que “Esquema Oeste” era justamente isso, “um resumo do Oeste, um programa para o Oeste”²⁷.

O jornal logo se tornou o veículo de comunicação oficial da Prefeitura de Guarapuava, publicando as leis, balanços e editais oficiais do município. Podemos verificar que ficava explícito quais eram os candidatos apoiados pelo jornal quando se aproximava o período eleitoral, tendo em vista que eram estes os candidatos que eram divulgados no periódico; no entanto os candidatos de oposição não apareciam na publicidade partidária nem em entrevistas.

A defesa e a tomada de posição em favor de determinados políticos em detrimento de outros foi uma constante durante todo o período analisado na pesquisa, permitindo entrever quais eram as posições políticas que o jornal defendia, notadamente ao lado de quem estava no poder municipal. Nos anos iniciais de sua publicação, as principais

²⁷ FARAH, E.. Por que “Esquema”. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 17 mai. 1970, p.3.

notícias ligadas com a questão ambiental foram as que diziam respeito às obras de infraestrutura urbana como esgoto, água encanada e asfaltamento de ruas, que a Prefeitura estava realizando na cidade.

Conheço uma cidade, bela na sua aparência, com mais de cem mil habitantes, que, no entanto, está “montada” em um “mar” de podridão, cujo subsolo é só de fossas negras, a gerar toda a espécie de doenças à sua população. Aquêlê prefeito apesar de ser um irresponsável, sabe aparentar, pois sua “sala de visitas” está bem ornamentada.

Conheço outra cidade onde o prefeito “enterra” o dinheiro público em obras fundamentais. Constrói a rêde de água e esgôtos, abre estradas por todos os recantos do município, há uma pequena escola em cada bairro. Há o médico, o engenheiro, o advogado, o planejador, tudo bem colocado num trabalho certo que leva a comunidade para um progresso matemático sólido e certo. O povo ansioso, não vê construídas as praças e os prédios públicos arquitetônicos, nem os bustos dos pais da região embelezando os jardins, não há beleza esplendorosa, por isso, nem tão festejado é o prefeito. [...]

O prefeito municipal Sr. Moacyr Silvestri está “enterrando” grande parte da verba orçamentária da prefeitura para a execução da rêde de esgôtos sanitários de Guarapuava. As atuais galerias pluviais estão obsoletas e não suprem as exigências advindas com o progresso e o desenvolvimento da cidade.

Atende assim, o Chefe do Executivo Guarapuavano, à administração racional de seu mandato, uma vez que esse setor é fundamental e prioritário como medida de previdenciária a fim de evitar as fossas negras que são focos geradores de pestes calamitosas, como o tifo, a maleita, a cólera e outras doenças tropicais transmissíveis.²⁸

Ressaltamos inicialmente nas palavras do editor os termos “progresso matemático sólido e certo”, resultado do trabalho de especialistas, considerando assim, que esta é uma visão derivada de um racionalismo cartesiano positivo que, no caso, seria objetivado nas obras municipais. Tais obras foram o foco de várias reportagens, pois acabavam gerando descontentamento da população devido aos transtornos que causavam ao trânsito de veículos e pedestres no centro e bairros próximos. Também a canalização de córregos²⁹ do centro da cidade foi alvo de diversas reportagens, sempre com elogios aos serviços realizados pela Prefeitura.

É importante assinalar as reportagens que tinham em seus títulos termos como “reflorestamento”. Quase sempre se tratava de reportagens que diziam respeito a investimentos de empresas de reflorestamento que viam no município um potencial aumento de seus negócios madeireiros e de seus lucros. No entanto, quando lemos “Mais árvores para

²⁸ FARAH, E.. Esgôtos. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 23 a 29 jun. 1971, Certas Insertas, p.3.

²⁹ Canalização de riacho impede as inundações. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 9 a 15 jun. 1971, p.1.

Guarapuava”³⁰ ou “Guarapuava é líder em reflorestamento”³¹ podemos, a princípio, pensar que se tratava de alguma preocupação “ecológica”, inexistente no teor da reportagem, que faz somente a propaganda das empresas do setor madeireiro.

A questão ambiental pôde ser percebida de maneira indireta nas páginas do periódico, pois as obras do esgoto e a relutância das pessoas em fazer a ligação das casas ao sistema de distribuição de água³² não deixam de corresponder, a nosso ver, questões ambientais. Mas, de maneira direta, não vemos a menção a nenhum “problema ambiental” mais específico nos primórdios do Esquema Oeste. Somente no ano de 1973, sob o título “Punições rigorosas para os infratores do Código de Obras”, o jornal colocava uma questão importante para o foco de nossa pesquisa.

Segundo o periódico, o secretário de obras, o engenheiro José Fernando Skrobot, “[...] depois de constatar a quase total inutilidade dos insistentes apelos feitos a proprietários de imóveis e construtores, no sentido de que mantivessem a cidade limpa [...]”³³, declarou que a “Campanha contra o Sujismundo” ainda não tinha sensibilizado a população guarapuavana. Tal afirmação se fazia no momento em que as obras do esgoto, canalização de córregos e asfaltamento de ruas findavam e a população não fazia a sua parte para refazer calçadas, retirar entulho das construções e limpar as calçadas.

A falta de colaboração da população na limpeza das ruas levou outro jornal do período, a Folha do Oeste, a publicar algumas notas tratando do assunto. Uma delas, um *slogan*, lembrava a todos que “Limpeza é saúde, saúde é felicidade. Faça sua felicidade mantendo sua cidade limpa!”³⁴. A outra nota apresentava o seguinte teor:

[...] você dona de casa não deve jogar o lixo no meio da rua ou na calçada, porque o mau cheiro, as moscas, os ratos, os germes, ficarão poluindo toda a cidade. Colabore. Coloque o lixo no recipiente adequado ou em vasilhas, e aguarde o lixeiro que ele se encarregará de consumir com o mesmo.³⁵

Será que o jornal entendia que seriam as “donas de casa” as responsáveis pela sujeira da cidade? E caberia a elas o dever de mudar seus hábitos pouco higiênicos?

³⁰ Mais árvores para Guarapuava. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 23 a 25 mai. 1971, p.1. Propaganda comercial da Intenasa, empresa de reflorestamento para produção de aglomerados industriais.

³¹ **Esquema Oeste**. Guarapuava, 26 mai. 1971, p.1.

³² Ninguém quer ligar a água. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 11 a 17 ago 1971, p.1.

³³ Punições rigorosas para os infratores do Código de Obras. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 14 a 20 nov. 1973, p.1.

³⁴ Limpeza é saúde, saúde é felicidade. Faça sua felicidade mantendo sua cidade limpa. **Folha do Oeste**. Guarapuava, 27 jan. 1974, p.3.

³⁵ Comentário. **Folha do Oeste**. Guarapuava, 03 fev. 1974, p.7.

Seriam elas as responsáveis pelo problema com o lixo? Seja qual for a resposta a essas indagações, o fato é que havia um problema ligado ao lixo na cidade. Poderia haver lixo jogado nas ruas e calçadas? Isso poderia atrair animais e causar doenças, mau cheiro e poluição? As pessoas (não só as donas de casa) deveriam contribuir (embalar e entregar o lixo) com o serviço de limpeza (“lixeiro”)? Caso não houvesse problema, não haveria necessidade de escrever sobre ele no jornal.

Quanto ao Esquema Oeste, no que tange ao tema específico de nossa pesquisa, o lixo, é no ano de 1975 que se apresentam as primeiras evidências do problema, que até então não era objeto do interesse jornalístico. Mas o assunto, apesar de ocupar menos espaço na mídia, não estava ausente da vida urbana. Com a atenção do jornal voltada para as disputas entre o prefeito Nivaldo Krüger e a Câmara de Vereadores (por causa do orçamento municipal que levou a uma disputa judicial entre as partes), encontramos nas críticas de colonistas e em pequenas matérias algumas pistas da questão do lixo na cidade.

Em abril de 1975, com o título de “Coisas do urubu”, o colunista da seção Coisas, o advogado Luiz Antonio Pereira de Araújo, reclamava que “as ruas de nossa cidade continuam sem qualquer cuidado por parte da limpeza pública. Até quando?”³⁶.

Em novembro do mesmo ano, na seção “Coisas”, Araújo volta a discutir a questão da coleta de lixo no centro da cidade. Ao abordar as “coisas da coleta de lixo”, o colunista do Esquema Oeste comenta que a coleta de lixo no horário comercial criava um problema para o trânsito da cidade.

Escreve o colunista que em Guarapuava “[...] é permitido o estacionamento de veículos dos dois lados da rua, e, no centro da cidade, normalmente, não existem vagas no período comercial, assim o caminhão da coleta de lixo pára no meio da rua, enquanto os homens recolhem os latões.”³⁷. Tal manobra, segundo Araújo, levava de dois a três minutos e ocasionava a ocorrência de um congestionamento devido ao movimento de carros no centro. Sugeriu então ao setor competente que fizesse “[...] uma modificação no horário da coleta de lixo, possivelmente no período noturno, ao menos na zona central da cidade”³⁸.

Mas, foi o ano de 1976 que mostrou-se atípico para a questão, apresentando diversas referências ao tema do lixo, principalmente por causa de um embate entre a Prefeitura Municipal e Luiz Antônio Pereira de Araújo. De fevereiro a abril daquele ano, o

³⁶ ARAÚJO, L.A.P.. Coisas do urubu. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 30 abr. a 06 mai. 1975, Coisas, p.3.

³⁷ ARAÚJO, L.A.P.. Coisas da coleta de lixo. **Esquema Oeste**, 19 a 25 nov. 1975, Coisas, p.3.

³⁸ Idem.

colunista travaria uma batalha com a Prefeitura municipal nas páginas do jornal por causa do lixo que os funcionários da Prefeitura jogavam ao lado de sua casa.

Sob o título de “coisas da Lagoa das Lágrimas”, o articulista esclarecia que a mesma era utilizada como depósito de lixo pelo próprio departamento de limpeza.

A pobre da Lagoa das Lágrimas está sendo alvo de uma série de adversidades. Não fora a falta de luz – não são acesos os focos existentes – a falta de focos nos postes de iluminação – queimados ou quebrados – agora um dos terrenos ali existentes e sem construção, baldio, portanto, está virando depósito de lixo. E pasmem: depósito de lixo pelo próprio Departamento de Limpeza Pública. Aqueles carrinhos amarelos que recolhem o lixo miúdo, das ruas, todos os dias descarrega a sua carga naquele terreno. E, sobre este assunto, não houve necessidade de informação de ninguém, pois o terreno-depósito-de-lixo fica ao lado da minha casa.³⁹

A partir dessa edição, Luiz Antonio Pereira de Araújo publicou uma série de comentários na coluna “Coisas”, dando informações de como estava a situação do lixo ao lado de sua casa e da limpeza do terreno que não acontecia. Escreveu na semana seguinte: “[...] não vou malhar as providências que não foram tomadas para tirar o lixo do terreno baldio ao lado da minha casa, mas a semana que vem tem ferro.”⁴⁰

Na semana seguinte, devido à realização Festa da Maçã e de outras comemorações na cidade, advertiu que não deveria “[...] falar que o Departamento de Limpeza Pública está fazendo depósito de lixo do terreno baldio ao lado da MINHA casa, em plena LAGOA DAS LÁGRIMAS. Por enquanto, vou agüentar o cheiro.”⁴¹. Suportando o cheiro e vendo que não se tomava nenhuma providência, na edição posterior escreveu:

Há quatro edições passadas publiquei uma nota reclamando contra o depósito de lixo que o Departamento de Limpeza Pública (?) da Prefeitura Municipal iniciou em um terreno ao lado da minha casa. Há três edições passadas afirmo que não ia falar no assunto porque a exposição agropecuária, industrial, de suínos e festa da maçã estavam em preparativos e não ficava bem tocar no assunto. Há duas edições passadas disse que em função da exposição e festa da maçã eu iria agüentando o cheiro. Mas agora, já se encerraram as exposições, a festa da maçã deixou saudades, e o lixo continua fedendo. Para os menos avisados, o depósito de lixo fica na rua Visconde de Guarapuava, após o nº 29, esquina da Lagoa das Lágrimas. Enquanto o departamento competente – aliás incompetente – não toma providências, você pode ir dar a sua cheiradinha, se tiver estômago. Como é pessoal do Departamento de Limpeza Pública, será que teremos que votar uma Lei, mudando o nome dessa repartição? Quem sabe se Departamento de Sujeira Pública não ficará bem assentado?⁴²

³⁹ Ibid. Coisas da Lagoa das Lágrimas. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 25 fev. a 05 mar. 1976, Coisas, p.3.

⁴⁰ Ibid. Coisas do lixo ao lado da minha casa. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 06 a 12 mar. 1976, Coisas, p.3.

⁴¹ Ibid. Coisas que não se deve falar. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 13 a 19 mar. 1976, Coisas, p.3. (grifo do autor).

⁴² Ibid. Coisas do depósito de lixo do Departamento de Limpeza Pública. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 20 a 26 mar. 1976, Coisas, p.3.

As reclamações nas páginas do Esquema Oeste não parecem surtir efeito na administração municipal, pois nas edições posteriores Araújo volta a reclamar do descaso com a Lagoa⁴³ e assinala nas seguintes edições: “[...] a situação continua inalterada. O fedor também.”⁴⁴; “[...] veja o que foi escrito a semana passada.”⁴⁵; e finalmente “[...] será que ninguém vai me atender?”⁴⁶. Apesar do aparente desespero, constatamos que o colunista deve ter sido ouvido e a limpeza deve ter sido feita, uma vez que a partir de maio cessaram as notícias referentes a “coisas do lixo ao lado da minha casa”.

Com o desfecho deste embate entre o advogado-colunista e o Departamento de Limpeza Pública, relembramos as palavras de Couto a respeito das reclamações expostas nos jornais como sendo aquelas que “[...] partem dos grupos privilegiados, por vezes, também contrariados com as condições de saneamento, de limpeza e organização dos espaços na cidade [...]”⁴⁷. Esses grupos privilegiados, do qual indubitavelmente fazia parte Luiz Antonio Pereira de Araújo, não oportunizaram na mesma proporção um espaço para a população pobre expressar seu descontentamento com situações semelhantes.

A indignação de Araújo se devia ao fato de jogarem lixo ao lado da “sua” casa, numa área nobre de Guarapuava. O terreno em celeuma tinha mais vizinhos. O fato de jogarem o lixo no terreno só teria incomodado ele? Couto destaca que:

Quando os jornais traziam notícias sobre limpeza de terrenos baldios, implantação de políticas públicas ou mesmo reclamações dos moradores, não somente tornavam visíveis certas relações em torno do lixo, em Uberlândia, como também contribuía na defesa de projetos políticos que carregavam em si uma determinada visão de cidade que delineava concepções de estética, higiene e progresso.⁴⁸

Consideramos assim que, tanto em Uberlândia como em Guarapuava, projetos políticos e concepções ideológicas podem ser verificados nas relações sociais engendradas em torno do lixo na cidade. A indignação exposta no jornal era com a situação de um cidadão em particular, não com a situação da cidade; no entanto, ao escrever sua coluna, Araújo tratava o assunto como se fosse um fato que acontecia a todos os cidadãos, em toda a cidade. Essas concepções de higiene, educação, limpeza e progresso ficaram mais delineadas no período seguinte, como veremos.

⁴³ Ibid. Coisas da Lagoa das Lágrimas. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 27 mar a 03 abr. 1976, Coisas, p.3.

⁴⁴ Ibid. Coisas do lixo ao lado da minha casa. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 10 a 16 abr. 1976, Coisas, p.3.

⁴⁵ Ibid. Coisas do lixo ao lado da minha casa. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 17 a 23 abr. 1976, Coisas, p.3.

⁴⁶ Ibid. Coisas do lixo ao lado da minha casa. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 24 a 30 abr 1976, Coisas, p.3.

⁴⁷ COUTO, A.M.S.. op.cit. p.13.

⁴⁸ Idem, p.15.

2.2 O PROBLEMA DO LIXO SE TORNA O PROBLEMA DO LIXÃO (1977 - 1993)

Quando tomou posse como prefeito de Guarapuava, Cândido Pacheco Bastos adotou como uma de suas primeiras preocupações o “embelezamento da cidade”⁴⁹. Arrumar ruas, retirar mato das calçadas, retirar sucatas de carros das ruas, pintar prédios públicos e melhorar a coleta de lixo, segundo o Esquema Oeste, passaram a ser prioridades da administração municipal. O jornal advertia que, no entanto, era preciso que a população colaborasse.

Se todos os moradores acondicionarem o lixo em pacotes plásticos, como há muito tempo se fez uma campanha, neste sentido, a coleta pode ser feita com inteiro sucesso. Entretanto, se os munícipes teimarem em jogar simplesmente o lixo à frente de suas casas, a limpeza pública sempre andará mal.⁵⁰

Aparentemente, a Prefeitura fazia sua parte, restava apelar aos cidadãos para fazerem a sua, mudando seus hábitos. Outra novidade implantada pelo prefeito no período foi a contratação de mulheres para fazerem o trabalho de varrição das ruas no centro da cidade. Para o Esquema Oeste, esta ação juntamente com o asfaltamento das ruas faria com que Guarapuava se tornasse “[...] uma cidade inteiramente limpa [...]”⁵¹. Ari Oliveira Junior, que escrevia a coluna Fatos de Destaque no jornal, salientava que essas ações da Prefeitura vinham “[...] recebendo os aplausos de toda a população [...]”⁵².

Segundo o colunista, o vice-prefeito Elias Abrão Melhem dizia que o “[...] o serviço de limpeza deverá ser uma constante, mesmo com alguns não demonstrando boa vontade para com a inovação.”⁵³. Em outro momento o jornal publica um “elogio” a todo o Departamento de Limpeza Pública do município, que vinha “[...] fazendo um excelente serviço de limpeza da cidade [...]”⁵⁴. Mas alertava que não havia colaboração por parte da população.

⁴⁹ ARAÚJO, L.A.P. de. Coisas da limpeza pública. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 19 a 25 fev. 1977, Coisas, p.3.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Ibid. Coisas da limpeza pública. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 19 a 25 mar. 1977, Coisas, p.3.

⁵² Fatos de Destaque. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 9 a 15 abr. 1977, p.5.

⁵³ Idem.

⁵⁴ ARAÚJO, L.A.P. de. Coisas da limpeza pública. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 27 abr. 1977, p.3.

Ainda outro dia presenciemos uma cena muito comum em Guarapuava, as garis procediam a coleta de papéis e outros detritos jogados a rua, e, poucos metros antes, onde já havia sido concluído o serviço, um respeitável senhor descascando uma laranja e jogando as cascas na via pública.⁵⁵

Levando-se em consideração tais demonstrações de civilidade e educação por parte de “respeitáveis senhores” guarapuavanos, o jornal cobrou uma campanha de conscientização e a colocação de lixeiras nas calçadas. Em maio de 1977 a Prefeitura de Guarapuava lançou a Campanha de Limpeza Pública. Como já mencionamos, a campanha, sob a coordenação do vice-prefeito Elias Melhem e contando com a colaboração do Lions Clube de Guarapuava, seria desenvolvida em duas frentes: a Prefeitura cuidaria da melhoria da coleta de lixo e o Lions Clube ficaria responsável pela parte de conscientização da comunidade.

Para motivar a população a colaborar com a preservação da limpeza, o Lions Clube patrocinou a confecção de cartazes que estão sendo afixados pela cidade. Os slogans da campanha, estampados nos cartazes são três: “Cidade limpa, cidade educada”; “Seja diferente:... ajude a manter a cidade limpa”; “Se você cuidar da limpeza, Guarapuava vai ficar uma beleza”.⁵⁶

Com a Prefeitura fazendo o que deveria fazer e o Lions Clube conscientizando a população com cartazes e frases de efeito, o vice-prefeito e coordenador Elias Melhem ressaltou que o sentido da campanha era “[...] o de proteger a saúde da população, como também dar à cidade um aspecto mais limpo e, portanto, mais acolhedor, mais alegre, mais humano.”⁵⁷.

Verificamos assim que a população era vista pelo poder público como responsável pela sujeira que a cidade apresentava e deveria ser persuadida a mudar seus hábitos para melhorar a cidade ou, pelo menos dar-lhe um “aspecto mais limpo” e “mais humano”, e não de pocilga. Esta foi uma campanha pioneira, dentro do período estabelecido na pesquisa, através da qual a Prefeitura vislumbrou resolver o problema do lixo na cidade.

Alguns meses depois de iniciada a campanha e apesar dos “[...] bons propósitos do Prefeito [...]”⁵⁸, o Esquema Oeste assinalou que decorridos “[...] cerca de 120 dias a campanha se resumiu na contratação de mulheres para procederem a limpeza pública e

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ Lançada a Campanha de Limpeza Pública. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 21 a 27 mai. 1977, p.1.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ ARAÚJO, L.A.P. de. Coisas da limpeza pública. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 09 a 15 jul. 1977, Coisas, p.3.

mais nada. Parou a campanha nas emissoras locais, e, não foram providenciadas as cestas de lixo que seriam espalhadas por toda a cidade.[...]⁵⁹.

Apesar de a Prefeitura e o Lions Clube terem perdido o ânimo inicial e os leitores reclamarem que em alguns pontos da cidade o trabalho havia sido abandonado, a população continuava “[...] a atirar papéis [...]”⁶⁰ nas ruas da cidade, os taxistas lavavam seus veículos nas ruas⁶¹ e os vendedores ambulantes continuavam a jogar cascas de banana no chão⁶², fazendo com que o jornal proclamasse um sonoro “Abaixo o Sugismundo”⁶³.

O abandono, por parte da administração municipal, da Campanha de Limpeza Pública e a permanência dos hábitos cotidianos da população acabaram levando o jornal a publicar matéria alertando que o “[...] problema do lixo e matagal continua incrível e sem solução [...]”⁶⁴. Também havia críticas ao horário do serviço de coleta do lixo que continuava causando transtornos ao trânsito, e ressaltava-se a necessidade da coleta de resíduos da construção civil, que eram jogados no meio das ruas⁶⁵, demonstrando assim que a resolução dessas questões demandaria mais tempo e esforço por parte de toda a sociedade.

No início dos anos 80 as reclamações com a coleta aumentavam⁶⁶ e a situação foi “[...] se agravando cada vez mais.”⁶⁷. Na rua XV de novembro, próximo a uma escola, o lixo era jogado sem o menor pudor e “[...] as crianças têm que agüentar o mau cheiro nos dias quentes.”⁶⁸. Em vários bairros da cidade a situação se apresentava complicada. No Núcleo Padre Chagas, segundo o Esquema Oeste, a coleta de lixo estava parecendo “[...] manga de coleite [...]”⁶⁹ e o problema acontecia em toda a cidade. Em outra reportagem o jornal revelava:

Lixo: continua o drama da coleta de lixo. Núcleo Rocha Loures vai completar o seu segundo mês que não recebe a visita do caminhão de lixo. Quem duvidar que compareça até o terreno baldio existente nas proximidades da creche madre Clélia Merlone e constate o grande volume de lixo que ali está sendo depositado pelos moradores do referido núcleo. Se nenhuma providência for tomada os moradores prometem locar um caminhão e jogar tudo no prédio da Prefeitura, no Jardim Pérola do Oeste.⁷⁰

⁵⁹ Idem. Coisas da limpeza pública. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 12 a 18 nov. 1977, Coisas, p.3.

⁶⁰ Ibid.

⁶¹ Ibid. Coisas dos taxis e as lavagens na rua. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 12 a 18 nov. 1977, Coisas, p.3.

⁶² Encontro. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 27 ago. 1977, p.2.

⁶³ Idem.

⁶⁴ GARCIA, W.. Lixo. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 26 jul. a 01 ago., Tribuna, p.4.

⁶⁵ ARAÚJO, L.A.P. de. Coisas da coleta de lixos residenciais. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 02 a 08 set. 1978, Coisas, p. 2.

⁶⁶ Coletores de lixo. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 18 a 24 out. 1980. Coisas, p.1.

⁶⁷ GARCIA, W.. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 02 a 07 ago. 1981, Tribuna, p.6.

⁶⁸ Lixo na rua XV próximo à escola. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 02 a 07 ago. 1981, p.7.

⁶⁹ GARCIA, W.. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 18 a 24 out 1980, Tribuna, p.4.

⁷⁰ Idem. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 13 a 19 dez. 1980, Tribuna, p.4.

Chamamos a atenção para a questão de um bairro ficar dois meses sem coleta de lixo regular e para o fato de moradores do próprio local estarem jogando o lixo nas proximidades da creche, onde talvez seus próprios filhos permanecessem. Para resolver a situação calamitosa em que a cidade estava, a Prefeitura anunciou a aquisição de quatro caminhões compactadores de 10 m³.⁷¹ No entanto, o colunista ainda demonstrava dúvidas: “Será que 4 caminhões vão resolver o problema da coleta de lixo em toda a cidade??? Não!!! No entanto, já ajuda, não é mesmo???”⁷².

Apesar de todos os problemas enfrentados pela administração, na edição especial de aniversário da cidade, o jornal declarou que em Guarapuava “Tudo é festa”⁷³, durante a comemoração dos seus 161 anos. Também anunciou a programação dos festejos: na terça-feira, após uma missa campal, haveria a “[...] entrega dos novos equipamentos recentemente adquiridos pela Prefeitura: caminhões coletores de lixo, motoniveladoras e utilitários a álcool.”⁷⁴.

Além da utilização promocional pela administração de Cândido Pacheco Bastos, a coleta de lixo foi utilizada como forma de retaliação política a desafetos pelo prefeito Nivaldo Krüger⁷⁵ ao final de seu mandato. A coleta do lixo e seu destino – o “Lixão” municipal – passaram a chamar e exigir atenção, pois, segundo o vereador Humberto Limberger, era, naquele momento dos anos 1980, “[...] praticamente inexistente”, sem regularidade e colocava “[...] em risco a saúde do guarapuavano [...]”⁷⁶. O Lixão chegou às páginas do periódico em uma reportagem que chamava a atenção dos leitores para o problema que atingia os moradores da Vila Rocio, bairro próximo ao local onde se localizava o depósito de lixo municipal:

Toda a produção diária de lixo da população urbana, que atinge a casa das 40 toneladas, está sendo despejada neste local. Ali, sem o cuidado necessário, todo tipo de material orgânico e inorgânico se mistura dando margem à formação de uma nuvem, literalmente, de moscas que invadem as residências, sem contar o cheiro insuportável em dias de calor, que é sentido num raio de três quilômetros. O lixo hospitalar também é jogado no local, mas a incineração exigida é mal feita, não destruindo completamente os frascos de remédios, que ficam à superfície [...] há vários marrecos e porcos sendo ‘engordados’[...] constata-se que cerca de 30 famílias estão obtendo

⁷¹ Coletores de lixo. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 18 a 24 out. 1980, p.1.

⁷² GARCIA, W. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 18 a 24 out. 1980, Tribuna, p.4.

⁷³ Tudo é Festa. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 06 a 12 dez. 1980, p.1.

⁷⁴ Idem. p.5.

⁷⁵ Colônias. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 28 jan. a 03 fev. 1989, p.2. “A coleta de lixo nas colônias de Entre Rios, é bom lembrar, foi desativada tão logo terminaram a contagem de votos, soando como represália, já que a vitória de Fernando Carli também aconteceu com larga margem de votos em todos os locais do distrito.”

⁷⁶ Coleta de lixo está abandonada. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 15 a 21 out. 1983.p.3.

alimento na lixeira [e...] detritos [estão] caindo no Arroio Grande [...] dona Maria Kaminski, uma senhora de 65 anos, vítima de hipertensão, expõe dois pratos cheios de moscas, mortas em poucas horas, dizendo que uma vizinha já conseguiu encher um pacote de 5 quilos. [...] Os moradores, na realidade, estão revoltados com toda essa situação.⁷⁷

Este contexto social da situação do Lixão municipal, com a mistura de todos os resíduos e uma precariedade no tratamento dos mais perigosos e contaminantes como o lixo hospitalar, se estendeu por muito tempo na cidade. Os problemas resultantes do descaso com o lixo são citados pelo periódico: revolta da população, poluição atmosférica, atração de roedores e moscas, degradação humana e poluição dos recursos hídricos.

Buscando uma solução para tais problemas, a Prefeitura e a Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente do Paraná (SUREHMA) cogitaram a construção de uma estação de tratamento de lixo⁷⁸, como a que havia sido instalada na cidade de Cornélio Procópio, no Norte do Paraná. A ideia foi apoiada pela Comissão de Assuntos Comunitários, criada na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava (FAFIG)⁷⁹ para discutir assuntos de interesse comunitário. A Prefeitura pretendia construir a estação de tratamento de lixo até o final de 1985 e o composto orgânico gerado com o lixo seria usado em biodigestores para gerar energia elétrica⁸⁰.

O projeto da usina de tratamento de lixo foi abandonado pelas administrações posteriores e o problema continuou cotidiano incômodo.

A cidade está muito suja e feia, e os turistas, profissionais técnicos ou empresários que chegam a Guarapuava, acabam tendo uma péssima impressão, vendo o lixo jogado nas ruas, as calçadas sujas, os prédios sem pintura ou pichados, os muros caídos ou quebrados, e o mato nos quintais e terrenos baldios. [...] O lixo domiciliar deveria ser acondicionado em sacos apropriados e depositado em latões ou cestos elevados da via pública, somente o tempo estritamente necessário para a remoção pelo serviço de limpeza pública. Em vez disso, o lixo é muitas vezes jogado nas calçadas, ou então colocado em caixas abertas, que ficam repletas de insetos, causando o mau cheiro e o risco de contaminação.⁸¹

A impressão de que Guarapuava era uma cidade “suja e feia” se mantinha presente no discurso jornalístico, devido à permanência dos problemas citados, como o lixo,

⁷⁷ Lixão Municipal: 40 t. diárias sem tratamento. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 22 a 28 jun. 1985, p.3.

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ Aproveitamento do lixo é assunto comunitário. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 16 a 22 nov. 1985, p.1.

⁸⁰ Solução para o lixo pode sair até o final de 1985. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 06 a 12 jul 1985, p.1.

⁸¹ Vamos juntos renovar Guarapuava pode projetar a cidade nacionalmente. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 10 a 16 jun 1989, p.8.

os terrenos baldios e o mato. Isso acabou fazendo com que a nova administração, do prefeito Fernando Ribas Carli, se empenhasse em resolver o problema da coleta de lixo. Além de uma campanha publicitária, a Prefeitura também reorganizou o setor de limpeza pública municipal para prestar um serviço de melhor qualidade.

Segundo o Esquema Oeste, “[...] com os mesmos recursos materiais (seis caminhões) e a diminuição do número de funcionários (apenas 10 motoristas e 43 garis) a Prefeitura aumentou o número de bairros atendidos pela coleta de lixo.”⁸². A “mágica” foi conseguida, segundo o periódico, pela montagem de um revezamento do pessoal e a criação da coleta noturna em alguns bairros centrais. Com isso também foi possível aumentar o número de bairros atendidos pelo serviço. Em 1994, a Prefeitura conseguiu novamente ampliar os bairros atendidos com a compra de mais dois caminhões para a coleta⁸³.

Para o prefeito Fernando Carli, a população deveria ser conscientizada sobre a importância de preservar o patrimônio público e que a limpeza do município era importante, pois caracterizava “[...] o grau de civilidade e educação dos munícipes.”. Para ele, “[...] se cada um cumprir a sua parte – pintar o muro, limpar as calçadas e os terrenos baldios, não jogar lixo no chão, [...] Guarapuava vai se tornar um dos municípios mais limpos e agradáveis do Estado.”⁸⁴. No discurso de Carli ao jornal, como de outros antes dele, chama atenção a permanência do uso do argumento civilizacional da limpeza, isto é, ser limpo é ser civilizado, e também a socialização da responsabilidade pela limpeza da cidade.

Na primeira metade dos anos 1990, e principalmente a partir de 1993, a administração municipal teve que solucionar o problema do lixo hospitalar que, naquele momento, começava a ter uma legislação e uma destinação específicas e que passava a ser controlada pelos órgãos fiscalizadores como a Vigilância Sanitária.

Atentando para o problema, a primeira solução colocada em prática pela Prefeitura para melhorar as condições de higiene e evitar a contaminação pelo lixo hospitalar foi a abertura de uma “vala séptica” no próprio Lixão. A vala tinha 3 metros de profundidade e o lixo que era ali depositado tinha um “tratamento especial”, que consistia em cobrir a vala com terra e cal ao final do dia. Essa manobra, segundo os técnicos da Prefeitura informaram ao jornal, evitava “[...] que o chorume, ou seja, os líquidos formados pelo lixo, atinja os mananciais de água.”⁸⁵.

⁸² Coleta de lixo: cresce o número de bairros atendidos. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 14 a 20 abr. 1990, p.1.

⁸³ Lixo será coletado em mais bairros. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 29 jan. a 04 fev. 1994, p.8.

⁸⁴ Carli incentiva Limpeza Pública. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 26 jan. a 01 fev. 1991, p.3.

⁸⁵ Vala séptica no Lixão. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 19 a 25 jun. 1993, p.6.

Para poder destinar o lixo hospitalar para a vala séptica, o município adquiriu e equipou um veículo especial⁸⁶, que fazia a coleta exclusiva do lixo hospitalar e de restos de animais, havendo ainda a adequação das embalagens – sacos plásticos brancos com uma cruz vermelha – como exigia a legislação⁸⁷. O maior rigor da lei com relação ao destino final de resíduos específicos e perigosos como o lixo hospitalar, além dos problemas relacionados ao Lixão municipal devido ao aumento da quantidade de lixo coletado, obrigou a Prefeitura a buscar uma solução definitiva para a “problemática do lixo”⁸⁸ na cidade. A solução escolhida foi a construção de um aterro sanitário.

2.3 “O FIM DO LIXÃO”: A EPOPEIA DO ATERRO SANITÁRIO (1993 - 2011)

Na busca de uma solução para o problema do lixo em Guarapuava, a Prefeitura, durante a administração Cesar Franco, eleito com o apoio de Fernando Carli, iniciou as discussões e os estudos para a implantação de um aterro sanitário. Convidados pela Prefeitura para ministrar uma palestra sobre “Resíduos Sólidos” e conhecerem a realidade do Lixão, os professores Wellington Cyro de Almeida Leite, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), e Valdir Schalch, da Universidade de São Paulo (USP), desaprovaram “[...] a construção de usinas de reciclagem e aconselham o aterro sanitário como alternativa para equacionar o problema de Guarapuava [...]”⁸⁹.

Com a assessoria dos especialistas paulistas, a administração municipal, através de seus técnicos, iniciou os estudos⁹⁰ e os levantamentos geológicos⁹¹ para dar andamento ao projeto do aterro sanitário. O chefe do escritório regional do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Mauro Battistelli, anunciou “[...] a aprovação da área indicada pela Prefeitura para instalação do aterro [...]”. Para o IAP “[...] o local escolhido pela Prefeitura enquadra-se nas normas técnicas exigidas por lei.”⁹². Contudo, apesar dos encaminhamentos dados e do início das discussões, a obra não teve prosseguimento durante a administração Cesar Franco.

A questão voltou ao destaque político na administração subsequente do prefeito Vitor Hugo Burko, que, ao implantar a Secretaria de Meio Ambiente,

⁸⁶ Lixo hospitalar ganha nova coleta e depósito. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 13 a 19 nov. 1993, p.1.

⁸⁷ Coleta de lixo hospitalar começa na segunda. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 07 a 11 dez. 1993, p.3.

⁸⁸ Prefeitura encaminha implantação do Aterro. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 24 a 30 jul. 1993, p.7.

⁸⁹ Técnicos aconselham aterro para o lixo. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 03 a 09 abr. 1993, p.6.

⁹⁰ Prefeitura encaminha implantação do aterro. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 24 a 30 jul. 1993, p.7.

⁹¹ Coleta de lixo hospitalar começa na segunda. op.cit. p.3.

⁹² Prefeitura cria coleta seletiva no setor de lixo. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 10 a 16 jul. 1993, p.7.

Desenvolvimento Florestal e Turismo (SEMAFLOTUR) em 1997, retomou o projeto. “O aterro sanitário está em fase de implantação e para isso foi feita a terraplanagem, para a conclusão das primeiras células. Esse projeto foi aprovado e licenciado pelo IAP.”⁹³. Apesar de iniciadas as obras, a morosidade na conclusão do projeto ajudava a agravar os problemas.

A questão do lixo em Guarapuava tomou vulto nesta semana a partir da denúncia da TV Bandeirantes. Segundo o noticiário, o lixo hospitalar era coletado por veículos especiais, porém estava tendo o mesmo destino do lixo comum. [...] A Prefeitura se comprometeu a construir um portal com vigia permanente para cuidar do local. Também determinou um horário de funcionamento para a recepção do lixo, fixado entre 8 e 18 horas. A vala onde era jogado o lixo hospitalar será fechada e outras duas serão abertas: uma especialmente para o lixo hospitalar, que será coberta com lona e cal, conforme determina a lei e outra para animais mortos. Fica proibida a queima do lixo hospitalar. [...] Guarapuava contará em breve com um aterro sanitário. Conforme Nereu Batistelli, engenheiro da SURG, as obras de terraplanagem estão em pleno andamento. Falta fazer as drenagens e as lagoas de decantação. [...] O andamento das obras depende da liberação de verbas pela Caixa Econômica Federal. Um requerimento de R\$250 mil feito pela Prefeitura à CEF já foi aprovado, mas ainda não liberado.⁹⁴

demonstrou a reportagem, havia problemas com o depósito irregular do lixo hospitalar no Lixão, mas não eram os únicos. A existência mesmo do Lixão já era uma prova das dificuldades inerentes ao assunto do lixo na cidade, conjugado ao descaso da sociedade e do Estado com a questão. Todo lixo recolhido pela administração municipal era ali depositado sem qualquer cuidado.⁹⁵

Passado mais de um ano da aprovação do projeto e do anúncio da obra, a Prefeitura ainda procedia as obras de terraplanagem do local e havia pleiteado um financiamento para a obra, que havia sido “aprovado”, mas que não havia sido “liberado”. Esta “novela burocrática” tinha vários atores que encenavam o “jogo de empurra”. O secretário de obras do município, Cezar Sanches, dizia depender da abertura de uma licitação pela Superintendência de Recursos Hídricos e Saneamento (SUDERHSA) para determinar a empresa que construiria o aterro.

A SUDERHSA prometera fazer a licitação até março daquele ano, mas já estavam em julho e nada. O IAP dizia que a Prefeitura “[...] só apresentou um projeto de aterro sanitário [...] no último dia 07 de maio e no dia 27 já emitimos a licença de instalação.”.

⁹³ Prefeitura quer acabar com o lixão. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 18 a 24 jan. 1997, p.6.

⁹⁴ Problema do lixo começa a ser resolvido. **Esquema Oeste**. Guarapuava, 29 mai. a 05 jun. 1998, p. 8.

⁹⁵ No final do ano de 1999, quando visitamos o local pela primeira vez, a situação era visível: lixo hospitalar jogado na vala sem cobertura, agulhas no chão, carcaças de animais na vala e pedaços nas proximidades, lixo doméstico junto com pneus, baterias e todos os materiais imagináveis. Tudo revirado por um trator esteira que jogava o lixo “morro abaixo”, e lá embaixo, o rio.

Ou seja, o IAP isentou-se de culpa na questão. O custo da obra havia passado de 250 mil reais para cerca de 300 mil reais e a licença de liberação da obra, emitida pelo IAP, expirava no ano seguinte⁹⁶.

Se, mais do que na qualidade de mandatários e de “grupos” políticos, mas na condição de cidadãos, colocamos a mão em nossas consciências, teremos de ver uma tarefa urgente: a agilização dos trâmites para implantação do Aterro Sanitário de Guarapuava. Não cabe culpar governos locais anteriores nem atuais, nem muito menos governos de estado, federal, etc. Discursos, por mais picantes que sejam, não resultam em melhorias do meio ambiente.⁹⁷

O jornal trazia em seu editorial a tônica do que estava acontecendo, um jogo político onde todos dão desculpas, culpam uns aos outros e nada é resolvido. O fato é que, entre uma “montanha preocupante”⁹⁸ de lixo e a queimada de pneus⁹⁹, o Lixão continuava impávido. O convênio com a SUDERHSA, assinado em 1998, foi rescindido e um novo foi firmado em 2002¹⁰⁰.

Mas 2002 foi um ano eleitoral, com mudanças no governo, e em 2003 o novo secretário estadual de meio ambiente, Luiz Eduardo Cheida, anunciou que seria liberada uma verba, a quantia era de R\$450 mil, para a implantação do aterro. Segundo o jornal, Cheida salientou que “[...] logo após a liberação será feita a licitação do projeto para a obra ser iniciada. Agora é só questão de tempo.”¹⁰¹. Além de tempo para iniciar a obra, tempo para, novamente, liberar o dinheiro.

Questionado sobre o Aterro Sanitário durante a Conferência Regional de Meio Ambiente, o prefeito Vitor Hugo Burko afirmou a prioridade da instalação do mesmo em sua administração. Dizia ao jornal, que tinha “[...] a certeza de que até o ano que vem teremos essa mazela definitivamente resolvida [...]” e atribuiu “[...] à administração do ex-governador Jaime Lerner a morosidade na concretização da obra, cujo projeto foi iniciado há vários anos.”¹⁰². Assim, com base em um contexto político favorável à causa, o jornal noticiou a boa nova:

⁹⁶ Novela burocrática – Aterro depende de licitação. **Diário de Guarapuava**. Guarapuava, 17 jul. 2002, p.3.

⁹⁷ Aterro Sanitário. **Diário de Guarapuava**. Guarapuava, 18 jul. 2002, Editorial, p.2.

⁹⁸ Montanha preocupante. **Diário de Guarapuava**. Guarapuava, 18 jul. 2002, p.2.

⁹⁹ Queimada de pneus no lixão polui o ar. **Diário de Guarapuava**. Guarapuava, 30 jan. 2003, p.1.

¹⁰⁰ Prefeitura comenta projeto de Aterro. **Diário de Guarapuava**. Guarapuava, 26 set. 2003, p. 5.

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² Burko afirma que aterro é prioridade. **Diário de Guarapuava**. Guarapuava, 26 set. 2003, p. 3.

Muitas vezes produzimos lixo sem perceber o que estamos fazendo. Rasgamos uma folha de papel e a jogamos no lixo ou mesmo na rua. Pegamos uma latinha de cerveja e a jogamos fora, sem pensar nas conseqüências. Pior que poluir, é saber que isso é errado e continuar fazendo. Ontem, Guarapuava recebeu uma boa notícia nessa área. O Governo do Estado, após quase uma década liberou recursos para a instalação do aterro sanitário controlado. Agora, o município vai entrar no rol das comunidades ambientalmente corretas, dando a destinação mais adequada ao lixo urbano.¹⁰³

Guarapuava, depois de dez anos, teria seu aterro sanitário. A boa notícia do jornal, um convênio do governo estadual para construção de diversos aterros no Paraná, fora assinado pelo governador Roberto Requião e o jornal vislumbrava Guarapuava entre as “comunidades ambientalmente corretas” do estado, pois seria dado um destino digno ao lixo.

O convênio firmado entre o governo do Paraná e a Caixa Econômica Federal previa financiamento para construir aterros sanitários em 24 municípios do estado. As verbas seriam liberadas pelo governo estadual mediante uma contrapartida dos municípios de cerca de 25% do valor. O aterro de Guarapuava foi então orçado, segundo o jornal, em R\$ 654 mil, dos quais o município arcaria com R\$162 mil, além de retirar as famílias de catadores que viviam no Lixão, proibir a entrada de pessoas e cercar toda a área¹⁰⁴.

Ao noticiar que o “problema do lixão a céu aberto” estava próximo do fim, o Diário de Guarapuava também relatou a implantação da Política Estadual de Resíduos Sólidos e do Programa Desperdício Zero, com o qual o governo do Paraná pretendia reduzir em 30% a quantidade de lixo depositada nos lixões do estado. Com relação ao aterro de Guarapuava, Jairo Macedo, chefe regional do IAP em Guarapuava, salientava ao Diário que já havia o terreno, a licença de instalação e o projeto do aterro, que naquele momento estava “[...] em fase de licitação. Depois há a liberação de recursos previstos na Caixa Econômica Federal.”. Havia preocupação da administração municipal, pois a Prefeitura poderia ser multada caso não adequasse a situação do Lixão¹⁰⁵ e a melhor maneira de fazer isso era construir o aterro.

Apesar dos esforços, a obra não foi concluída na administração de Burko e, com a mudança de administração na Prefeitura, o “novo” prefeito, Fernando Ribas Carli, apresentou os projetos de seu governo. Entre eles estava o aterro sanitário, que era “[...] um

¹⁰³ Adeus Lixão.... **Diário de Guarapuava**. Guarapuava, 29 jun. 2004, Editorial, p.2.

¹⁰⁴ Guarapuava assina convênio para o aterro sanitário. **Diário de Guarapuava**. Guarapuava, 29 jun. 2004, Meio ambiente, p.4.

¹⁰⁵ Problema do lixão a céu aberto está próximo do fim. **Diário de Guarapuava**. Guarapuava, 14 jan. 2005, p.4.

dos pontos principais, dado a gravidade do problema”¹⁰⁶, segundo relatou ao Diário o Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, Ireno Ciechaczewski.

Além do Ministério Público, que cobrava a implantação do aterro, a população que morava próxima ao Lixão também protestou contra a situação por terem que “[...] conviver com insetos, ratos, o mau cheiro, a fumaça e o risco de terem suas plantações contaminadas”. O Diário de Guarapuava informava ainda que o Lixão estava “[...] localizado em área irregular, no perímetro urbano e próximo ao aeroporto, além de estar situado em área de manancial.”¹⁰⁷

O jornal noticiou ainda que, apesar do apoio político e da ampliação dos problemas, o aterro sanitário não saía do papel. “O aterro sanitário municipal ainda não começou a ser construído porque os recursos ainda não foram liberados, e por esse motivo, a Prefeitura paga uma multa diária pela inexistência de um local apropriado para o destino do lixo.”¹⁰⁸. O lixo hospitalar também não podia mais ser depositado no Lixão, em valas sépticas, e a Prefeitura, junto com outros geradores, contrataram uma empresa para recolher e incinerar o material.

O Lixão voltou à primeira página e o assunto, à tona, quando um grupo de catadores foi impedido de entrar em seu local de trabalho. Os catadores então ocuparam a rua em frente ao IAP de Guarapuava e exigiam que o órgão permitisse que pudessem permanecer no Lixão coletando os materiais recicláveis¹⁰⁹. Ao tratar desse assunto, o jornal procurou informações sobre o andamento da obra de implantação do aterro.

O Lixão de Guarapuava vem, desde o ano passado, sendo protagonista de uma série de matérias que de tempos em tempos, ganham repercussão na mídia regional e até nacional. Primeiro foi a demora no cumprimento da Resolução 306 da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) que regulamentava a destinação final do lixo produzido por estabelecimentos de saúde [...] Depois, voltou novamente a ocupar a capa dos jornais, quando um caminhão foi flagrado jogando batatas que podiam ser aproveitadas direto no lixão.[...] Recentemente, voltou à tona, por meio de matérias produzidas pelo Diário de Guarapuava, o impasse entre governo estadual e prefeitura para a implantação do aterro sanitário de Guarapuava. A polêmica ganhou mais um personagem. O presidente do IAP (Instituto Ambiental do Paraná) Vitor

¹⁰⁶ Prefeitura apresenta projetos para 2005. **Diário de Guarapuava**. Guarapuava, 22 mar. 2005, Meio Ambiente, p.1.

¹⁰⁷ Moradores temem risco de contaminação. **Diário de Guarapuava**. Guarapuava, 31 mar.2005, Lixão, p.5.

¹⁰⁸ Aterro Sanitário de Guarapuava ainda não saiu do papel por falta de recursos. **Diário de Guarapuava**. Guarapuava, 05 ago. 2005, Lixo, p.3.

¹⁰⁹ Burocracia atrapalha liberação de recursos para aterro sanitário. **Diário de Guarapuava**. Guarapuava, 17 e 18 nov. 2007, p.1.

Hugo Burko, está cobrando urgência na implantação do aterro sob pena do órgão multar o prefeito Fernando Ribas Carli [...].¹¹⁰

O fato de um alimento/produto como a batata ter sido descartada no Lixão de Guarapuava¹¹¹ é sintomático da lógica capitalista na sociedade. O produto havia perdido preço no mercado por causa da grande produção naquele ano: como havia muito produto, o valor caiu e não cobria os custos. Dessa forma, os produtores e/ou atacadistas jogavam a batata fora para evitar que os preços caíssem ainda mais, sendo essa uma tentativa de diminuir a oferta para melhorar o preço.

Mas, por que jogar no lixo ao invés de doar o produto? Caso resolvessem doar para entidades beneficentes ou para a população pobre, esses consumidores deixariam de comprar e os preços diminuiriam ainda mais. Pelas regras capitalistas, era melhor jogar fora. Outro problema para efetuar a doação, segundo os produtores, era a qualidade do produto, que já se deteriorara, e eles não poderiam se responsabilizar pelo consumo de tal produto.

As cerca de 600 toneladas de batata jogadas fora em 2007 poderiam alimentar 40.000 pessoas durante um ano, mas o mercado e os lucros não permitiam tal atitude.¹¹² As batatas foram jogadas no Lixão e misturadas aos outros materiais para que as pessoas não as coletassem para utilizá-las.

Chamamos a atenção também para outros pontos contidos neste fragmento da reportagem. O primeiro é que, apesar dos problemas ambientais e sociais ligados à existência do Lixão, o convênio assinado entre os governos e o financiamento para a obra (ambos de 2004) não haviam sido iniciados ou liberados três anos depois.

O segundo ponto a destacar é o fato de o então presidente do IAP Vitor Hugo Burko, apesar de ter sido o prefeito que, em 2004, assinou o convênio e o financiamento, preferir multar o adversário político que o substituiu na Prefeitura a trabalhar para, juntos ou não, conseguir concretizar a obra e beneficiar a população guarapuavana. Os envolvidos tentaram se explicar em outra reportagem na mesma edição.

¹¹⁰ Burocracia impede liberação da verba para aterro sanitário. **Diário de Guarapuava**. Guarapuava, 17 e 18 nov. 2007, p. 10.

¹¹¹ Mais oito toneladas de batatas vão para o lixo no Paraná. **Jornal Nacional**. 27.01.2007. Disponível em: <<http://jornalnacional.globo.com/Jornalismo/JN/0,,AA1436532-3586-628626,00.html>>. Acesso em: 12/02/2014.

¹¹² Entenda por que produtores jogam batatas no lixo. **Movimento Nacional de Produtores**. Campo Grande/MS, 30.01.2007. Disponível em: <www.mnp.org.br/?pag=ver_noticia&id=392429> Acesso em: 12/02/2014.

[...] o Ministério Público impetrou uma Ação Civil Pública, com o intuito de buscar soluções para o lixo e agilizar a construção do aterro sanitário [...] a Suderhsa afirmou, em 27 de fevereiro deste ano ao juiz da 1ª Vara Cível, Rafael Velloso Stankevecz, que a obra não seria mais executada com a participação do órgão porque o convênio firmado em 2004 havia expirado em 28 de junho de 2006, sem que até aquela data tenha sido promovida a abertura da licitação, tornando o convênio extinto. [...] o presidente da Suderhsa Darcy Deitos, esclareceu que a liberação do dinheiro, durante os dois anos de vigência do convênio, não ocorreu devido a questões burocráticas [...] Burko afirmou que já foram feitos dois termos de ajustamento de conduta com a atual administração que até agora não mostrou interesse em sanar a situação. “Pelo contrário, deixaram a população invadir o aterro [...] O IAP tem adotado como prática em caso dos prefeitos não demonstrarem boa vontade, multar os prefeitos e não mais os municípios. A multa seria de R\$ 6 milhões. [...] Burko salientou que não quer que a atitude seja confundida com um confronto político com objetivos de prejudicar a prefeitura, uma vez que é opositor do atual prefeito. [...] a Prefeitura de Guarapuava e a Sanepar já estão envolvidas em uma queda de braço a respeito do contrato entre as duas partes para execução de serviços de saneamento básico no município. Outro indicativo é o fato do deputado estadual Fernando Carli Filho ter votado contra o substitutivo que cria os consórcios intermunicipais para gestão de resíduos sólidos [...].¹¹³

Segundo o que podemos inferir do texto jornalístico, o Ministério Público fez o que podia fazer, pedir explicações às partes envolvidas. A Suderhsa se explicou e jogou a culpa no desinteresse da Prefeitura e na falta de verbas para o empreendimento. O ex-prefeito e presidente do IAP disse que fez o que podia enquanto foi prefeito, comprou o terreno e firmou os convênios, e considerou que a culpa era da atual administração. E os administradores que estavam no poder naquele momento diziam que a responsabilidade era da administração anterior e que haviam herdado o problema, mas fariam o possível para resolvê-lo. No entanto, ao final dos embates, consideramos que eles ocorreram devido a disputas políticas, muito comuns em nosso país.

Em 2004 houve eleições para prefeito e Vitor Hugo Burko foi substituído por Fernando Carli, seu “opositor”. O convênio, assinado em 2004, foi mantido até 2006, seu prazo de validade, e não foi renovado por “problemas burocráticos” e desinteresse das partes. O governador era Roberto Requião, eleito em 2002, e então adversário político de Carli. Em 2006 houve eleições para governador e Roberto Requião se reelegeu, nomeando como presidente do IAP, Vitor Hugo.

O filho de Fernando Carli, prefeito de Guarapuava, Fernando Carli Filho, também foi eleito deputado estadual em 2006, e votou contra o projeto do governo (SEMA/IAP) na questão dos consórcios intermunicipais para gestão de resíduos sólidos.

¹¹³ Consórcio intermunicipal pode ser alternativa. **Diário de Guarapuava**. Guarapuava, 17 e 18 nov. 2007, p.11.

Observamos nesse jogo de poderes entre o executivo municipal e o estadual um conjunto de fatores que apontam para os problemas políticos e burocráticos relacionados aos desdobramentos da execução do aterro sanitário de Guarapuava.

O fato é que, no final de 2007, a Prefeitura pleiteou nova verba, desta vez junto ao governo federal¹¹⁴. Enquanto esperava a resposta, a administração Carli decidiu construir o aterro “aos poucos”, distribuindo o orçamento de 1 milhão de reais ao longo dos anos posteriores. Dessa maneira, esperava-se que em 2008, com o término da construção das primeiras células do aterro sanitário, fosse possível iniciar a disposição do lixo da cidade. No entanto, a reportagem ressaltava que “[...] Avaliado em R\$ 1 milhão, o projeto, no entanto, não faz parte do orçamento geral de Guarapuava para 2008.”¹¹⁵.

Apesar da contradição em divulgar o interesse de construir o aterro, mas não destinar verba para isso no orçamento do município, a Prefeitura teve seu pedido de financiamento aceito pelo governo federal em 2008 e a construção se iniciou em dezembro do mesmo ano.

Os dias de utilização do lixão municipal estão contados. Amanhã, a prefeitura de Guarapuava inaugura, depois de mais de dois anos do início da obra, o aterro municipal. A licença de operação foi emitida pelo IAP (Instituto Ambiental do Paraná) no fim de dezembro. Os mais de quatro meses até a inauguração foram necessários para alterações administrativas no aterro, que possui oito células, três lagoas de decantação e cerca de 30 mil m². Todo o procedimento em relação ao lixo se concentrará no empreendimento, que custou R\$ 1,2 milhão.¹¹⁶

O Lixão de Guarapuava, depois de 40 anos em atividade sem nunca ter sido consagrado, foi substituído pelo Aterro Sanitário Municipal, inaugurado com toda a pompa que uma grande e importante obra merece em 13 de maio de 2011. A respeito da importância dada a determinadas obras em relação a outras, Couto assinala que:

[...] o aterro pressupunha também uma visão de gerenciamento pautada na técnica e na engenharia. Acreditava-se que ele consistia numa solução moderna, ao passo que o lixão era considerado uma prática do passado, arcaica e antihigiênica, sinônimo de atraso e ameaça de doenças. O aterro, ao contrário, era símbolo de racionalidade e do progresso, a inaugurar um novo tempo, de segurança e tranquilidade.¹¹⁷

¹¹⁴ Começam as obras do aterro sanitário. **Diário de Guarapuava**. Guarapuava, 22 a 26 dez. 2007, p.1.

¹¹⁵ Projeto do aterro sanitário começa a sair do papel. **Diário de Guarapuava**. Guarapuava, 22 a 26 dez. 2007, p.3.

¹¹⁶ Lixo começa a ser depositado no aterro sanitário amanhã. **Diário de Guarapuava**. Guarapuava, 12 mai. 2011, p.3.

¹¹⁷ COUTO, A.M.S.. op.cit. p.129.

Aquele racionalismo cartesiano positivo, que nos anos 1970 foi propugnado com as obras do esgoto e que trazia à Guarapuava o progresso e a modernidade, era lembrado nos discursos durante a inauguração do Aterro, um dos “mais modernos do Brasil” e que funcionava dentro “das mais rigorosas normas de engenharia sanitária”¹¹⁸.

Sua utilização foi prevista para cerca de 10 anos, mas infelizmente, os projetos que deveriam contribuir para diminuir a quantidade de resíduos enviadas, como a educação ambiental da população, são deficientes e a central de triagem do lixo não existe. Isso implica uma diminuição do tempo de vida útil do Aterro, como exemplifica Couto em relação ao aterro de Uberlândia, que “[...] planejado para servir por um período de doze anos, não duraria nem a metade.”¹¹⁹.

A falta de planejamento da administração ao fazer suas estimativas através de dados genéricos e não com dados reais, as mudanças no padrão de consumo da população devido ao aumento da renda de diversas famílias e as mudanças nas embalagens dos produtos, muitas delas do tipo “descartável” como plástico, isopor e mesmo vidro, aliados a uma dificuldade em tomar consciência da importância da separação correta dos materiais recicláveis, podem ser elencados como possíveis razões para a diminuição do tempo de vida útil dos aterros em nosso país.

O Aterro Sanitário de Guarapuava, que iniciou seu percurso histórico com um orçamento de 250 mil reais em 1998, acabou concluído em 2010 por 1 milhão e 200 mil reais com a promessa de ser a solução final para o problema do lixo na cidade, pelo menos por um tempo. Continuamos com o Lixão, vizinho incômodo do Aterro, aguardando a aprovação do projeto para a recuperação daquela área, encaminhado pela Prefeitura aos órgãos competentes em 2010 com um custo estimado de R\$ 1 milhão.

Se esse valor será suficiente para recuperar uma área que serviu por 40 anos como depósito de lixo, sem nenhum tipo de cuidado, bem como a questão da possibilidade (ou não) de se “recuperar” uma área dessas e do que se entende por “recuperar”, são algumas dúvidas que nos inquietam em relação ao assunto ao encerrarmos esta etapa de nossa pesquisa.

Deixando de lado tais inquietações, salientamos a importância tanto da construção do aterro quanto da recuperação da área do antigo lixão para a melhoria da qualidade ambiental em Guarapuava. Destarte encerramos este capítulo ressaltando que os

¹¹⁸ Síntese de depoimentos de políticos na cerimônia de inauguração, organizada pelo autor. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=L5qGWdlaspw>> Acesso em: 12/02/2014.

¹¹⁹ COUTO, A.M.S.. op.cit. p. 133.

problemas e soluções da questão do lixo na cidade são demonstrativos das profundas ligações do mesmo com outros aspectos da sociedade, muitas vezes negligenciados durante os processos de tomada de decisão pelo poder público e até no meio técnico.

Ao historicizarmos a epopeia do lixo na sociedade guarapuavana evidenciamos a complexidade das relações que os envolveram e definiram as características socioambientais da cidade, que longe de serem ideais ou de contar com a presença do herói que tudo pode resolver, precisam ter suas lições aprendidas e serem tratadas com maior precaução e eficiência pelo poder público e pela sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Herrar é umano”
Paulo Leminski

Propusemo-nos a trabalhar o tema do lixo em sua perspectiva de problema socioambiental nesta dissertação intitulada “Do lixão ao aterro: uma história socioambiental de Guarapuava/PR (1971-2011)”, pois postulamos uma contribuição no campo da historiografia em relação ao tema, e também percebemos que tal esforço poderia contribuir para que a sociedade local pudesse conhecer melhor a inter-relação entre o lixo e outros assuntos mais discutidos e também preocupantes como o próprio título denuncia, a exemplo da formação de políticas públicas ambientais.

Para cumprir esse propósito pesquisamos nosso assunto na cidade de Guarapuava, no interior do estado do Paraná, e estabelecemos como nossas balizas temporais os anos de 1971 e 2011 delimitando nossa pesquisa. O ano de 1971 por ter sido o marco inicial da aprovação da lei que criou a Companhia de Serviços e Urbanização de Guarapuava, responsável pela limpeza pública da cidade durante toda a temporalidade estabelecida. O ano de 2011, marco final da epopeia social para implantar o aterro sanitário e “resolver” o problema do lixo guarapuavano.

Dentro desses marcos temporais e espaciais e imbuídos das intenções mencionadas levantamos as fontes históricas e a bibliografia pertinente para alicerçar nossas ações. Fizemos uso de requerimentos, leis, projetos de leis, atas, programas administrativos, projetos municipais, jornais, planos de gerenciamento de resíduos, fotos, livros, trabalhos acadêmicos e relatórios municipais para conseguir demonstrar a pertinência do tema por meio de uma abordagem materialista histórica que procurou explicar as maneiras pelas quais o capitalismo engendra seus desígnios na sociedade e no Estado para conseguir realizar seus objetivos. Sendo que para isso não leva em conta os efeitos adversos para a natureza, nem para a própria sociedade.

O Estado, materializado em construções, prédios, instituições, poderes, árbitro dos conflitos e preservador da paz e do “bem comum” do povo, é formado por pessoas que ocupam cargos institucionais e efetivamente detém o poder. Dessa forma o idealismo objetivado na fria letra da lei, muitas vezes não cumpre seus objetivos, não protege o meio ambiente, as pessoas ou os animais, porque é necessário que o “Estado” atue, e existe muita

dificuldade para que ele atue conforme os fins para os quais foi criado, principalmente quando estão envolvidas grandes cifras e grandes empresas em detrimento de interesses populares.

Ao definirem-se os rumos das políticas públicas implementadas pelo Estado é difícil dizer a quem elas irão beneficiar e quais foram as forças sociais, políticas ou econômicas que nelas tiveram maior destaque e conseguiram implantar suas diretrizes para os governos e a sociedade. Neste jogo de forças para a formulação de políticas públicas, onde tantas variáveis estão envolvidas, só podemos concluir que alguns, principalmente os detentores de elevado poder econômico se beneficiam mais que os outros.

Assim também na sociedade capitalista em que existem diferenças entre os países e as pessoas. Não uma diferença que possa ser chamada de natural. Essa diferença foi historicamente construída para fazer com que alguns pudessem acumular mais riqueza que outros e, no tocante aos efeitos indesejáveis do sistema produtivo, fazer com que a sociedade em geral pague a conta dos beneficiados pelo sistema. Isto se denomina socialização das despesas e privatização dos lucros.

Ao discutirmos os efeitos poluidores do sistema produtivo mundial, ao pensarmos a respeito do consumismo incentivado pela mídia, ao atentarmos para a alienação política e social a respeito dos problemas ambientais que enfrentamos, chegamos a uma encruzilhada onde precisamos decidir qual o caminho que escolheremos para o nosso futuro comum.

Essas concatenações foram também relacionadas no decorrer do trabalho ao Brasil e ao estado do Paraná, esferas de ação do poder do Estado na sociedade nacional onde também verificamos a ocorrência dos fatos mencionados de influência do poder econômico na definição de políticas públicas, ambientais ou não, e onde ocorreram problemas ambientais, ligados ao lixo e a diversos outros agentes poluidores e degradadores do ambiente e da sociedade. Onde constatamos, no meio político, mais um discurso explicativo do que ação e resolução efetiva dos problemas.

Na cidade de Guarapuava a situação se assemelhou às considerações que tecemos anteriormente. Apesar de diversos projetos, programas e planejamentos, a situação dos terrenos baldios, do lixo nas ruas, do lixo irregularmente depositado no Lixão, do vandalismo contra o patrimônio público, do favorecimento das classes mais abastadas nos projetos de urbanização e da inação da sociedade e do poder público para resolvê-los ficou patente ao longo da exposição e chamou nossa atenção para uma questão que foi muito comentada mas que, ao final não teve a devida atenção por parte da sociedade: a questão da educação.

A educação, quer seja ambiental ou no seu sentido mais amplo e geral, se apresenta como a mola propulsora de atitudes positivas em relação a todas as esferas da vida em sociedade. No caso das relacionadas ao meio ambiente, a educação pode ajudar a sociedade a encontrar os caminhos para a chamada “sustentabilidade”, termo cheio de significados, mas que entendemos como um conceito que defende o direito a viver e utilizar os recursos naturais na medida de nossas reais necessidades, procurando garantir para as gerações futuras o mínimo para poderem continuar a nossa aventura neste planeta. A sustentabilidade e a educação garantiriam também o respeito a todas as formas de vida que conosco fazem parte do que chamamos de Natureza. A educação ao final e se bem conduzida garantiria à vida em sociedade mais qualidade e respeito à diversidade de formas de pensar e agir.

Ao explanarmos a respeito dos diversos projetos que trataram da questão do lixo e da limpeza pública em Guarapuava, todos os discursos políticos exaltaram a necessidade de se trabalhar com a educação ambiental, e de uma maneira ou de outra procuraram fazer o que pregavam, mas ao final ficou a pergunta: Por que os problemas continuaram acontecendo? Outro ponto característico nas falas dos mandatários locais foi a questão de que a limpeza era sinônimo de civilidade, que o grau de educação de um povo se verificava pela limpeza de sua cidade. As campanhas contra os “Sujismundos” em âmbito nacional ou local, na televisão ou nos jornais foram comuns durante o período pesquisado e procuraram impor novos hábitos à população.

Lembramos que Miziara¹²⁰ estudou a campanha do Sujismundo e comentou a inversão que houve do início do século XX para a década de 1970 na questão do entendimento de civilidade por parte das autoridades. Ela salientou que no primeiro período a civilidade era demonstrada pela adoção de tecnologias “modernas” como o incinerador para dar fim ao problema dos restos. No segundo período passou a ser necessário que os habitantes da cidade colaborassem com o Estado para mostrar o nosso desenvolvimento. Como se a mudança de atitudes da população fosse colocar o país no Primeiro Mundo, alegava-se que o desenvolvimento da nação ou da cidade dependia unicamente das atitudes dos “Sujismundos” que a compunham. Esqueciam que estes viviam sob o domínio de uma elite política e econômica que comandava o Estado, submetendo todos aos seus desígnios, estes sim motivadores da educação deficiente que contribui para aumentar os problemas ambientais.

Assim também a elite guarapuavana esquecia-se que o responsável era o Estado e aqueles que, no poder, assumiram o dever de resolver os problemas socioambientais

¹²⁰ MIZIARA, R.. **Nos rastros dos restos...**op.cit..

daquela comunidade. Mesmo que houvesse as leis, e elas desde o começo do núcleo urbano estavam presentes obrigando o seu ordenamento, faltou ao poder público em diversos momentos fiscalizá-las o cumprimento e obrigar todos, independente da sua condição socioeconômica, a obedecê-las. Ao final o que visualizamos foi a inação tanto da sociedade quanto do poder público na questão.

No decurso dessa história do lixo em Guarapuava passamos de um problema localizado; como aquele do “lixo ao lado da minha casa”, em algum terreno baldio próximo ou em alguma rua, causado talvez por alguém específico ou por uma entidade reconhecível, como o Departamento de Limpeza Urbana da Prefeitura; para um problema social, comunitário, onde se alegou que devido à grande quantidade e ao seu anonimato, a culpa era de todos pois não se sabia quem era o dono.

Também as políticas públicas apontadas nos projetos estatais mostraram-se imbuídas das mesmas soluções de antanho, impondo atitudes civilizadas à população através da propaganda midiática e apostando na tecnologia sanitária ao optar por construir um aterro sanitário, obra que resolveria o problema, ao menos por um período.

A conclusão que conseguimos extrair é de que é necessário encontrarmos “uma outra estrada” como disse Rachel Carson:

Encontramo-nos agora, no ponto em que duas estradas divergem. Todavia, ao contrário das estradas do familiar poema de Robert Frost, elas não são igualmente boas. A estrada pela qual temos estado viajando por tão longo tempo é ilusoriamente fácil: uma superestrada de pavimentação lisa, pela qual avançamos em grande velocidade; mas, na sua extremidade final, o que há é desastre. O outro ramo da estrada – o ramo “menos transitado” – oferece a nossa última, a nossa agora única oportunidade de chegar a um destino que assegure a preservação da nossa Terra. A escolha, afinal de contas, nós é que temos de fazer. Se, depois de sofrer tanto, nós afirmamos, por fim, o nosso “direito de saber” – e se, sabendo, concluimos que estamos sendo solicitados a tomar providências insensatas e a assumir riscos assustadores – então já não deveríamos mais aceitar o conselho daqueles que nos dizem que devemos encher o nosso mundo com substâncias químicas venenosas; deveríamos dar uma olhada ao redor de nós mesmos, e ver quais são os outros rumos que se encontram abertos à nossa iniciativa.¹²¹

Dessa forma, compartilhamos por meio das palavras de Carson a necessidade de encontrarmos um novo caminho, notadamente por meio de uma educação eficaz, para resolver e evitar antigos e novos problemas relacionados à nossa maneira de viver, produzir e consumir na sociedade. Concluimos nosso trabalho com o discernimento de

¹²¹ CARSON, R.. *Primavera silenciosa*. Trad. Raul de Polillo. São Paulo: Melhoramentos, 1964. p.285.

que ainda ignoramos muitos aspectos a respeito do assunto tratado e com a expectativa de termos efetivado uma contribuição no campo da história ambiental em relação às questões do lixo.

FONTES

GUARAPUAVA. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Florestal. **Relatório do Programa Nosso Lixo – 2004**. Guarapuava: 2004. (CDROM)

GUARAPUAVA. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Florestal. **Plano municipal de gerenciamento de resíduos 2010**.

GUARAPUAVA. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Florestal. **Relatório Anual de Atividades de 2010**. Guarapuava: Semaflor, 2010

GUARAPUAVA. Prefeitura Municipal de. **Plano municipal de saneamento básico do Município de Guarapuava-PR**. Guarapuava: 2011. Disponível em: <www.guarapuava.pr.gov.br>. Acesso em: 17/08/2013.

GUARAPUAVA. Companhia de Serviços de Urbanização. **Estatuto Social** da Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava. Guarapuava: SURG, 2004.

GUARAPUAVA. Prefeitura Municipal. **Programa Planalto Verde**. Guarapuava: 1985.

GUARAPUAVA. Secretaria municipal de meio ambiente e desenvolvimento florestal. **Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos 2012**. Guarapuava: SEMA, 2012.

GUARAPUAVA. Câmara de Vereadores. **Atas das sessões (1971 a 2009)**. Arquivo Histórico da Câmara de Vereadores de Guarapuava.

Jornal Esquema Oeste (1971 a 1998). Guarapuava.

Jornal Diário de Guarapuava (1998 a 2011). Guarapuava.

Leis Municipais

REFERENCIAS

ABREU, A.T.G. de. **A posse e o uso da terra: modernização agropecuária de Guarapuava.** 1981. 364f. Dissertação (mestrado História do Brasil)– Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1981.

ABREU, A.T.G.; MARCONDES, G.G.. **O abastecimento de água no século XIX e a evolução do saneamento básico em Guarapuava.** Guarapuava/PR: UNICENTRO, 1992.

ALMEIDA, Jozimar P. de. A questão ambiental: contribuição a um “caosmo” da História. **Pós-História**, Assis/SP, v.4, 1996.

ALMEIDA, Jozimar Paes de. **A extinção do arco-íris: ecologia e história.** Campinas/SP: Papirus, 1988.

ALMEIDA, J.P. de. A instrumentalização da natureza pela ciência. **Revista Projeto História.** São Paulo, n. 23, nov. 2001.

ALMEIDA, J. P. de. História e Patrimônio ambiental: artifícios naturais do poder público em Londrina. **Revista História Hoje**, São Paulo, n.3, 2004.

ALMEIDA, J. P. de. Questões conceituais na História Ambiental. In: GIANNATTASIO, G.; IVANO, R. (Org.). **Epistemologias da História: verdade, linguagem, realidade, interpretação e sentido na pós-modernidade.** Londrina: EDUEL, 2011.

ANTONIO, J.N.. **Mapeamento de áreas potenciais à implantação de aterro sanitário em Guarapuava-PR, com uso de redes neurais artificiais.** Dissertação (Mestrado em Geografia). 131 p. Ponta Grossa: UEPG, 2009,

ANTONIO, J.N., RIBEIRO, S.R.A.. **A disposição final de resíduos sólidos e o mapeamento de áreas potenciais a implantação de aterros sanitários em Guarapuava/PR.** Disponível em <www.researchgate.net>. Acesso em 26/05/2011.

ARRUDA, J.A.. **Administração do “lixo”: eis a questão!** Monografia pós-graduação em Administração gerencial. Guarapuava/PR: UNICENTRO, 1998.

BACELLAR, C.. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C.B.. **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2006.

BORBOREMA NETO, R.T.. Políticas Públicas Ambientais: uma reflexão teórico-conceitual para o seu regime jurídico no Brasil. **Revista de Direito da ADVOCEF**, Ano II, n.3, ago.2006.

BRAGANÇA, C. e FRANCO, M. L.. “A moradia do homem e seu meio ambiente”. In: **Pau Brasil.** São Paulo: DAEE, n.14, ano III, set/out, 1986. p.38 a 45.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Saraiva. São Paulo: Saraiva, 2009.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

CARONI JUNIOR, J.C.. **MDL e créditos de carbono**: uma possibilidade para o município de Gravataí através do Aterro Sanitário Metropolitano Santa Tecla. 2008. Trabalho de conclusão de curso (Administração) - Universidade Luterana Brasileira, Gravataí, 2008. Disponível em <www.institutocarbonobrasil.org.br>. Acesso em: 12/01/2013.

CARSON, R..**Primavera silenciosa**. Trad. Raul de Polillo. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**, Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CLASTRES, P.. **A sociedade contra o Estado**: pesquisas de antropologia política. 2 ed.Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE (RIO DE JANEIRO/1992). **Agenda 21**. Curitiba: IPARDES, 2001.

COUTO, A.M.S.. **Das sobras à indústria de reciclagem**: a invenção do lixo na cidade. (Uberlândia-MG, 1980-2002). 2006. 345f. PUC, São Paulo, 2006

CUNHA, M.R.R.L.. O consumidor do lixo – A relação dos catadores de material reciclável com os bens e mercadorias que retiram do lixo. **XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro Oeste**. Goiânia/GO: UFG, maio de 2010,

DECLARAÇÃO da Conferência das Nações Unidas sobre o ambiente humano. Estocolmo-Suécia, 1972. (www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc - acesso em 23/03/2013).

DIRETORIA de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (DIRUR). **Relatório de Pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos e para gestão de resíduos sólidos**. Brasília: IPEA, 2010. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/253/_arquivos/estudo_do_ipea_253.pdf>. Acesso em: 27/03/2012.

DRUMMOND, J. A.. Ciência Socioambiental: Notas sobre uma abordagem necessariamente eclética. In: ROLIM, Rivail C., PELLEGRINI, Sandra A. e DIAS, Reginaldo (orgs). **História, espaço e meio ambiente**. Maringá: ANPUH-PR, 2000.

EIGENHEER, E.M..**Lixo**: a limpeza urbana através dos tempos. Porto Alegre: Gráfica Pallotti, 2009.

FERNANDES, C.T.; et. al.. “Lixo – questão primordial do século XXI: reciclá-lo, incinerá-lo, enterrá-lo ou não produzir tanto? – uma pesquisa qualitativa em educação ambiental”. In: **Anais do II Encontro Paranaense de Educação Ambiental**. Guarapuava/PR: UNICENTRO, 1999.

FERREIRA, A. **Uma análise da eficiência econômica e da efetividade ambiental dos instrumentos econômicos de gestão ambiental: um estudo de caso da taxa de lixo em Guarapuava-PR**. Dissertação (Mestrado em Economia). 95 p.. Curitiba: UFPR, 2009.

FOSTER, J.B.. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza.** Trad. Maria Teresa Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des) caminhos do meio ambiente.** São Paulo: Contexto, 2001.

GONÇALVES, C.W.P.. **O desafio ambiental.** Rio de Janeiro: Record, 2004. (Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização)

GUATTARI, Felix. **As três ecologias.** Campinas/SP: Papirus, 1997.

HAM, C.; HILL, M.. **O processo de elaboração de políticas públicas no estado capitalista moderno.** Tradução de Renato Amorim e Renato Dagnino. Londres: 1993. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/53092753/Texto-Processo-de-Elaboracao-de-Politic-as-no-Estado-Capitalista-Moderno-Hill>>. Acesso em: 14/07/2012.

IRANZO, Maria Carmen. **O cotidiano de duas famílias que residem no depósito de lixo do município de Goioerê.** Monografia de especialização em Educação Ambiental. Guarapuava/PR: UNICENTRO, 1993.

JURAS, I.daA.G.M.. **Legislação sobre reciclagem do lixo.** Brasília: Câmara dos Deputados, 2000. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema14/pdf/010696.pdf>>. Acesso em: 21/10/2011.

KLOSOVSKI, Luiz Romualdo. **Lixo urbano e a degradação ambiental.** Monografia especialização em Educação Ambiental. Irati/PR: UNICENTRO, 1999.

KOBELINSKI, M.. **Guarapuava é isto aqui: da sedução dos discursos ao “marketing” da cidade.** 1999. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP/Unicentro, Assis/SP-Guarapuava/PR, 1999.

LACHESKI, E.. **Guarapuava no Paraná: discurso, memória e identidade (1950-2000).** 2009. 170f. Dissertação (Mestrado História). UFPR, Curitiba, 2009.

LARA, Angela Moreira. **Prática da coleta seletiva de lixo enquanto elemento educativo.** Monografia de especialização em Ciências. Irati/PR: UNICENTRO, 1994.

LICHETA, M.J.. **Estudo de resíduos sólidos urbano: o exemplo de Guarapuava-PR.** 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2000.

LISTON, Sonia Maria. **Uma experiência de educação ambiental, dentro e fora da escola, com o lixo nosso de cada dia.** Monografia de especialização em Educação Ambiental. Francisco Beltrão/PR: UNICENRO, 1993.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B.. **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2006.

MALHADAS, Zióle Zanotto. **Dupla Ação: Conscientização e Educação Ambiental para a Sustentabilidade.** Curitiba: UFPR, 2001.

MANDEL, E. **Teoria marxista do Estado**. Lisboa: Edições Antídoto, 1977. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/mandel/ano/mes/teoria.htm>>. Acesso em: 02/07/2012.

MASSON, G. Das teorias modernas de Estado à crítica da legitimação político-ideológica na organização social capitalista. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v.44, n.1, abr. 2010. Disponível em: <ri.uepg.br:8080/riuepg/bitstream/handle/123456789/685/ARTIGO_TeoriasModernasEstado.pdf?sequence=1>. Acesso em: 02/01/2014.

MASSUCHIN, M.G.; CERVI, E.U. As políticas públicas ambientais no jornal Gazeta do Povo: como se dá a cobertura das ações governamentais para o meio ambiente. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v.7, n.2, jul/dez 2010.

McCORMICK, J. **Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista**. Trad. Marco A. E. da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MENDES, A.C.T. “Como despoluir os rios e produzir combustível”. In: **Pau Brasil**. São Paulo: DAEE, n.14, ano III, set/out, 1986. p.10 a 17.

MIZIARA, R. **Nos rastros dos restos: as trajetórias do lixo na cidade de São Paulo**. São Paulo: EDUC, 2001.

MORAES, A.C.R. Notas sobre formação territorial e política ambientais no Brasil. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano IV, n.7, jul/dez 1999.

MOREIRA, T.C. A crise ambiental como um desafio ao direito contemporâneo. In: ROLIM, R.C.; et al. (Orgs.). **História, espaço e meio ambiente**, Maringá, 2000.

MORIN, E.; KERN, A.B. **Terra-Pátria**. Trad. Paulo A.N.da Silva. Porto Alegre: Sulina, 1995.

MOROTI, D.D.B. **Educação lixaria: a questão do lixo no lar**. Especialização Ensino de Ciências. Pitanga/PR: UNICENTRO, 2000.

MOURA, R., MAGALHÃES, M.V. Leitura do padrão de urbanização do Paraná nas duas últimas décadas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.88, p.3, mai/ago 1996.

OLIVEIRA, E.H. de. **Lixo: produção capitalista X impacto ecológico ambiental e social**. Monografia de especialização em Educação Ambiental. Guarapuava/PR: UNICENTRO, 2001.

OLIVEIRA, L. “Pensamento ecológico e crítica marxista”. In: **Pau Brasil**. São Paulo: DAEE, n.13, ano III, jul/ago, 1986. (p.66 a 76)

PARANÁ. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico do Município de Guarapuava**. Curitiba: Iparides, 2013.p.12. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br>>. Acesso em: 21/02/2014.

PARANÁ, Governo do. **Paraná: o futuro que queremos**. Curitiba: 2012, p.17. Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/documento_comite_12_06_2012.pdf>. Acesso em: 07/03/2013.

- PAULUK, Laura Ioshiko. **“Lixo rural” – embalagens vazias de agrotóxicos: reciclagem controlada, eis a solução.** Especialização em Educação Ambiental. Irati/PR: UNICENTRO, 1999.
- PAULA, Z.C. Uma face da relação homem/natureza. **Pós-História**, Assis/SP: UNESP, v.5, 1997.
- PERIOLO, Léo Aghpito. **Resíduos de serviços de saúde (RSS).** Monografia de especialização em Ciências Biológicas. Guarapuava/PR: UNICENTRO, 1999.
- PINTO, M. da S., apud SILVA, E.M.. A dimensão mítica da reciclagem. In: MIRANDA, A.C. de (Org.). **A dimensão do mito:** na cosmologia; na educação ambiental; na história em quadros. São Paulo: All Print Editora, 2005.
- PONTES, F. et.al.. **Associação dos Catadores de Papel de Guarapuava:** propostas para melhor condução administrativa. Relatório de estágio supervisionado. Guarapuava: Unicentro, 2009.
- REGIO, L. de J.. **O aspecto da qualidade do gerenciamento integrado dos resíduos sólidos urbanos.** Especialização em Ensino de Ciências. Irati/PR: UNICENTRO, 2000.
- RÉMOND, R. **Por uma história política.** Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- RIBEIRO, W. C.. **A ordem ambiental internacional.** São Paulo: Contexto, 2001.
- RIBEIRO, W. C.. Teorias socioambientais: em busca de uma nova sociedade. **Estudos Avançados.** São Paulo, USP, 24(68), 2010.
- ROCHA, C.V.. Neoinstitucionalismo como modelo de análise de políticas públicas: algumas observações. **Civitas**, Porto Alegre, v.5, n. 1, p. 11-28, jan/jun 2005.
- ROLIM, R.C.; et al. (Orgs.). **História, espaço e meio ambiente,** Maringá, 2000.
- SANTOS, R. dos. **Políticas públicas ambientais:** coleta e reciclagem de lixo no município de Goiânia. 2008. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial Urbano) – UCG, Goiânia/GO, 2008.
- SCARLATO, F.C.; PONTIN, J. A.. **Do nicho ao lixo: ambiente, sociedade e educação.** São Paulo: Atual, 1992. (série meio ambiente)
- SHAURENJÚNIOR, H.M.. **Políticas públicas, cidadania e violência estrutural:** estudo de caso com catadores de resíduos sólidos em Estrela/RS. 2008. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – UNIVATES, Lajeado/RS, 2008.
- SILVA, E. E. A.. **Manejo de resíduos sólidos da cidade de Guarapuava.** Especialização em Gestão Empresarial. Guarapuava/PR: UNICENTRO, 1999.
- SIMIANO, I. A. da R.. **Lixo domiciliar, um problema para os municípios.** Especialização em Ensino de Biologia. Guarapuava/PR: UNICENTRO, 2000.

SOUZA, C.. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n.16, p. 20-45, jul/dez 2006. Disponível em:<www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 12/04/2012.

TEMBIL, M.. **Em busca da cidade moderna**: Guarapuava... recompondo histórias, tecendo memórias. Guarapuava: Unicentro, 2007

THOMAS, K..**O homem e o mundo natural**. Trad. João R. M. Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

THOREAU, H.. **Desobedecendo** – A desobediência civil & outros escritos. Trad. José Augusto Drummond. São Paulo: Círculo do Livro, 1987.

Veyne, P. M.. **Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história**. Trad. Alda Baltar e Maria A. Kneipp. Brasília: Ed. UnB, 1998

WACHOWICZ, R.C.. **História do Paraná**. 6ª Ed.. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina Ltda, 1988.

ZANOTTO,D. do C. F.. **Representações sociais de lixo e mudança de hábitos na separação do lixo dos moradores da zona urbana de São João do Triunfo – PR**. Especialização em Educação Ambiental. Guarapuava/PR: UNICENTRO,1993.